



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 179 - TERÇA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</p> <p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ATO CONJUNTO Nº 6 , DE 2006

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

R E S O L V E M

Prorrogar, por sessenta dias, o prazo da comissão criada pelo Ato Conjunto nº 3, de 2006, destinada a apresentar proposta quanto à aplicação, no âmbito do Poder Legislativo e do órgão a que se refere o art. 71 da Constituição Federal, do disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; bem como do disposto na Resolução nº 13, de 21 de março de 2006, do Conselho Nacional de Justiça.

Congresso Nacional, em 11 de agosto de 2006



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal



Deputado ALDO REBELO
Presidente da Câmara dos Deputados

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 165ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE OUTUBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 41, de 2006-CN (nº 1.539/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.589, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras rodoviárias emergenciais na BR-116/MG, trecho entre o trevo de acesso a São João do Manhuaçu e entroncamento com a BR-265/356 (Muriaé) – Km 607,1 ao Km 702,2, do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas. (TC nº 002.596/2006-7). 30509

Nº 42, de 2006-CN (nº 1.550/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.587, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras rodoviárias emergenciais na BR-153/SP, trecho compreendido entre o acesso a Lins e o entrocamento com a BR-369 (Divisa SP/PR – KM 178,3 ao KM 347,7 (TC nº 002.081/2006-7). 30509

Nº 43, de 2006-CN (nº 1.563/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.573, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à publicação e envio ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 3º quadrimestre de 2005, pelos titulares dos Poderes e órgãos federais, por força do disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e do inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028/2000 – Lei de Crimes Fiscais, bem como a análise do conteúdo neles divulgados nos termos do art. 116 da Lei nº 10.934/2004 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2005 (TC nº 017.522/2005-1). 30509

Nº 44, de 2006-CN (nº 1.577/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.622, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada pelo Secex/PR, no âmbito do Fiscobras 2006, nas obras de construção de rodovias federais no Estado do Paraná. (TC nº 012.632/2006-9). 30509

Nº 45, de 2006-CN (nº 1.633/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.728, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-163/PA – Divisa MT/PA – Santarém, no Estado do Pará. (TC nº 006.360/2002-9). 30509

Nº 46, de 2006-CN (nº 1.673/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.737, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada na construção de trechos rodoviários na BR-429, no Estado de Rondônia – trecho Presidente Médici – Costa Marques – RO. (TC nº 008.889/2006-6). 30510

Nº 47, de 2006-CN (nº 1.713/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.777, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de Contenção e Controle de Enchentes no Município de Carapicuíba/SP. (TC nº 005.589/2003-1). 30510

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Atuação, como Ofício nº S/15, de 2006, e encaminhamento ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, do Ofício nº COP/191, de 2006, lido na sessão do dia 20 de setembro último, subscrito pelo Senhor Roberto Antonio Busato, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, referente à

indicação do Advogado Sérgio Alberto Frazão do Couto para ocupar a vaga reservada à categoria no Conselho Nacional do Ministério Público, em virtude da renúncia do Advogado Luiz Carlos Lopes Madeira..... 30510

Recebimento da Mensagem nº 227, de 2006 (nº 861/2006, na origem), de 3 do corrente, pela qual o Presidente da República, encaminha o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de agosto de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. *O expediente anexado ao processado do Aviso nº 12, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.*..... 30510

1.2.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 228, de 2006 (nº 855/2006, na origem), encaminhando a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal..... 30510

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de dez dias, a contar do seu recebimento, para a rejeição da programação orçamentária (Mensagem nº 228, de 2006), lida anteriormente, mediante decreto legislativo, indo a matéria à Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência..... 30528

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Registro do debate realizado ontem entre os dois candidatos à Presidência da República, data que significou um grande dia para o aperfeiçoamento da democracia..... 30528

SENADOR PAPALÉO PAES – Considerações sobre o debate de ontem, entre os dois candidatos à Presidência da República, que causou vergonha a S.Exa., diante da arrogância do candidato Lula e de sua falta de preparo. Manifestação contra a carga tributária excessiva imposta aos cidadãos brasileiros, suas conseqüências e as medidas para sanar o problema..... 30532

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Comentários sobre o debate havido ontem, entre os dois candidatos à Presidência da República, quando mais uma vez o PT foi vítima de sua prepotência e arrogância..... 30534

SENADOR MARCO MACIEL – Preocupação com o inexpressivo crescimento do Brasil nos últimos tempos, com perspectivas nada alvissareiras para o ano de 2007..... 30538

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Comentários sobre o debate de ontem na Rede Bandeirantes, entre os dois candidatos à Presidência da República, expressando sua decepção com as atitudes e respostas do presidente Lula e elogiando a postura do candidato Geraldo Alckmin. 30541

SENADOR MAGNO MALTA – Lamento pela tragédia aérea que ceifou a vida de 154 brasileiros, entre os quais 14 capixabas, e solidariedade às fa-

mílias enlutadas. Manifestação em defesa própria, em razão da denúncia do envolvimento de S. Exa. no caso dos Sanguessugas..... 30543

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 1.027, de 2006, de autoria dos Senadores Roberto Saturnino e Mão Santa, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Fernando Gasparian, ocorrido no último dia 7, na cidade de São Paulo. **Aprovado**, após usar da palavra o seu primeiro signatário. 30547

Nº 1.028, de 2006, do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens pelo falecimento do editor e ex-Deputado Federal Fernando Gasparian, ocorrido no último dia 7, na cidade de São Paulo. **Aprovado.** 30547

Nº 1.029, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Fernando Gasparian, ocorrido no último dia 7, na cidade de São Paulo. **Aprovado.** 30547

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Referências à importância do debate realizado ontem, entre os dois candidatos à Presidência da República. Leitura de excertos de artigo de Emir Sáder, sobre o referido debate. Comentários sobre o pensamento de Leonardo Boff relativo à necessidade de se votar no Presidente Lula. 30549

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentários sobre o debate realizado ontem pela Rede Bandeirante de Televisão, com a presença dos candidatos à Presidência da República..... 30560

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Preocupação com a falta de investimento no setor energético brasileiro pelo governo Lula,..... 30568

SENADOR EDUARDO SUP LICY – Saúda o debate entre os presidencializáveis ocorrido ontem, na Rede Bandeirantes de Televisão. Cumprimentos ao ganhador do Prêmio Nobel de Economia, Edmund Phelps..... 30571

SENADOR VALDIR RAUPP – Preocupação com o cenário econômico mundial. Necessidade do aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Madeira. Apelo para a construção do gasoduto Urucum/Porto Velho. 30574

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “*Pedido de rastreamento levou 6 dias*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 27 de setembro último. 30576

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “*Lula é corrupto, ataca Heloísa*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 24 de agosto último. 30578

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “*Oposição atribui índice à ‘incompetência de Lula’*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 1º de setembro último. 30579

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários sobre a matéria intitulada “*Suspeitos de comprar dossiê atuam no comitê de Lula*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 19 de setembro último. 30580

SENADOR MARCOS GUERRA – Registro da matéria intitulada “*PF indícia funcionário da campanha de Lula*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 20 de setembro último. 30581

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “*Foi o PT que pegou*”, de autoria do jornalista Marcio Aith, publicada na revista **Veja**, edição de 13 de setembro último. 30583

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro do artigo intitulado “*Fala sério, presidente*”, de autoria do cientista político Sergio Fausto, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 13 de setembro último. 30585

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Registro da matéria intitulada “*Senado chama Oka-motto para falar de quitação de dívida*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 7 de setembro último. 30586

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “*Para ‘Economist’, Lula perdeu Brilho*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 29 de setembro último. 30587

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, terça-feira, dia 10, com Ordem do Dia anteriormente designada.. 30588

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.955 a 1.996, 1.998 a 2.000, de 2006. 30591

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 165ª Sessão Não Deliberativa, em 9 de Outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Magno Malta, Mão Santa e Augusto Botelho

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos do Tribunal de Contas da União:

AVISOS

Tribunal de Contas da União

- Aviso nº 41, de 2006-CN (nº 1.539-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.589, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras rodoviárias emergenciais na BR-116/MG, trecho entre o trevo de acesso a São João do Manhuaçu e entroncamento com a BR-265/356 (Muriaé) – Km 607,1 ao Km702,2, do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas. (TC nº 002.596/2006-7).
- Aviso nº 42, de 2006-CN (nº 1.550-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.587, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras rodoviárias emergenciais na BR- 153/SP, trecho compreendido entre o acesso a Lins e o entroncamento com a BR-369 Divisa SP/PR – Km178,3 ao Km347,7 (TC nº 002.081/2006-7).
- Aviso nº 43, de 2006-CN (nº 1.563-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.573, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à publicação e envio ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 3º quadrimestre de 2005, pelos titulares dos Poderes e órgãos federais, por força do disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000-Lei de Responsabilidade Fiscal e do inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028/2000 – Lei de Crimes Fiscais, bem como a análise do conteúdo neles divulgados nos termos do art. 116 da Lei nº 10.934/2004 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2005 (TC nº 017.522/2005-1).
- Aviso nº 44, de 2006-CN (nº 1.577-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.622, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada pela Secex/PR, no âmbito do Fiscobras 2006, nas obras de construção de rodovias federais no Estado do Paraná. (TC nº 012.632/2006-9).
- Aviso nº 45, de 2006-CN (nº 1.633-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, có-

pia do Acórdão nº 1.728, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-163/PA – Divisa MT/PA – Santarém, no Estado do Pará. (TC nº 006.360/2002-9)

- Aviso nº 46, de 2006-CN (nº 1.673-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.737, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada na Construção de Trechos Rodoviários na BR-429, no Estado de Rondônia – Trecho Presidente Médici – Costa Marques – RO. (TC nº 008.889/2006-6)
- Aviso nº 47, de 2006-CN (nº 1.713-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.777, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de Contenção e Controle de Enchentes no Município de Carapicuíba/SP. (TC nº 005.589/2003-1)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

- Os expedientes lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

- A Presidência comunica ao Plenário que o **Ofício COP/191**, de 14 de setembro de 2006, lido na sessão do dia 20 de setembro último, subscrito pelo Senhor Roberto Antonio Busato, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, referente à indicação do Advogado Sérgio Alberto Frazão do Couto para ocupar a vaga reservada à categoria no Conselho Nacional do Ministério Público, em virtude da renúncia ao mandato do Advogado Luiz Carlos Lopes Madeira, foi autuado como Ofício nº S/15, de 2006, e encaminhado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

- A Presidência recebeu a **Mensagem nº 227, de**

2006 (nº 861/2006 na origem), de 3 do corrente, pela qual o Presidente da República, encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de agosto de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente, juntado ao processado do Aviso nº 12, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

- Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 228, DE 2006

(Nº 855/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminho a Vossas Excelências a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Brasília, 28 de setembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 26 /2006-BCB

Brasília, 27 de setembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho à consideração Vossa Excelência, de acordo com o disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 27 de setembro de 2006, juntamente com o Relatório de Execução relativo ao período nele referenciado.

2. Acrescento, a propósito do assunto, que, consoante estabelece o mencionado diploma legal, a Programação Monetária (art. 6º § 1º) deve ser encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) e o Relatório de Execução (art. 7º, inc. I), aos senhores presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Respeitosamente, **Henrique de Campos Meirelles**, Presidente.

Diretoria Colegiada
Departamento Econômico – DEPEC

Programação Monetária

2006

Setembro – 2006

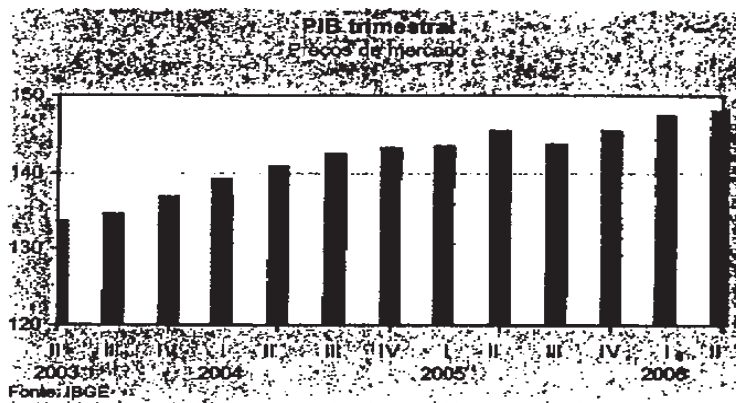


BANCO CENTRAL DO BRASIL

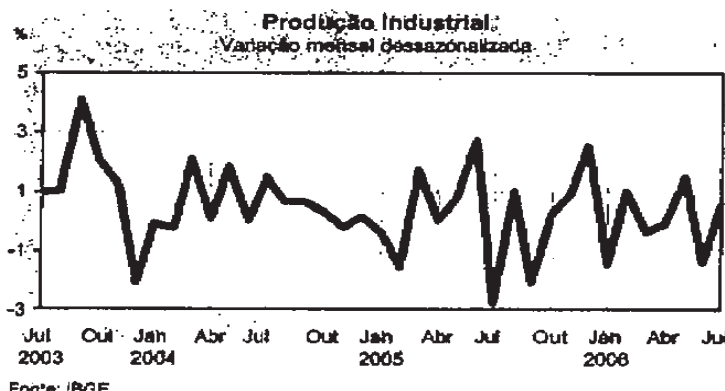
Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006

A. A economia brasileira no terceiro trimestre de 2006

1. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,2% no primeiro semestre de 2006, em relação ao mesmo período de 2005, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, do IBGE. O resultado positivo foi generalizado entre todos os componentes do produto, com a indústria apresentando crescimento de 2,6%, seguindo-se os setores de serviços, 2,3%, e o agropecuário, 0,3%. Sob a ótica da demanda, registraram-se contribuições negativa de 1 p.p. do setor externo e positiva de 3,7 p.p. da demanda interna. A expansão das exportações atingiu 4,1% e a das importações, 13,9%, enquanto o consumo das famílias cresceu 3,8%, evidenciando o papel relevante dos aumentos da massa salarial real e do volume de operações de crédito do sistema financeiro destinado a pessoas físicas. A formação bruta de capital fixo aumentou 5,9%, impulsionada pelos crescimentos de 7,6% na absorção doméstica de bens de capital e de 4,7% nos investimentos direcionados à construção civil. Considerando a evolução na margem, o PIB cresceu 0,5% no segundo trimestre de 2006, em relação ao trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados. Nessa base de comparação, a agropecuária cresceu 0,8% e o setor de serviços, 0,6%, enquanto o produto do setor industrial recuou 0,3%. Por componentes da demanda, verificou-se recuperação do consumo, com elevações de 1,2% no consumo das famílias e de 0,8% nos gastos governamentais.



2. O nível de atividade industrial apresentou relativa acomodação nos últimos meses. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, do IBGE, a indústria brasileira cresceu 0,6% no trimestre maio a julho, comparativamente ao trimestre encerrado em abril, com base em dados dessazonalizados. As indústrias extrativa e de transformação registraram expansões de 0,6% e de 0,4%, no período. A análise por categoria de uso revela crescimen-

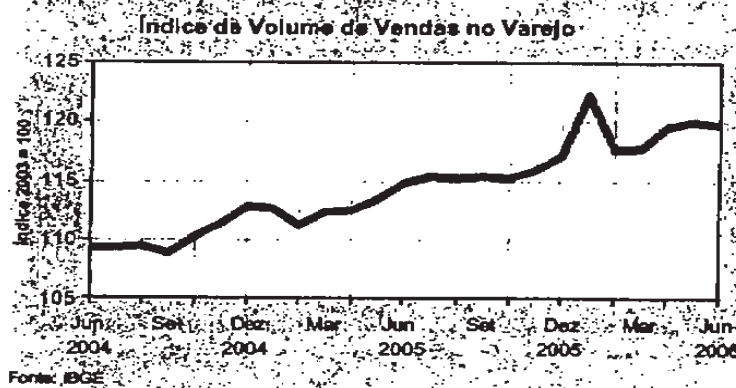


tos de 1,5% na produção de bens intermediários e de 1% na de bens de capital, considerados os trimestres encerrados em julho e em abril, dados dessazonalizados. Nessa comparação, a produção de bens semiduráveis e não-duráveis manteve-se estável e a de duráveis recuou 2,8%. Nos primeiros sete meses de 2006, a produção industrial cresceu 2,7%, ante período equivalente do ano anterior, combinando avanços de 8,1% da indústria extrativa e de 2,4% da indústria de transformação, que registrou expansões nas produções de bens de consumo duráveis, 6,6%; bens de capital, 5,5%; bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, 2,8%; e de bens intermediários, 1,9%.

3. O Índice de Volume de Vendas no Varejo, segundo a Pesquisa Mensal do

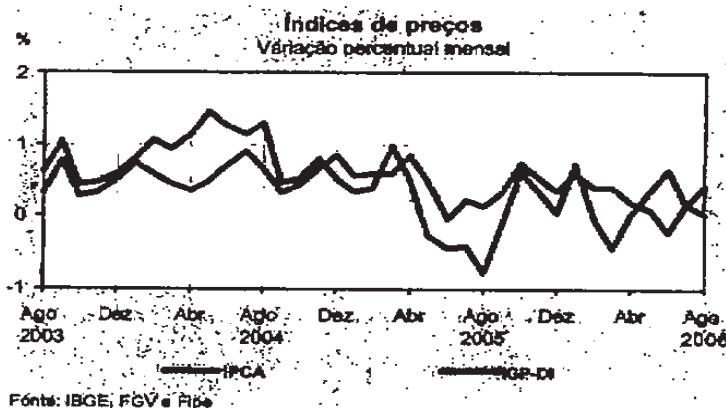
Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aumentou 0,4% no trimestre encerrado em junho de 2006, em relação ao trimestre finalizado em março, considerados dados dessazonalizados. Destacaram-se os crescimentos das vendas nos segmentos móveis e eletrodomésticos, 5,8%, e hipermercados e supermercados, 0,7%, enquanto, em sentido inverso,

as vendas de combustíveis e lubrificantes recuaram 5%, no trimestre. As vendas de automóveis, motocicletas, partes e peças, segmento que não é considerado no cálculo do índice geral, apresentaram recuperação, crescendo 2,1% na mesma base de comparação, trajetória que deverá ser estimulada pela melhora nas condições do crédito.



4. A inflação registrou queda expressiva no trimestre encerrado em agosto,

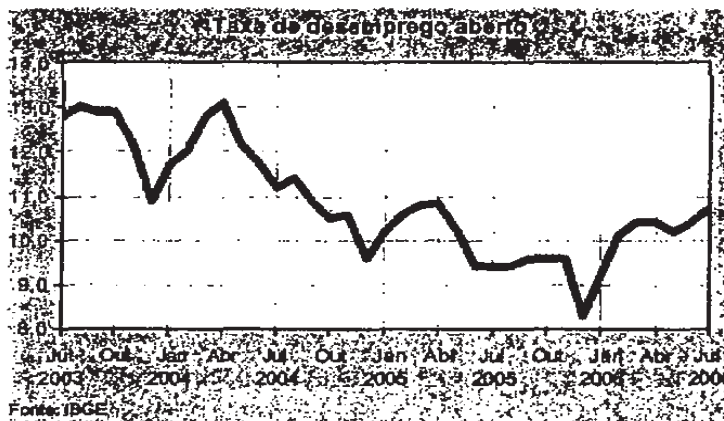
em relação ao período março a maio, principalmente se considerados os índices de preços ao consumidor. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) aumentou 1,25% no trimestre encerrado em agosto, ante queda de 0,05% no trimestre finalizado em maio, registrando-se elevações de 1,3% nos preços dos produtos industriais e de 3,34% nos preços agrícolas. O Índice Nacional de



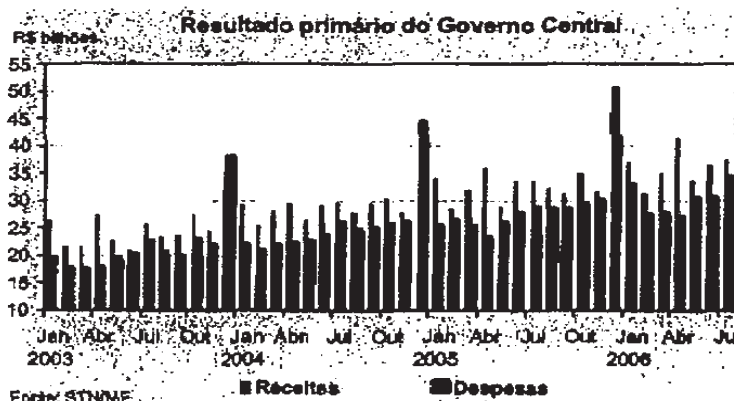
Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou variação de 0,03% no trimestre encerrado em agosto, ante 0,74% no trimestre março a maio, refletindo arrefecimentos dos preços livres, de 0,27% para -0,13%, e dos preços monitorados, de 1,68% para 0,36%. O IPCA

apresentou variações mensais de -0,21% em junho, menor variação desde setembro de 1998; de 0,19% em julho; e, de 0,05% em agosto.

5. A taxa de desemprego aberto da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, atingiu 10,7% em julho, ante 10,4% no mês anterior e 9,4% em julho de 2005, representando uma reversão da tendência de queda observada desde 2003. Em junho e julho deste ano a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu 2,7% e 3,6% respectivamente, enquanto o aumento dos ocupados atingiu 1,6% e 2,1%, discrepância associada à própria melhora das condições do mercado de trabalho, na medida que aumentos na remuneração e na geração de postos de trabalhos tendem a estimular a procura por emprego, reduzindo o número de desalentados e, em consequência, elevando a taxa de desemprego. Nos sete primeiros meses do ano, a taxa média de desemprego atingiu 10,2%, mesmo patamar registrado no período correspondente do ano anterior, com o número de pessoas ocupadas crescendo 1,8% e a PEA, 1,9%. Foram geradas, liquidamente, nas seis regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa, 126 mil novas vagas de emprego, resultado da criação de 168 mil novos postos com carteira assinada e da eliminação de 35 mil empregos sem carteira e de 7 mil empregos envolvendo aqueles sem remuneração, militares e funcionários públicos estatutários. Esse resultado evidencia a maior qualidade dos empregos criados e representa a taxa de formalização do emprego mais elevada da série histórica iniciada em 2002.

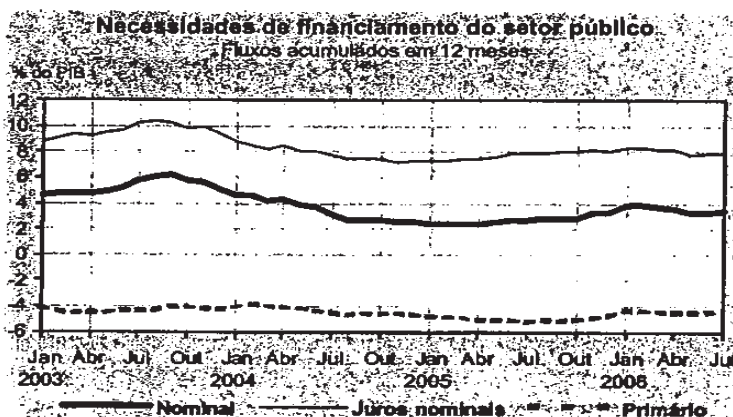


6. O superávit primário acumulado em doze meses, até julho, atingiu R\$87,5 bilhões, 4,33% do PIB. Considerados os primeiros sete meses do ano, o superávit totalizou R\$62,8 bilhões, 5,39% do PIB, comparativamente a 6,36% do PIB no mesmo período de 2005, registrando-se recuos nos superávits do Governo Central, 0,64 p.p. do PIB; dos governos regionais, 0,24 p.p.; e das empresas estatais, 0,08 p.p. A evolução do resultado do Governo Central, no período janeiro a julho de 2006, em relação ao período correspondente do ano anterior, refletiu crescimentos de 11,1% nas receitas e de 14% nas despesas que, como proporção do PIB, passaram de

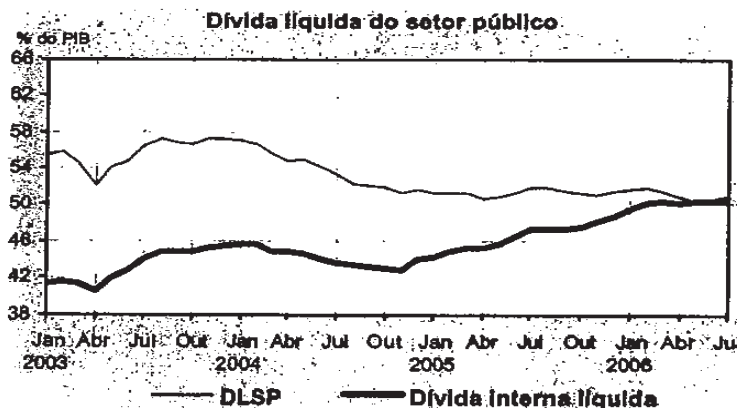


25,5% para 26,3%, e de 21,5% para 22,7%, respectivamente. Em relação aos segmentos que compõem o Governo Central, nos primeiros sete meses do ano os gastos do Tesouro Nacional elevaram-se em 14% e as receitas, em 10,7%, enquanto o déficit previdenciário atingiu R\$22,4 bilhões, 1,92% do PIB, comparativamente a R\$19,2 bilhões no mesmo período do ano anterior, refletindo crescimentos de R\$10,7 bilhões nos gastos com benefícios e de R\$7,5 bilhões nas receitas de contribuições. As transferências de recursos da União via Fundos de Participação dos Estados e Municípios, CIDE e Lei Kandir somaram R\$53,2 bilhões, até julho, com aumento de 10,8% em relação ao mesmo período de 2005.

7. Os juros nominais, apropriados pelo critério de competência, somaram, até julho, R\$95,1 bilhões, 8,16% do PIB, ante R\$92,3 bilhões, 8,53% do PIB, no mesmo período de 2005. A elevação dos juros apropriados no ano, em valores absolutos, a despeito da flexibilização da política monetária iniciada em setembro de 2005, decorreu da conjunção de alguns fatores, entre os quais o resultado acumulado das operações de swap cambial, menos favorável que no ano anterior. As necessidades de financiamento do setor público não financeiro, que abrange o resultado primário e os juros nominais apropriados, chegaram a R\$7,8 bilhões em julho e a R\$32,3 bilhões nos primeiros sete meses do ano. Nessa base de comparação, o déficit nominal superou o registrado no mesmo período de 2005 em 0,61 p.p. do PIB, financiado, principalmente, pela elevação de R\$110,7 bilhões na dívida mobiliária nesse período. Atuaram em sentido inverso, as diminuições de R\$65,2 bilhões do financiamento externo e de R\$7,9 bilhões da dívida bancária.

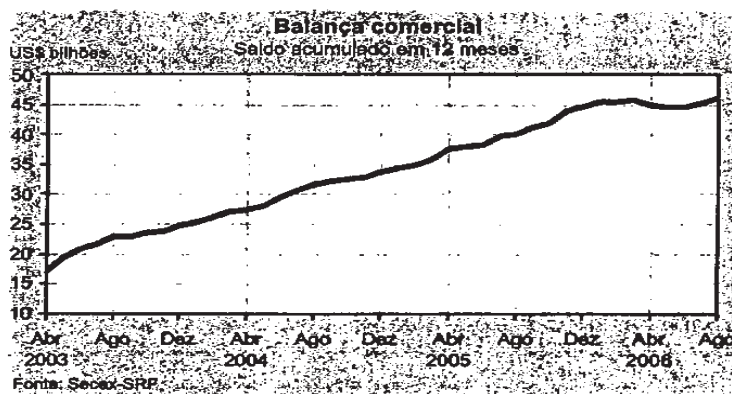


8. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu, em julho, R\$1.030,9 bilhões, 50,3% do PIB, ante R\$1.014,9 bilhões, 50,9% do PIB, em abril, e R\$1.002,5 bilhões, 51,5% do PIB, em dezembro de 2005. Ressalte-se que esse é o percentual mais baixo desde abril de 2001. Os principais determinantes da redução anual de 1,2 p.p. do PIB na DLSP foram o superávit primário e o efeito do crescimento do PIB valorizado, com 3,1 p.p. e 2,6 p.p., respectivamen-

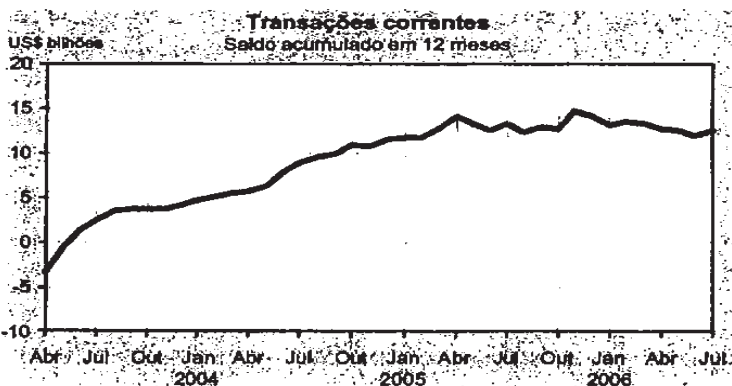


te. Em sentido inverso, os juros nominais apropriados foram o principal fator para a elevação da dívida, com 4,6 p.p. A participação percentual dos indexadores da DLSP vem sendo alterada de forma a reduzir as parcelas da dívida indexadas à taxa Selic e ao câmbio, melhorando sua estrutura de risco. O resultado tem sido o crescimento das parcelas pré-fixadas e indexadas a índices de preços, que em julho do ano passado representavam pouco mais de um terço da DLSP, e atualmente respondem por 53% do total.

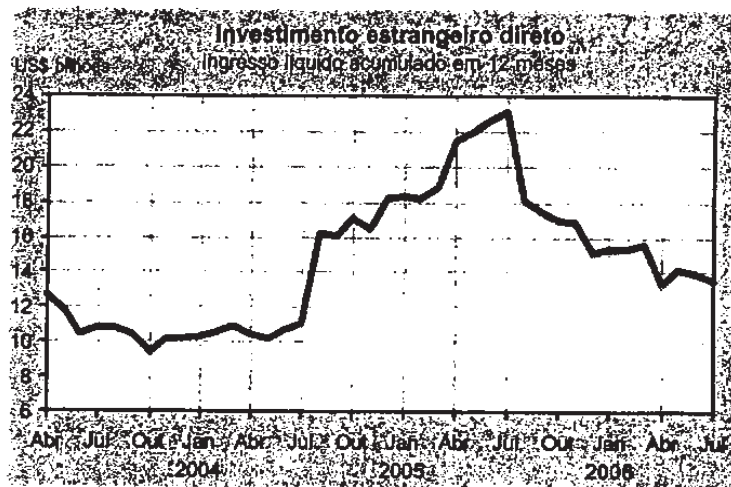
9. O superávit da balança comercial totalizou US\$5,6 bilhões em julho, com as exportações somando US\$13,6 bilhões e as importações, US\$8 bilhões, ambos recordes históricos, e as respectivas médias diárias apresentando crescimentos de 23,1% e 31,8%, em relação a julho de 2005. O resultado acumulado nos doze meses encerrados em julho totalizou US\$45,2 bilhões e a corrente de comércio, US\$211 bilhões, registrando crescimentos de 13,5% e de 18,5%, respectivamente, ante o período correspondente de 2005. Na mesma base de comparação, as exportações de produtos básicos aumentaram 22,8%, seguindo-se as de produtos manufaturados, 15,7%, e a de semimanufaturados, 10,4%. A contribuição das elevações nos preços superou a contribuição das elevações no quantum, na composição do crescimento do valor exportado. Nos doze meses encerrados em julho de 2006, relativamente ao mesmo período de 2005, as elevações de preços nas exportações de básicos, semimanufaturados e manufaturados atingiram 17,1%, 8,3% e 10,3%, respectivamente, enquanto as quantidades exportadas variaram, na mesma ordem, 5,6%, 1,8% e 4,8%.



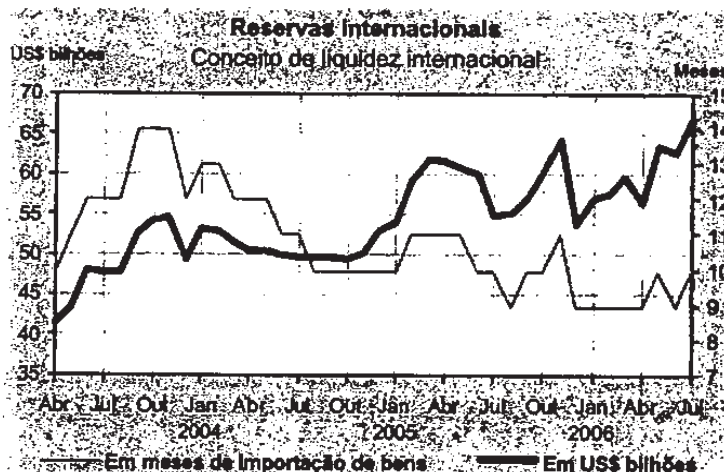
10. O superávit em transações correntes acumulado em doze meses totalizou US\$12,5 bilhões em julho de 2006, representando 1,45% do PIB, ante US\$13,3 bilhões no período correspondente do ano anterior. Apesar dos sucessivos recordes de comércio, os resultados em transações correntes vêm apresentando desaceleração em relação ao nível de US\$14,8 bilhões, registrado em novembro de 2005. As despesas líquidas com serviços somaram US\$8,8 bilhões e as remessas líquidas de rendas, US\$27,9 bilhões, com crescimentos de 33% e de 19,9%, respectivamente, em relação aos totais registrados nos doze meses encerrados em julho de 2005.



11. A conta financeira do balanço de pagamentos apresentou remessas líquidas acumuladas de US\$1,3 bilhão nos doze meses finalizados em julho de 2006, ante US\$7,6 bilhões no período correspondente de 2005. Na mesma base de comparação, os ingressos líquidos de IED somaram US\$13,5 bilhões e US\$23,1 bilhões, respectivamente. Ressalte-se o comportamento dos investimentos diretos brasileiros no exterior que, evidenciando o processo de internacionalização crescente das empresas brasileiras, registrou saídas líquidas de US\$5,6 bilhões no período.



12. Nos primeiros sete meses de 2006, as reservas internacionais cresceram US\$13 bilhões, ao totalizar US\$66,8 bilhões. Nesse período, as compras do Banco Central no mercado à vista de câmbio somaram US\$18,9 bilhões. Dentre as operações externas, sobressaíram amortizações de US\$17,6 bilhões, especialmente os US\$15 bilhões relativos aos bônus soberanos, aí incluídos US\$5 bilhões das operações de recompra de títulos da dívida externa, US\$1,3 bilhão das operações de Tender Offer e US\$6,2 bilhões do exercício da opção de call dos Bradies. As referidas amortizações compreenderam ainda os pagamentos de US\$2,6 bilhões realizados ao Clube de Paris. Destaquem-se desembolsos de US\$2,1 bilhões em bônus da República e de US\$1,2 bilhão originários de organismos. As despesas líquidas de juros totalizaram US\$2,6 bilhões, resultantes da receita de US\$1,4 bilhão com a remuneração das reservas e das seguintes despesas: US\$3,8 bilhões referentes a bônus, US\$115 milhões ao FMI e US\$83 milhões ao Clube de Paris. As liquidações de compras do Tesouro Nacional somaram US\$9,9 bilhões, enquanto as demais operações geraram incremento de estoque de US\$1,2 bilhão.



B. Política Monetária no segundo trimestre de 2006

13. Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4, situaram-se nos intervalos estabelecidos pela Programação Monetária para o segundo trimestre do ano.

14. A base monetária restrita, no conceito de média dos saldos diários, atingiu R\$93,8 bilhões em junho, apresentando expansões de 3,3% no mês e de 16,9% em 12 meses. O saldo de papel-moeda emitido e as reservas bancárias totalizaram R\$64 bilhões e R\$29,8 bilhões, respectivamente, apresentando aumentos de 2,3% e 5,6%, no mês, e de 16,3% e 18,1% em relação a junho de 2005.

15. A base monetária ampliada, que inclui a base restrita, os depósitos compulsórios e os títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, atingiu R\$1,24 trilhão em junho, no conceito de saldos em final de período, com aumentos de 0,75% no mês e de 17,5% em doze meses, este evidenciando variações de 18,4% no saldo de títulos do Tesouro Nacional, de 12,7% nos depósitos compulsórios em espécie, de 20,6% na base restrita e de -47,2% no saldo de títulos do Banco Central.

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no segundo trimestre de 2006^{1/}

Descrição	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	112,8-152,7	12,4	133,8	13,2
Base restrita ^{3/}	76,7-103,7	12,4	93,8	16,9
Base ampliada ^{4/}	1 144,2-1 343,2	18,1	1 237,3	17,5
M4 ^{4/}	1 205,7-1 631,3	19,8	1 409,3	19,0

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

16. Os meios de pagamento (M1), no conceito de média dos saldos diários, alcançaram R\$133,8 bilhões em junho, registrando aumentos de 1,4% no mês e de 13,2% em 12 meses. O saldo de papel-moeda em poder do público atingiu R\$52,4 bilhões e os depósitos à vista, R\$81,4 bilhões, apresentando crescimentos respectivos, nas mesmas bases de comparação, de 2,3% e 15%, e de 0,7% e 12,1%.

17. O agregado monetário M4 totalizou R\$1,41 trilhão em junho, com elevações de 0,6% no mês e de 19% em 12 meses.

18. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, determinaram impacto expansionista de R\$15,5 bilhões no segundo trimestre. Esse resultado refletiu resgates líquidos de R\$37,4 bilhões no mercado primário, com compras líquidas de R\$37,1 bilhões em títulos do Tesouro Nacional e de R\$0,37 bilhão em títulos do Banco Central, e venda líquida de títulos da ordem de R\$21,3 bilhões no mercado secundário.

19. Em abril, o Copom avaliou que embora a elevação nos preços internacionais de *commodities* importantes introduzisse um risco adicional para a evolução dos preços domésticos, continuava se configurando um cenário benigno para a trajetória da inflação. Adicionalmente, tendo em vista as incertezas que cercavam os mecanismos de transmissão da política monetária e a menor distância entre a taxa básica de juros corrente e as taxas de juros que deverão vigorar em equilíbrio no médio prazo, o Copom entendeu que a preservação das importantes conquistas obtidas no combate à inflação e na manutenção do crescimento econômico, com geração de empregos e aumento da renda real, poderia demandar que a flexibilização adicional da política monetária fosse conduzida com maior parcimônia. À luz dessas considerações, o Copom decidiu reduzir a meta para a taxa Selic para 15,75% a.a. Em maio, o Copom considerou que o aumento na volatilidade nos mercados financeiros internacionais, mesmo apresentando um caráter transitório, havia gerado elevação na incerteza em relação ao comportamento futuro da inflação, o que poderia acabar dificultando tanto a avaliação de cenários pela autoridade monetária quanto a coordenação de expectativas dos agentes privados. Nesse ambiente, no qual cabe à política monetária manter-se especialmente vigilante para evitar que a maior incerteza detectada em horizontes mais curtos se propague para horizontes mais longos, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a meta para a taxa Selic para 15,25%, sem viés, e acompanhar a evolução do cenário macroeconômico até a sua próxima reunião para, então, definir os próximos passos na sua estratégia de política monetária.

C. Política monetária no bimestre Julho-Agosto de 2006

20. A base monetária restrita, calculada pela média dos saldos diários, somou R\$96 bilhões em agosto, apresentando aumentos de 0,5% no mês e de 17% em 12 meses. Nas mesmas bases de comparação, as reservas bancárias contraíram 2% e expandiram 12,1%, respectivamente, situando-se em R\$28,9 bilhões, enquanto o saldo de papel-moeda emitido cresceu 1,6% e 19,2%, atingindo R\$67,1 bilhões.

21. A base monetária ampliada totalizou R\$1,27 trilhão em agosto, com aumentos de 1,1% no mês e de 17,4% em 12 meses. O resultado anual refletiu crescimentos de 11,7% no saldo de depósitos compulsórios, de 25,1% na base restrita e de 18,1% no saldo de títulos públicos do Tesouro Nacional, paralelamente à redução de 48,2% no saldo de títulos do Banco Central.

22. Os meios de pagamento (M1), avaliados pela média dos saldos diários, alcançaram R\$137,9 bilhões em agosto, com expansão de 0,6% no mês e de 14,8% em 12 meses. O saldo do papel-moeda em poder do público atingiu R\$54,6 bilhões, apresentando crescimentos de 1,3% no mês e de 17,4% em 12 meses, enquanto os depósitos à vista totalizaram R\$83,3 bilhões, com aumentos de 0,1% e 13,1%, respectivamente.

23. O agregado monetário mais amplo (M4) totalizou R\$1,45 trilhão em agosto, registrando aumentos de 1% no mês e de 18,2% em 12 meses.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o terceiro trimestre de 2006 e ocorridos no período julho-agosto^{1/}

Descrição	Julho		Agosto	
	Saldo em bilhões	Variação percentual	Saldo em bilhões	Variação percentual
M1 ^{3/}	116,7-157,9	14,5	137,9	14,8
Base restrita ^{3/}	81,6-110,4	16,1	96,0	17,0
Base ampliada ^{4/}	1178,0-1382,8	16,8	1272,7	17,4
M4 ^{4/}	1241,2-1679,3	17,6	1446,2	18,2

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

24. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, resultaram em contração monetária de R\$4,4 bilhões no bimestre julho-agosto. O Tesouro Nacional efetuou resgate líquido de R\$1,5 bilhão no mercado primário, enquanto, no mercado secundário, as operações com títulos públicos exerceram impacto contracionista de R\$6 bilhões.

25. Em julho e em agosto, o Copom considerou que os dados referentes à atividade econômica sugeriam expansão em ritmo condizente com as condições de oferta ao longo dos próximos trimestres, com baixa probabilidade de ocorrência de pressões significativas sobre a inflação. Além disso, a despeito da perspectiva de consolidação de um ambiente de menor liquidez global, em virtude da elevação das taxas de juros nas economias industrializadas, e do fato de os preços do petróleo terem se mantido em níveis historicamente elevados, o cenário externo permanecia favorável, particularmente no que diz respeito às perspectivas de financiamento para a economia brasileira. Assim, ainda considerando que uma parcela dos resultados favoráveis para a inflação de curto prazo correspondia a fatores pontuais, que tendem a apresentar alguma reversão no futuro, e que os níveis elevados dos preços internacionais de *commodities* importantes representavam um risco relevante para a evolução dos preços domésticos, o cenário para a trajetória da inflação permanecia benigno. À luz dessas considerações, o Copom decidiu, por unanimidade, dar continuidade ao processo de flexibilização da política monetária iniciado na reunião de setembro de 2005, reduzindo a meta para a taxa Selic para 14,75% a.a., em julho, e para 14,25% a.a., em agosto, sem viés, e acompanhar a evolução do cenário macroeconômico até a sua próxima reunião para, então, definir os próximos passos na sua estratégia de política monetária.

Reunião do Senado	Índice de Preço do Consumo	Índice de Preço do Consumo
21.01.2004	-	16,50
18.02.2004	-	16,50
17.03.2004	-	16,25
14.04.2004	-	16,00
19.05.2004	-	16,00
16.06.2004	-	16,00
21.07.2004	-	16,00
18.08.2004	-	16,00
15.09.2004	-	16,25
20.10.2004	-	16,75
17.11.2004	-	17,25
15.12.2004	-	17,75
19.01.2005	-	18,25
16.02.2005	-	18,75
16.03.2005	-	19,25
20.04.2005	-	19,50
18.05.2005	-	19,75
15.06.2005	-	19,75
20.07.2005	-	19,75
17.08.2005	-	19,75
14.09.2005	-	19,50
19.10.2005	-	19,00
23.11.2005	-	18,50
14.12.2005	-	18,00
18.01.2006	-	17,25
08.03.2006	-	16,50
19.04.2006	-	15,75
31.05.2006	-	15,25
19.07.2006	-	14,75
30.08.2006	-	14,25

1/ Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

D. Perspectivas para o quarto trimestre de 2006

26. A atividade econômica seguiu em expansão no segundo trimestre deste ano e no início do terceiro, mantendo a tendência delineada desde 2003 e ritmo de crescimento compatível com o ambiente requerido para a estabilidade de preços. A demanda interna, novamente, respondeu integralmente pelo atual dinamismo do nível de atividade, registrando-se elevação tanto dos indicadores de consumo, favorecidos pelo crescimento da massa salarial real e pela melhoria das condições de crédito, quanto dos relativos a investimentos, em sintonia com a consistência dos fundamentos econômicos e com a evolução do risco-país.

27. Os indicadores do mercado de trabalho têm registrado expansão da ocupação, com desdobramentos favoráveis sobre o nível de rendimento real. Ressalte-se que a melhora nas condições do mercado de trabalho, a exemplo de aumento na remuneração e na geração de postos de trabalhos, tende a estimular a procura por emprego, reduzindo o número de desalentados e, em consequência, elevando a taxa de desemprego, processo já observado em outros ciclos de expansão nos últimos anos. A massa salarial real, produto do rendimento médio real habitualmente recebido pelo número de ocupados, cresceu 6,2% nos sete primeiros meses do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior.

28. As operações de crédito do sistema financeiro mantiveram trajetória de crescimento no trimestre encerrado em agosto, ainda que menos acentuada do que em períodos anteriores. Nesse contexto, a demanda por recursos por parte das famílias, particularmente no que se refere ao crédito livre, manteve-se sustentada pelas modalidades de consumo em detrimento das operações de crédito rotativo, com destaque para o crédito consignado e para o financiamento de veículos, alternativa intensificada com a queda das taxas de juros e dos spreads. Ao mesmo tempo, cabe destacar a consistente ampliação do crédito habitacional, a partir da introdução de importantes medidas institucionais implementadas nos últimos dois anos.

29. Em relação ao crédito contratado pelas empresas, ao lado da maior estabilidade na demanda por modalidades lastreadas em recursos externos, em cenário de liquidez internacional favorável, o crescimento observado continuou determinado pelas operações com recursos domésticos, principalmente na modalidade de capital de giro. Nesse segmento, destaca-se a crescente participação de pequenas e médias empresas no total do crédito bancário, ao mesmo tempo em que as grandes empresas intensificam o acesso a fontes alternativas de recursos, onde prevalecem os novos lançamentos de debêntures e emissões primárias de ações.

30. Os resultados do setor público em 2006, mesmo situando-se em níveis inferiores aos obtidos em 2005, indicam a continuidade da política de austeridade fiscal, evidenciada pela viabilidade do cumprimento das metas fixadas para o ano. As perspectivas de incorporação mais ampla no futuro próximo dos efeitos da flexibilização já ocorrida na política monetária, em conjunto com a manutenção das metas estabelecidas para o resultado primário, criam condições para a queda mais acentuada da relação dívida/PIB.

31. As projeções para o saldo comercial em 2006 sugerem perspectivas positivas para o balanço de pagamentos, com expectativas de continuidade na obtenção de superávits em transações correntes. A manutenção de elevado saldo comercial tem sido mais que suficiente para compensar possíveis efeitos da apreciação nominal do câmbio, quer seja sobre a expansão das despesas com viagens internacionais, quer sobre as remessas de lucros e dividendos. Não obstante o nível confortável, a trajetória do superávit comercial deverá refletir o crescimento das importações em patamar superior ao das exportações, com desdobramentos sobre o superávit em transações correntes. Nos primeiros sete meses do ano, a balança comercial registrou superávit de US\$25,2 bilhões e as transferências unilaterais correntes também apresentaram melhora em relação ao resultado de janeiro a julho de 2005.

32. O comportamento das contas externas permitirá que se encerre 2006 com nível de reservas internacionais superior ao de 2005, não obstante as antecipações de pagamentos ao Clube de Paris e de títulos de emissão da República, proporcionando forte redução da dívida externa. Dois fatores contribuíram decisivamente para a elevação das reservas, quais sejam, as compras líquidas de US\$18,9 bilhões no mercado doméstico de câmbio e as liquidações de US\$9,9 bilhões de compromissos externos do Tesouro Nacional, com recursos obtidos em mercado, poupando as reservas internacionais. Simultaneamente, a elevação do estoque de reservas internacionais gerou a aceleração das receitas de juros.

33. A manutenção de elevados superávits comerciais e dos atuais níveis de reservas internacionais, a redução do estoque de endividamento externo, e os fluxos líquidos de IED constituem variáveis favoráveis para a posição externa brasileira. Fortalecendo esse cenário, o fluxo positivo registrado no mercado de câmbio contratado, nos sete primeiros meses do ano, continua indicando um cenário externo confortável e permite sustentar a avaliação de que não haverá dificuldades no financiamento do balanço de pagamentos, tanto em 2006 quanto em 2007.

34. Nesse contexto, o comportamento dos preços nos últimos meses, bem como as expectativas quanto à sua evolução, evidenciam que as incertezas relativas à trajetória da inflação, presentes anteriormente, estão sendo progressivamente dissipadas. Essa evolução deve ser atribuída, fundamentalmente, à ação da política monetária, ainda que seja possível identificar no comportamento recente dos preços fatores pontuais relacionados às condições de oferta.

35. A perspectiva favorável para a evolução futura dos preços, expressa pelas estimativas de mercado, também resulta, fundamentalmente, das ações de política monetária que têm sido implementadas. Para os próximos meses, não se vislumbram pressões generalizadas sobre preços, sejam de ordem inercial ou relacionadas à recuperação de margens, o que contribui para consolidar as expectativas de que a inflação continue evoluindo de acordo com a trajetória de metas fixada para 2006, 2007 e 2008.

E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o quarto trimestre de 2006.

36. A programação dos agregados monetários para o quarto trimestre de 2006 considerou o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, além de ser consistente com o atual regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

37. As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos para a demanda por seus componentes. Considerando-se o crescimento esperado do produto, a trajetória esperada para a taxa Selic e a sazonalidade característica daqueles agregados. Em decorrência, a variação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento foi estimada em 14,5% para dezembro de 2006.

Quadro 3. Programação monetária para 2006^{1/}

		R\$ bilhões	
Trimestre	Mês	Variação em 12 meses	
		2006	2007
M1 ^{3/}		138,7-187,6	14,5
Base restrita ^{3/}		95,8-129,7	14,7
Base ampliada ^{4/}		1215,9-1427,4	14,5
M4 ^{4/}		1284,2-1737,4	15,1

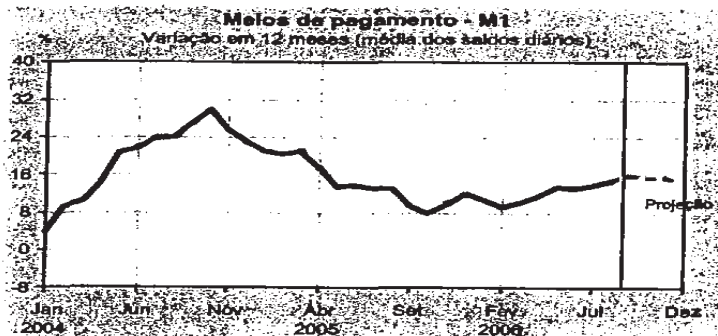
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

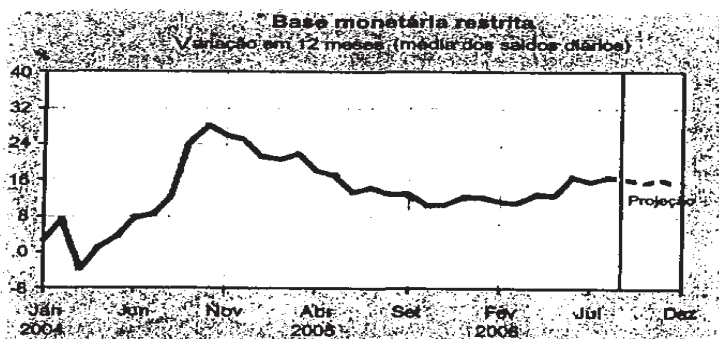
3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

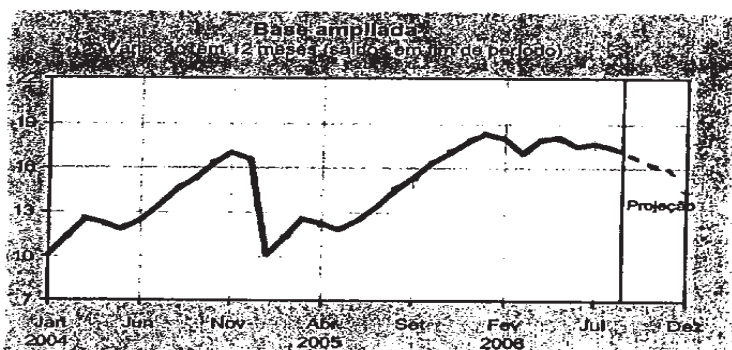
38. Considerou-se ainda, para a projeção dos meios de pagamento, o aumento da demanda por moeda em virtude das eleições a ocorrerem neste ano, assim como, a expansão das operações de crédito do sistema financeiro e as liberações do FGTS, ao amparo da Lei Complementar nº 110, de 29.6.2001.



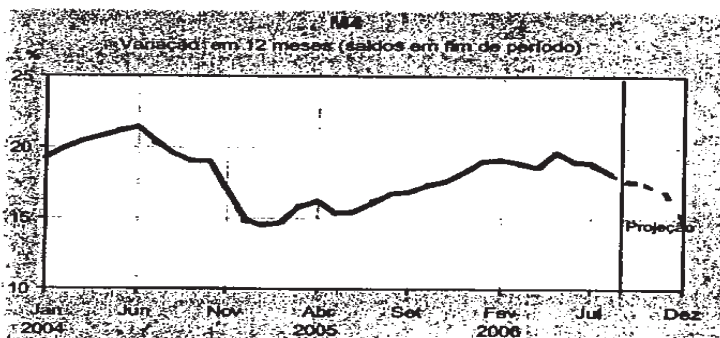
39. Tendo em vista a projeção feita para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, que são relacionadas à demanda por meio circulante e por reservas bancárias, e considerando-se a atual alíquota de recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista, projeta-se elevação de 14,7% em 12 meses para o saldo médio da base monetária em dezembro de 2006.



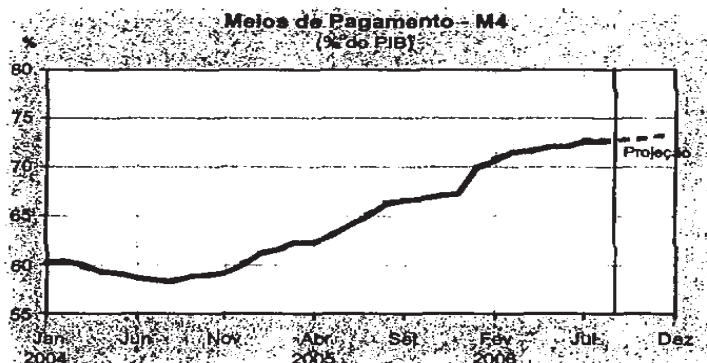
40. As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal. Os resultados indicam variação em 12 meses de 14,5% em dezembro de 2006.



41. Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em 12 meses esperado para o M4 corresponde a 15,1% em dezembro de 2006.



42. A proporção entre o M4 e o PIB não deverá apresentar expansão significativa ao longo do quarto trimestre de 2006, consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis.



43. A evolução dos agregados monetários é resumida no quadro a seguir, onde são apresentados os valores ocorridos no bimestre julho/agosto de 2006, bem como os valores previstos para o quarto trimestre de 2006.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2005		2006			
	Julho		Julho		Projeção	
	Saldo em milhões de reais	Var. em % sobre o mês anterior	Saldo em milhões de reais	Var. em % sobre o mês anterior	Saldo em milhões de reais	Var. em % sobre o mês anterior
M1 ^{4/}	142,5	12,0	137,9	14,8	163,1	14,5
Base restrita ^{4/}	98,3	12,6	96,0	17,0	112,8	14,7
Base ampliada ^{5/}	1154,1	17,8	1272,7	17,4	1321,7	14,5
M4 ^{5/}	1 312,4	18,3	1 446,2	18,2	1510,8	15,1

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldos em fim de período.

44. A evolução dos diversos multiplicadores, implícita na programação monetária, é resumida no quadro a seguir:

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2005		2006			
	Julho		Julho		Projeção	
	Multiplicador	Var. em % sobre o mês anterior	Multiplicador	Var. em % sobre o mês anterior	Multiplicador	Var. em % sobre o mês anterior
M1 / Base restrita ^{3/}	1,449	-0,5	1,437	-1,8	1,447	-0,1
Res.bancárias / dep.vista ^{3/}	0,341	-0,9	0,347	-0,9	0,331	-2,9
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,400	-0,2	0,396	2,3	0,400	0,0
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,137	0,4	1,136	0,6	1,143	0,5

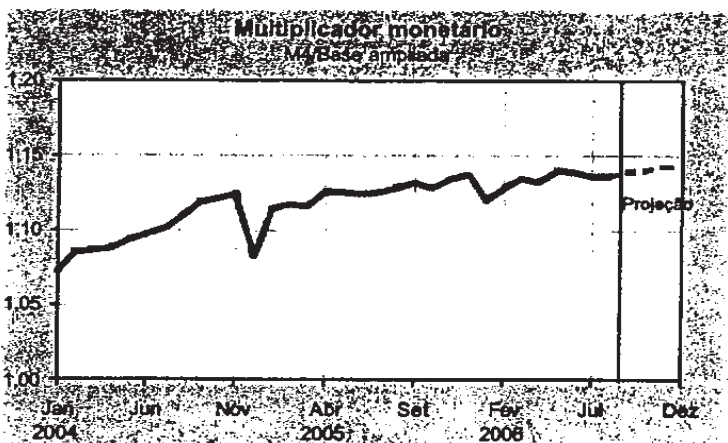
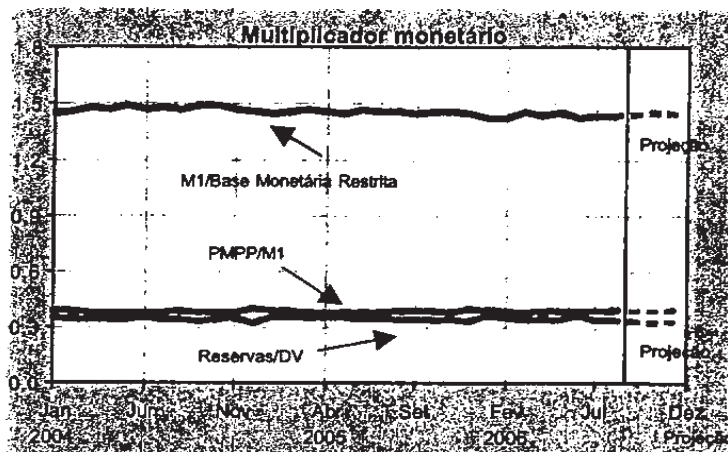
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

45. Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não deverão apresentar tendência pronunciada em qualquer direção ao longo do quarto trimestre de 2006.



Resumo das projeções

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no segundo trimestre de 2006^{1/}

	2006	2005	2004	2003
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
M1 ^{3/}	112,8-152,7	12,4	133,8	13,2
Base restrita ^{3/}	76,7-103,7	12,4	93,8	16,9
Base ampliada ^{4/}	1 144,2-1 343,2	18,1	1 237,3	17,5
M4 ^{4/}	1 205,7-1 631,3	19,8	1 409,3	19,0

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o terceiro trimestre de 2006 e ocorridos no período julho-agosto^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	Julho	Agosto	Julho	Agosto
M1 ^{3/}	116,7-157,9	14,5	137,9	14,8
Base restrita ^{3/}	81,6-110,4	18,1	96,0	17,0
Base ampliada ^{4/}	1178,0-1382,8	16,8	1272,7	17,4
M4 ^{4/}	1241,2-1679,3	17,6	1446,2	18,2

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 3. Programação monetária para 2006^{1/}

Discriminação	R\$ bilhões	
	Saldo em 1º de janeiro	Variação em 12 meses
M1 ^{3/}	138,7-187,6	14,5
Base restrita ^{3/}	95,8-129,7	14,7
Base ampliada ^{4/}	1215,9-1427,4	14,5
M4 ^{4/}	1284,2-1737,4	15,1

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2005		2006		2007	
	Saldo em 31 de dezembro	Variação em 12 meses	Saldo em 31 de dezembro	Variação em 12 meses	Saldo em 31 de dezembro	Variação em 12 meses
M1 ^{4/}	142,5	12,0	137,9	14,8	163,1	14,5
Base restrita ^{4/}	98,3	12,6	96,0	17,0	112,8	14,7
Base ampliada ^{5/}	1154,1	17,8	1272,7	17,4	1321,7	14,5
M4 ^{5/}	1 312,4	18,3	1 446,2	18,2	1510,8	15,1

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldos em fim de período.

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2005		2006		2007	
	Multiplicador	Variação em 12 meses	Multiplicador	Variação em 12 meses	Multiplicador	Variação em 12 meses
M1 / Base restrita ^{2/}	1,449	0,1	1,437	-1,0	1,447	-0,1
Res.bancárias / dep.vista ^{3/}	0,341	-6,6	0,347	-1,1	0,331	-2,9
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,400	3,6	0,396	1,5	0,400	0,0
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,137	1,0	1,136	1,1	1,143	0,5

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

Aviso nº 1.165 – C. Civil

Brasília, 28 de setembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Programação Monetária.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República destinada à Comissão de Assuntos Econômicos, contendo a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995

Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.

.....
Art. 6º O Presidente do Banco Central do Brasil submeterá ao Conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, programação monetária para o trimestre, da qual constarão, no mínimo:

I – estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários compatíveis com o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda; e

II – análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre, e justificativa da programação monetária.

§ 1º Após aprovação do Conselho Monetário Nacional, a programação monetária será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

§ 2º O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o **caput** deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento.

§ 3º O Decreto Legislativo referido no parágrafo anterior limitar-se-á à aprovação ou rejeição **in totum** da programação monetária, vedada a introdução de qualquer alteração.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com referência à **Mensagem nº 228, de 2006**, que acaba de ser lida, a Presidência comunica ao Plenário que a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência, tendo em vista o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, que preceitua: “O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o *caput* deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento.”

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

V. Exª terá vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Papaléo Paes, Srªs e Srs. Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado Federal, ontem este País viveu um momento muito importante na construção da democracia.

Winston Churchill disse que a democracia foi uma conquista; é complicada, tem suas dificuldades, mas ele não conhecia regime melhor.

Senador Heráclito Fortes, ontem, vivemos um grande dia de aperfeiçoamento da democracia, que nasceu precisamente inspirada pelo povo e na coragem do povo.

Sr. Presidente Papaléo Paes, o povo estava insatisfeito com o governo, que na totalidade seria dos reis, que eram deuses na terra, enquanto Deus seria o rei do céu. O absolutismo era muito bom para o rei, que era vitalício; passava para a sua família e para quem morava no palácio do rei. O povo, sofrendo, conscientizou-se da sua força. Foi às ruas e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade!”. Com esse grito, caíram os reis do mundo todo.

Importante salientar, Senador Heráclito Fortes, que cem anos foram necessários para que os reis do Brasil caíssem. E nasceu esse regime que se originou do povo, nas ruas, insatisfeito com os governantes e os reis.

Então, o que caracterizava a monarquia era o absolutismo, o poder concentrado na mão de um só. A inteligência do jurista Montesquieu dividiu esse poder. E nasceu o que é chamado de poder tripartido: Poder Legislativo, para fazer as leis; Poder Judiciário, o guardião; e Poder Executivo, para administrar e fazer as obras necessárias à comunidade.

Senador Papaléo, no meu entender – e entendo bem –, é na nossa vaidade que estamos neste Poder hoje, o Legislativo, cujo ápice é o Senado. Creio que somos apenas instrumentos da democracia; o Poder é daquele que o criou: o povo. O Poder é daquele que trabalha, paga, por intermédio dos impostos, e mantém estes instrumentos: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo. Precisamos entender que o povo está acima. O povo foi que fez a democracia, é soberano, e é ele que paga, que trabalha, o povo é que contribui. Vamos acabar com essa vaidade de poder; somos apenas instrumento.

Atentai bem! Montesquieu dividiu o poder, defendeu a existência de leis, e o conjunto dessas leis seria chamado Constituição.

Há poucos dias, justamente no dia 5 de outubro, nós comemoramos aqui 18 anos de nossa Constituição atual, Senador Papaléo Paes. Porém, no Brasil, a intenção de elaborar uma Constituição é muito velha. Tiradentes, Joaquim José Xavier, lera uma revista francesa que falava da constituição americana. E foram essas idéias que alimentaram a Inconfidência Mineira, a qual culminou com o enforcamento dele. Portanto, antes da nossa primeira Constituição, houve esse sonho de Tiradentes, ao ler um compêndio em francês que versava sobre os benefícios da constituição americana.

Atentai bem! Na história da nossa Constituição, o próprio herdeiro – Regente ainda –, antes de este País se tornar independente, antes do grito “Independência ou Morte”, pensara também em uma Constituinte, em uma Constituição. E, quando se deu o grito da Independência, em 7 de setembro de 1822, ele, que já tinha isso em mente, como Regente, fez logo, com seus conselheiros, a primeira Constituição brasileira. Mas ela agonizou logo e teve poucos dias, em razão do conflito de independência.

Em 1824, D. Pedro I lançou a sua primeira Constituição. E entendo, Senador Heráclito Fortes, que essa foi a mais duradoura, porque tivemos os anos de D. Pedro I e os de Pedro II, 49 anos, que governou este País com essa Constituição. Então, ela foi, quero crer, a mais prolongada.

Durante esse período, o espírito e o desejo de República, antecipados por Tiradentes, foram exercitados com muita galhardia pelo povo gaúcho, liderado por Bento Gonçalves. Sem dúvida alguma, aquela foi a nossa mais heróica guerra, Senador Augusto Botelho.

Na Revolução Farroupilha, os gaúchos, estoicamente, agüentaram dez anos no desejo de fazer chegar a este País a República, o Governo do povo,

pelo povo e para o povo. Foram dez anos com Bento Gonçalves.

Os gaúchos mostraram bravura nessa história porque a rendição deles, Senador Augusto Botelho, foi condicionada à libertação dos negros e à proclamação da República. Porém, Caxias e Pedro II, vamos dizer, enganaram o povo gaúcho, que se rendeu, e não libertaram os negros. Então, aconteceu uma das páginas mais lindas da história, quando os gaúchos negros, os lanceiros negros, não se renderam. Eles, quase desarmados, apenas com lanças, enfrentaram Caxias, que recebeu dinheiro da Inglaterra, para, junto com Argentina e Uruguai, trucidar o Paraguai, que estava com uma incipiente indústria de tecidos, concorrendo com os poderosos capitalistas da Inglaterra. Assim, os lanceiros negros, vendo que não tinham conquistado a libertação dos escravos, enfrentaram o Exército brasileiro, do Imperador Pedro II e de Caxias. Foi um trucidamento.

Penso que o Senador Paulo Paim é neto desses heróicos lanceiros negros, tal a bravura com que ele defende, no Parlamento, os interesses das classes menos favorecidas, do próprio negro, do idoso, do índio, do assalariado e do desempregado.

Enfim, surgiu a Princesa – mostrando a valia da mulher na política –, que exercitou o mando deste Brasil por poucas vezes e por pouco tempo. Sem dúvida nenhuma, Senador Magno Malta, esta mulher lembra a santa Dadá, sua mãe, e é um registro da coragem da mulher na história do mundo. Com poucos dias governando, a Princesa fez uma das leis mais belas, conferindo liberdade aos escravos. Isso contrariou o regime vigente, e, de fato, deu-se a República.

Nós seguimos, Senador Papaléo Paes, com a primeira Constituição republicana, inspirada por Rui Barbosa, de 1891. Alguns Parlamentares a elaboraram no Congresso, mas foi Rui Barbosa quem a liderou; ele foi, digamos, o ícone dessa Constituição.

Depois, na República, tivemos o período de Getúlio Vargas. Temos que aprender com a história, com Getúlio Vargas, um homem muito bom, gaúcho – e ninguém escolhe a época de governar –, que, para entrar, teve de fazer uma revolução, uma guerra. Depois, os paulistas quiseram derrubá-lo em 1932, houve outra guerra e, em seguida, aconteceu a Segunda Guerra Mundial. Então, Vargas enfrentou, em seus 15 anos de governo, três guerras, embora a história o considere um homem da paz.

Sou juscelinista por identidade de profissão e de geração. Eu o vi sorridente. Ele foi médico cirurgião como nós, de Santa Casa, foi “prefeitoinho”, foi Governador de Estado e teve uma vida militar, assim como nós. Ele foi ainda Presidente da República, sorridente,

otimista, cassado, humilhado, traduzindo o que é uma vida de político coerente.

Getúlio Vargas deu um grande ensinamento, Senador Magno Malta, ao PT. Atentai bem, Senador Heráclito Fortes. Getúlio cedeu porque veio a vitória de Winston Churchill – a democracia venceu os governos totalitários de Hitler e Mussolini. Ele se afastou em nome da democracia e cedeu.

Gostaria apenas de tirar de Getúlio Vargas esse ensinamento. Eu, que sou encantado por Juscelino, noutro dia, Senador Heráclito Fortes, ouvi de Reginaldo Furtado, da OAB: “Getúlio era melhor”. Fiquei constrangido, porque sou apaixonado pelo otimismo de Juscelino. E comecei a ler.

Lula, nosso Presidente, às vezes se comporta como o Jamanta da novela: nada sabe, nada vê. Mas bastaria ver um filme sobre Getúlio, só esse fato, para o PT aprender. Magno Malta, atentai bem!

Então, eu fiquei encantado pelo seguinte: Getúlio, depois de 15 anos, quando saiu do Governo, se recolheu a sua fazenda em São Borja. Lá não tinha eletricidade. Por quinze anos e ele não levou para lá. E mais, ele não tinha uma geladeira a querosene.

Senador Heráclito Fortes, meu avô, empresário, que V. Ex^a conhece e conheceu, na mesma época, tinha três geladeiras. Cito isso só para situar. Ele era empresário no Piauí. Tinha uma na sua empresa, na sua firma; tinha uma na sua casa, e tinha uma na casa de praia. Três! Getúlio Vargas não tinha uma geladeira a querosene, Senador Magno Malta.

Ó PT, aprenda! Ó Brasil, veja o que é o PT, essa organização criminosa que rouba a cada instante. Nós conhecemos o PT, eu os conheço. Andavam de chinelo, na fila de ônibus. Hoje tem Hillux, Heráclito Fortes. Nós conhecemos, o PT do Piauí assalta mais do que o PT de Brasília.

Então, Getúlio, com quinze anos de governo – Brasil, atentai bem! –, não tinha uma geladeira a querosene. E um amigo, empresário paulista lhe ofereceu. E ele, com pudor e ética, não quis aceitar. Mas outro amigo chegou e disse: “Rapaz, ele está dando, aceite”. E Getúlio acabou recebendo uma geladeira a querosene Electrolux.

Eu sei de mais, Magno Malta. O Augusto Botelho, da minha idade, talvez saiba que ela tinha uns pés compridos e, debaixo, uma chama de querosene e, se fumaçava a chama, Papaléo, ela não gelava. Então, meu avô gritava: “Menino, se abaixe e vá ver por que não está gelando”. A gente tinha de graduar.

Mas quero dizer que, na época, meu avô tinha três geladeiras e Getúlio Vargas, após quinze anos...

Ó PT corrupto; ó brasileiros, atentai, olhem para a cara de cada um, para o carro de cada um, para o

apartamento de cada um, para as contas correntes, para a vergonha. Getúlio, em quinze anos, ganhou uma geladeira. Aí, ele aceitou, Papaléo e está no seu diário, foram lhe perguntar “E, aí, a geladeira?”. “Sabe que gostei, de noite, eu tomo um sorvete”. Olha a pureza.

PT, eu sei que você não estuda, não lê e vamos acabar com esse negócio. Quem não lê sabe mais do que quem lê. Isso é blague. Nós vimos ontem o Alckmin, o homem da hierarquia do saber. Existe hierarquia para tudo. Existe hierarquia na igreja, não se sai de seminarista a Papa. No Exército, na medicina, há a hierarquia do saber. Então, o Alckmin representa essa hierarquia do saber, brasileiros e brasileiras.

Médico, como nós, Papaléo, e como Juscelino. É o reencarnar de Juscelino. Deus, Augusto Botelho – você acredita em Deus? – não abandona seu povo. Nunca. Teve Golias, o monstro, e Davi vai e salva o povo de Deus.

Escravo... olha, o Senador Magno Malta sabe. Vai lá Moisés, Aarão, irmão de Moisés, liberta o povo de Deus. É isso que está acontecendo no Brasil: estamos lascados, desmoralizados, sem-vergonha, sem rumo, sem esperança, no mar da corrupção. Nos apontam Alckmin, médico, fez da ciência médica a mais humana das ciências, o seu benfeitor. Já vasculharam. Olha que médico tem de ter ética. Médico é diferente. Temos o Código de Hipócrates, é ética, o segredo de Hipócrates, o juramento. Ele viveu a deontologia médica, ele fez da ciência médica a mais humana das ciências, o benfeitor da humanidade.

Ele foi Vereador. Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a não foi, temos de ser Vereadores. Digo isso com carinho, Giscard d’Estaing perdeu as eleições para Mitterrand, ganhou no primeiro turno, seta anos, discípulo de De Gaulle. E Mitterrand fez uma mágica, disse que tiraria três horas do funcionário público, cinco horas, garantia diminuir o desemprego e ganhou. Giscard d’Estaing, Senador Magno Malta, atentai bem, passou a faixa e perguntado sobre o que iria fazer, respondeu: “Vou para a minha cidade ser Vereador”. Extraordinário estadista da França.

Alckmin foi Vereador, teve essa experiência, foi Prefeito, Prefeitinho como nós, Deputado Estadual, Deputado Federal, da Lei do Consumidor. Olha que aqui tem muita maracutaia, malandragem e bandidagem

Vasculhem a vida de Alckmin aqui dentro. Foi ele quem fez a Lei do Consumidor. Ele foi Vice-Governador, Governador do maior Estado e, atentai bem, árvore boa dá bons frutos, Foi Deus que disse e está no seu livro e na política também tem isso. Ele é filho da melhor índole genética da política do Brasil, é o filho de Mário Covas.

Ninguém. Não conheci o Rui Barbosa, só de literatura, mas com Mário Covas eu convivi, Heráclito Fortes. V. Ex^a, Heráclito, conviveu com Ulysses, Tancredo e Mário Covas foi Governador na mesma época que eu e vou lhe dizer que convivi muito com ele. Ele teve câncer e, pelo fato de eu ser médico, ele me contava e eu o estimulava. Sei até que ele dizia: “Olha, Mão Santa, o que eu gosto de comer é pastel.” Falei para ele que estava engordando e que estava vencendo o câncer. Mas o câncer foi mais forte e ele deixou para o País o seu filho político que é Geraldo Alckmin.

Então, essa democracia que foi construída pelo povo nos dá uma riqueza que nós não podemos perder. Magno Malta, quero dizer que conheço essa gente toda e eu quero não é absolvê-lo, porque V. Ex^a não merece ser julgado e sim ser seguido. Quero seguir V. Ex^a e a orientação da Santa Dadá no céu.

Mas é sobre isto que quero falar: sobre a alternância do poder. É por isso que estamos aqui. Vamos usar essa alternância do poder.

Ontem, o País viu o preparo, a serenidade e a competência de Geraldo Alckmin. Viu aquilo que nunca pode faltar – já vou conceder um aparte ao Senador Magno Malta: fé, esperança e amor. É o que o Alckmin transmite: a fé e a esperança que tinha morrido, que a corrupção engoliu. É uma vergonha! Ulysses disse que o maior mal da democracia, o cupim da democracia é a corrupção. E nunca vi tanto cupim neste Governo do PT!

Com sua aquiescência, Sr. Presidente, concedo um aparte ao Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Magno Malta, o Senador Mão Santa já ultrapassou seu tempo. Peço que V. Ex^a seja bastante breve.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Quero dizer a V. Ex^a, que está tão bem na Presidência – acho até que poderia candidatar-se a Presidente, e corre um sério risco de ganhar, até pela sua benevolência –, que toda vez que V. Ex^a se senta nesta cadeira, os oradores ficam à vontade na tribuna. V. Ex^a não é...

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – ... legalista e não fica impondo. V. Ex^a não diz: “Acabou o tempo”. V. Ex^a é maleável, é o nosso querido Papaléo. E ouvir Mão Santa é sempre um prazer. Essa legião de fãs que ele adquiriu no Brasil, inclusive no Estado dele e no meu, foi por causa do conteúdo que ele tem. Ele é um poeta de cordel, que junta conhecimento e cultura sem qualquer tipo de preocupação com concordância, e sua capacidade de debochar, com o conhecimento que tem, faz o discurso de Mão Santa ser diferente

dos demais. Eu estava com muita saudade de ouvi-lo, Senador Mão Santa! Saudade da sua pessoa, pelo carinho que lhe tenho, e saudade de ouvi-lo. V. Ex^a é uma enciclopédia ambulante, é uma caixa de conhecimento. V. Ex^a e o Senador Heráclito têm de ser vereador, de alguma maneira – não se sabe quando e nem como. Farão muito bem. Fui Vereador, Senador Mão Santa, e sou daqueles que debate e discute. Creio que nenhum homem poderia participar da vida pública e disputar qualquer cargo ou mandato eletivo sem antes ter passado por uma eleição para vereador, ainda que não ganhasse. Creio que só sabe disputar uma eleição quem vereador foi ou quem passou por uma eleição para vereador, porque é a eleição mais difícil do mundo. Comecei como Vereador em Cachoeiro de Itapemirim. E por que me referi a Cachoeiro de Itapemirim, onde comecei? Porque, no acidente trágico da Gol, que vitimou mais de cento e cinquenta semelhantes nossos, brasileiros, dez deles eram de Cachoeiro de Itapemirim. E, alguns, amigos muito íntimos, muito chegados, cujas famílias ainda estão aqui em Brasília, vivendo seu período de sofrimento e angústia. Então, faço gancho com a questão citada por V. Ex^a, quando falou do Alckmin, que foi Vereador. Também fui Vereador e comecei por Cachoeiro, uma cidade hoje enlutada, em que a vida de dez filhos importantes, significativos, foi ceifada neste trágico acidente. Agradeço a V. Ex^a a oportunidade de cumprimentá-lo, de dizer que estava com muita saudade de ouvi-lo, saudade da figura, do homem Mão Santa, e agradeço-lhe também a palavra a mim dirigida. Reitero-lhe: se V. Ex^a confiava em mim, continue confiando, porque não sujei minhas mãos na lama da indignidade; não bebi dessa água suja. Por isso, estou absolutamente em paz, por acreditar que há um Deus no céu que é justo juiz e justificador e porque a justiça tem de estar do lado de quem não se sujou e não se comprometeu. A referência de V. Ex^a a mim me gratifica muito, deixa-me muito feliz. Agradeço-lhe em meu nome e no da minha família. Vim correndo a esta tribuna ao ouvi-lo iniciar seu pronunciamento – cheguei hoje a Brasília –, pois estava com muita saudade de V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Magno...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a tem quarenta segundos para encerrar seu pronunciamento. V. Ex^a já está há 27 minutos na tribuna.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu queria apenas dar um testemunho. Creio que V. Ex^a vai me conceder mais tempo.

Aristóteles era um homem de inteligência, como V. Ex^a.

No livro **Arquivo Aberto – Crônica de um Brasil corrupto. Confidencial**. De autoria de Pedro Duarte de Oliveira. Ele diz: “Só pode ser feliz um Estado edificado sobre a honestidade”. Há até frases minhas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Permita-me, Sr. Presidente – V. Ex^a ia ganhar o Brasil –, ler só uma crônica desse grande homem de Alagoas, em nome da liberdade de imprensa.

“Quem vai tirar a tartaruga do poste?” Esta pergunta consta do livro **Arquivo Aberto – Crônica de um Brasil corrupto. Confidencial**. De autoria de Pedro Duarte de Oliveira. Atentai bem!

O que vou dizer é interessante e o direi em homenagem a Alagoas, que mandou de volta o nosso Presidente Collor, Alagoas da nossa Senadora Heloísa Helena.

Ele diz o seguinte:

[]

O cidadão ia pela estrada, havia um poste e, em cima do poste, uma tartaruga. Ficou olhando, tentando entender como aquela tartaruga podia estar ali em cima do poste. Passava um velhinho com cara de sábio, explicou:

– Olhe, meu filho, você não entende como ela chegou lá, não acredita que ela esteja lá, ...

(Interrupção do som.)

...sabe que ela não subiu lá sozinha, sabe que ela não poderia nem deveria estar lá, sabe que ela não vai conseguir fazer absolutamente nada enquanto estiver lá, então tudo o que você tem a fazer é ajudar a tirá-la de lá.

Juntos, os dois tiraram a tartaruga do poste.

O velho ia saindo, voltou:

– Olhe, meu filho, aprendeu? Lula é a tartaruga no poste. Ajude a tirá-lo.

E saiu pela estrada, velho e sábio.

O velhinho tem razão. Ajudamos todos a pôr Lula e o PT lá em cima do poste, agora temos de ajudar a tirá-los em 2006.

(Da coluna de Sebastião Nery)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Magno Malta.

O Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Por permuta com o Senador Heráclito Fortes, concedo a palavra ao eminente Senador Papaléo Paes, pelo mesmo tempo usado pelo Senador Mão Santa.

Contudo, se V. Ex^a necessitar, posso conceder-lhe mais 15 minutos, até os Senadores começarem a chegar. Por outro lado, o Senador Mão Santa deve pedir-lhe um aparte, o que vai lhe tomar pelo menos mais cinco minutos do seu tempo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Sr. Presidente, as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

Quero fazer o reconhecimento do belíssimo discurso do Senador Mão Santa, principalmente quando fez referência ao debate de ontem. Senador Mão Santa, V. Ex^a foi muito feliz quando lembrou o debate a que todos os brasileiros assistiram ontem.

Realmente, eu, como brasileiro, senti-me envergonhado de saber que este País, Senador Mão Santa, é dirigido por um homem que não tem qualificação para tal.

Não estou aqui fazendo nenhuma referência à profissão, ao **status** social, ao passado de cada um dos dois; absolutamente. Mas assistimos ontem a algo muito desigual. De um lado, o ex-Governador de São Paulo, preparado para exercer a função de Presidente da República – aliás, todos queremos que essa função seja exercida por um homem preparado; e, de outro lado, um Presidente da República que, após concorrer em quatro pleitos, conseguiu ser eleito Primeiro Mandatário da República pela benesse do povo brasileiro, pelo reconhecimento por parte do povo brasileiro de alguém que, de metalúrgico, conseguiu desenvolver-se na vida política e chegar à Presidência da República. No entanto, hoje chegou a hora do basta. Demos a oportunidade que Lula merecia para presidir a República Federativa do Brasil, mas já chega.

Ontem, fiquei envergonhado porque vi um homem arrogante, um homem que fugiu de todos os debates do primeiro turno – e dizem que por medo da nossa colega, Senadora Heloísa Helena. Se ele fez isso, ontem se deu mal, porque Alckmin, a seu estilo, conseguiu impor a sua condição de homem preparado, colocando Lula no seu devido lugar. Vi muita arrogância ontem. Vi uma tentativa de chacota de parte do Presidente da República, que não se comportou de acordo com a estatuta do seu cargo naquele debate. Ali, ele era o representante da República Federativa

do Brasil se candidatando a uma reeleição; portanto, mais que um simples candidato. Assisti a um debate em que o Presidente da República demonstrou não estar preparado, que está alheio a muitos problemas do Brasil e que poderia ser muito bem um Presidente da República num regime parlamentarista, e não presidencialista, que é o nosso regime vigente.

Reconheço no discurso do Senador Mão Santa um chamado de atenção ao povo brasileiro. Não podemos reeleger o atual Governo! Não podemos manter o Brasil numa faixa de crescimento vergonhosa! Brasil, Rússia, China e Índia constituíam um grupo de países que deveriam crescer mais que os outros e alcançar o ápice do desenvolvimento e da riqueza. Entretanto, o Brasil ficou para trás, já que os três outros se desgarraram, alcançando índices de crescimento anual de 8% a 10%, enquanto o nosso País atingiu míseros 2,8% no ano passado e, neste ano, não tem expectativa sequer de alcançar 3%.

Senador Mão Santa, o povo brasileiro não pode ser generoso. Reconhecer o Governo Lula como um exemplo de falta de ética, de corrupção, de malversação do dinheiro público e de desmandos é um dever de todos. Com a eleição de Alckmin, tentaremos fazer um realinhamento deste País, que precisa muito de moral e homens sérios para exterminar a corrupção, o que será motivo de orgulho para nós.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a, como sempre, faz um pronunciamento brilhante, e não poderia ser diferente, pois V. Ex^a representa o valor das virtudes. V. Ex^a, como médico, é honrado, honesto, ético e decente. Os médicos quase sempre o são, porque prestam o juramento de Hipócrates, um código de ética. Vivemos a ética a cada instante e, por onde vamos, levamos a nossa formação profissional. Quero dizer a V. Ex^a, ao Brasil e à juventude algo muito atual, para complementar suas palavras. Ganhei um livro intitulado **O Mundo é Plano – Uma breve história do Século XXI**, de técnicos americanos, sobre a globalização. A desgraça que estamos vivendo no País é representada pelo Presidente da República. Atentai bem! V. Ex^a acabou de citar os países emergentes que crescem a taxas de 10% ao ano, quais sejam, China, Índia, Rússia e até Taiwan. Ó jovens brasileiros, atentai bem para a desgraça que vivemos! De cada dez jovens desses países que crescem e apresentam desenvolvimento, para os quais se pergunta o que desejam ser, nove dirão: “Eu quero ter meu negócio. Eu quero ser dono da minha vida. Eu quero montar a minha empresa”. Pergunte-se o mesmo no Brasil! Todo mundo foge disso como o diabo foge da cruz! Por quê? Porque o Governo tem

76 impostos. É a mais alta carga tributária do mundo. O Governo pratica os juros mais altos do mundo. De cada ano que se trabalha, seis meses são para o Governo, que não nos devolve nada em educação e saúde. Por isso, devemos ter essa perspectiva de mudança, de eleger um homem de mente arejada e experiente. Shakespeare disse que a salvação está na união da juventude à experiência. Alckmin é um político jovem com grande experiência. Assim, chega-se à sabedoria, para diminuir essa carga tributária e financeira cruel e dar uma perspectiva à juventude, que é pura e quer ter a esperança de trabalhar e ganhar a vida.

O SR. PAPALÉO PAES (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Acredito que tenha sido muito importante o registro que fizemos sobre o debate de ontem realizado pela TV Bandeirantes. Que todos nós, brasileiros, possamos acompanhar os próximos debates para ver, realmente, o que o povo deseja. Se quisermos novos rumos, principalmente de otimismo para esse Brasil, devemos eleger Alckmin para Presidente da República.

Sr. Presidente, eu gostaria de iniciar o meu pronunciamento apontando a existência de um perverso ciclo vicioso, que, hoje em dia, atua com plena força sobre a economia de nosso País. A primeira parte desse ciclo consiste na elevada carga tributária praticada pelas três esferas de Governo.

De fato, não é mais novidade, para a maioria das pessoas com acesso a um mínimo de informação, que a carga tributária imposta ao cidadão brasileiro é exorbitante. Sabemos que ela se situa em torno de 40% de tudo o que aqui se produz. Já começa a se tornar conhecido o Dia da Liberdade de Impostos, ou seja, o dia do ano em que se pára de trabalhar exclusivamente para pagar tributos e se começa a trabalhar para si próprio. Em 2006, esse dia foi 25 de maio, o que significa que, anualmente, o brasileiro trabalha quase cinco meses apenas para pagar impostos.

A segunda parte do círculo vicioso ao qual estamos sujeitos consiste no fato inexorável de que a elevada carga tributária estimula as empresas e, conseqüentemente, o emprego a migrarem para a informalidade, ou seja, para o funcionamento à margem do Estado.

Tudo começa quando o empresário – principalmente o micro e o pequeno – descobre que pode lançar mão do dinheiro que seria destinado ao Fisco para financiar as atividades de sua empresa. Em seguida, vem a constatação de que, em um mercado difícil, é muito mais fácil “precificar” sem levar em conta os impostos existentes. A etapa seguinte consiste em descobrir que não há um sistema eficiente para cobrar a dívida fiscal dos inadimplentes, sendo perfeitamente

possível gerir uma empresa, por anos a fio, sem pagar os impostos devidos.

Certo é, portanto, que a elevada carga tributária leva as empresas à informalidade e ao funcionamento à margem do sistema tributário. A decorrência disso resta óbvia: o número de contribuintes tende a diminuir, já que há uma migração para o mercado informal.

Por fim, fechando o perverso ciclo, encontramos um Governo que procura, no aumento e na criação de novos tributos, a solução para a evasão fiscal. Estamos, portanto, de volta ao início do processo vicioso, que, realimentado, levará a efeitos ainda mais danosos para o crescimento da nossa economia.

Sr. Presidente, infelizmente, não é apenas o gigantismo da legislação tributária que nos assola. A complexidade do sistema tributário brasileiro também é um grave desestímulo às atividades empresariais e, conseqüentemente, à contratação de mão-de-obra formal. Segundo um artigo publicado na **Revista Brasileira de Contabilidade** e assinado pelo contador Alan César Monteiro Corrêa, o brasileiro se vê envolto em quase uma centena de tipos diferentes de tributos. Imaginem as Senhoras e os Senhores a infinidade e a complexidade de situações reguladas pelos dispositivos legais que regem esses tributos. Desnecessário lembrar que, tanto a elevada carga tributária quanto sua excessiva complexidade, além de levar as empresas para a evasão fiscal, tornam aquelas que ainda se submetem ao fisco muito menos competitivas no mercado, especialmente no mercado internacional.

De fato, Sr. Presidente, estamos andando na contramão ao burocratizar e taxar excessivamente o funcionamento empresarial. Enquanto outros países buscam simplificar a trama burocrática e o aparato legal que obstruem o caminho do empresariado, nós não cessamos de criar obstáculos à geração de emprego e renda. O resultado não poderia ser mais desastroso: ao continuarmos com excessivos, dispendiosos e complexos tributos, levamos o País à inviabilidade e à estagnação econômica.

Embora, sob uma análise superficial, pareça um paradoxo, a primeira solução para desonerar a sociedade brasileira da tributação excessiva da qual atualmente é vítima, consiste em diminuir as alíquotas. A segunda, tão importante quanto a primeira, é o aumento da eficiência na cobrança de impostos.

Embora haja divergências quanto ao quantitativo exato sonhado no País – já que ninguém dispõe, com exatidão, de dados que levem a esse número – as estimativas costumam oscilar entre 20% e 50% da arrecadação. Isso significa que um mecanismo mais eficiente de cobrança poderia aumentar consideravelmente a quantidade de impostos arrecadados e, com

isso, desonerar a população e os setores produtivos excessivamente taxados.

Nesse ponto, mais uma vez, há o retorno ao ciclo vicioso que abordei no início: o excesso de tributos gera informalidade empresarial e empregatícia – ou, em outras palavras, evasão fiscal – que, por sua vez, faz com que pareça necessário ao Governo o aumento ou a criação de novos impostos. A quebra desse ciclo se dará com o ataque simultâneo a esses dois problemas. De um lado, necessita-se das alíquotas e, de outro, do aumento da eficiência da máquina de fiscalização e cobrança. São duas medidas paralelas. A primeira funciona como um estímulo voluntário à inclusão fiscal, enquanto a segunda é o estímulo coercitivo.

Sr. Presidente e Sr^{tes} e Srs. Senadores, considero absolutamente certo que, no ritmo atual em que vamos seguindo, ou seja, com excessiva e burocrática tributação sobre os cidadãos e, especialmente, sobre os setores produtivos da sociedade, nossa economia será cada vez mais sufocada, as empresas serão levadas a atuar na informalidade e, por fim, chegaremos ao colapso econômico total. Urge, portanto, a adoção de medidas que visem simplificar a tributação brasileira e desonerar os cidadãos e as empresas. O caminho para tanto passa pela redução das alíquotas, a fim de estimular a inclusão fiscal e o aumento da eficiência de nossa máquina fiscalizadora.

Se isso não for feito – e com urgência –, lamentavelmente, seguiremos obtendo esses resultados de pífio crescimento econômico, ou, pior, quando o cenário mundial for menos favorável, poderemos passar por uma situação de alto risco de desestabilidade ou mesmo de ruptura econômica.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Agradeço ao Senador Papaléo Paes.

Passo a palavra ao eminente Senador Heráclito Fortes, do Piauí do Senador Mão Santa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, está bem claro para nós, que fazemos política neste País, que esta segunda-feira tem um tema recorrente: o debate que aconteceu ontem, patrocinado pela Rede Bandeirantes de Televisão.

Tivemos uma grande oportunidade – oportunidade concedida a todos os brasileiros – de avaliar, de maneira tranqüila, a capacidade de cada um dos dois candidatos que se submetem ao crivo popular no segundo turno dessas eleições.

Senador Marco Maciel, V. Ex^a, que é um estudioso das regras eleitorais do País, que tem dado grande

colaboração para o aperfeiçoamento, para a e lisura do processo eleitoral e, acima de tudo, para a sua transparência, é capaz de entender o meu pensamento. Cada dia estou mais convencido de que temos de modificar as regras, principalmente no que diz respeito à propaganda eleitoral gratuita, relativa à participação dos candidatos a cargo majoritário.

No Brasil, já vimos alguns exemplos em que os candidatos se protegem sob a genialidade dos marqueteiros que escolhem. E aí, Senador Mão Santa, passamos a ser vítimas da propaganda eleitoral gratuita, que termina sendo o item mais caro da campanha. Cada candidato contrata a melhor equipe, inclusive, alguns – e isso aconteceu recentemente – pagam os “gênios”, por meio de caixa dois, em contas no exterior. Aí vem o mal, porque o candidato, propriamente dito, se protege. O seu pensamento, a sua cabeça, a sua maneira de agir é protegida pela genialidade do marqueteiro e, muitas vezes, somos levados a trocar gato por lebre.

Por isso entendo, Senador Marco Maciel, que, nesse aperfeiçoamento, devemos estabelecer a obrigatoriedade do candidato majoritário participar dos debates, de mostrar, sem qualquer subterfúgio, sem nenhum recurso televisivo, as suas propostas e, afinal de contas, o que traz dentro de si, o que carrega na cabeça para governar o País, um Estado ou um Município. Eu acho que o debate, Senador Marco Maciel, deve ser obrigatório, não necessariamente o debate entre candidatos, embora o candidato deva ser obrigado a participar pelo menos de um ou de dois. Refiro-me às mesas redondas envolvendo a sociedade como um todo, jornalistas, estudantes, profissionais liberais, escolhidos por critérios isentos e que, usando esse horário que a lei nos confere, cada um pudesse aferir a competência e a capacidade dos representantes que participam do pleito eleitoral.

Acho, Senador Marco Maciel, que essa é uma das medidas que devemos tomar logo após as eleições, no início do próximo período legislativo, exatamente para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil.

Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Heráclito Fortes, V. Ex.^a trata hoje de um tema de grande oportunidade, que é o relativo aos debates nas campanhas, quer para o Executivo Federal, quer para os Estados. Na realidade, o que é uma eleição senão uma opção que o eleitor faz em função de um programa de Governo? A pessoa não vota em um candidato, vota em um programa. Daí por que, por exemplo, o candidato a Presidente Geraldo Alckmin teve o cuidado de oferecer um bem tecido e estudado programa e o apresentou à sociedade brasileira. Pena

que não tenha sido suficientemente divulgado, mas o fato é que ele tem um excelente programa. V. Ex^a tem razão quando diz que é fundamental a existência do debate, porque, obviamente, o candidato não pode ser, como recordou V. Ex^a com propriedade, alguém zido por um marqueteiro, por um especialista em comunicação etc. Ele deve antes estar alguém efetivamente preparado para executá-lo, não basta ter o programa. O que se quer saber também é se o candidato está habilitado a executar um programa. Eu diria a V. Ex^a, como salientou o Presidente Geraldo Alckmin ontem, em função de um programa é que vamos indagar se o titular daquele programa está ou não em condições de realmente tornar factível o que propõe. Precisamos fazer aquilo que ocorre nas chamadas democracias mais antigas, mais estáveis do mundo, que é a obrigatoriedade do debate. Em muitos desses países não há nem procedimento legal que imponha o debate. Isso decorre antes de uma cultura política, que não entende uma campanha sem que se explicitem as propostas. E nada fica mais nítido quando o debate ocorre.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Reportando-me ao dia de ontem, Senador Marco Maciel, quando tive a oportunidade, por participar da coordenação da campanha, representando o nosso Partido, o PFL, de assistir ao debate, quero dizer a V. Ex^a que foi um espetáculo promovido pela democracia brasileira. A formatação escolhida pela Band foi perfeita. O equilíbrio com que o mediador Ricardo Boechat conduziu os trabalhos foi impecável. Havia um auditório com 200 pessoas divididas entre militantes de cada um dos dois partidos, cada uma das duas coligações, e jornalistas. Cheguei a temer que ali, em determinado momento, houvesse alteração de espírito entre as partes contrárias. Foi um grande espetáculo em que pudemos ver, numa primeira amostra desse segundo turno, o que pensa e o que quer cada um dos candidatos com relação ao País.

Quero dizer, Senador Mão Santa, que, mais uma vez, o PT foi vítima da sua prepotência e da sua arrogância. Passou a semana inteira fazendo ameaças ou simulando comportamentos que o candidato à reeleição iria ter na hora do debate. Aliás, uma repetição do que aconteceu naquele da Globo, em que o Lula amarelou e lá não foi.

Tive a oportunidade de ler, desta tribuna, no dia do debate, sobre o encontro mantido entre o Presidente da República, em seu Gabinete, e alguns assessores de pessoas ligadas a Sua Excelência. E a simulação das perguntas e os conselhos que davam ao Presidente eram todos exatamente contrários ao sentido

educativo, à discussão de problemas e sim voltados aos questionamentos.

Ao se anunciar aqui livremente durante a semana que o Presidente que tenta a reeleição iria cobrar do candidato Geraldo Alckmin ações praticadas no Governo Fernando Henrique, comecei a sentir que o Presidente entraria naquele debate completamente perdido. Por um motivo muito simples: Geraldo Alckmin tem, em relação ao Governo Fernando Henrique, a responsabilidade de um eleitor, de quem deu o voto, mas não participou daquele Governo. Era Governador e Vice-Governador de São Paulo. Portanto, não poderia, de maneira alguma, ser acusado pelos acertos e também pelos erros da administração.

E há um fato curioso: o Presidente Lula é inteiramente conhecedor dos fatos do Governo do outro, no caso, do Fernando Henrique, mas não sabe de nada do seu Governo?! Isso é algo inadmissível num debate daquela natureza! Eu até pensei que aquilo fosse uma manobra para despistar a verdadeira intenção do candidato. Aliás, pensei que, desde o primeiro momento, Sua Excelência fosse tratar de assuntos ligados aos seus quatro anos de Governo e das suas propostas para um governo posterior. Entretanto, transformou o debate, desde o momento inicial, em uma questão eminentemente paulista, não permitindo ao candidato Geraldo Alckmin tecer, como gostaria, mais detalhadamente explicações sobre os assuntos nacionais, como propostas e programas.

É muito difícil para um Presidente da República, Senador João Batista Motta, não saber explicar à Nação brasileira como foram obtidos aqueles R\$1,7 milhão por seus companheiros de 30 anos, como aquele dinheiro chegou, como aquilo tudo foi feito. E, mais uma vez, sem argumento convincente, passa para a insinuação e para a acusação sem consistência. Em vez de responder às perguntas com clareza, procurou levantar culpa sobre membros do Governo passado, do Governo Fernando Henrique, o que já mostra o despreparo do Presidente como administrador, porque, se sabia daqueles fatos, Senador Mão Santa, como Presidente da República, sob pena de ser caracterizado como prevaricador, teria de ter tomado medidas já no primeiro dia; repito, no primeiro dia.

Vamos e venhamos, eu me questiono. Senador Mão Santa, dou-lhe o aparte em seguida. Andaram, com lupa, procurando erros no Governo passado, que não tem nenhum integrante preso, respondendo a processo ou denunciado, mas os ladrões que ainda estão na rua são todos oriundos da caminhada de Lula, do PT, com seus amigos. São novos. Os escândalos nasceram, cresceram – e, felizmente, não morreram, porque não

foram apurados –, todos, no atual Governo, portanto cabe ao Presidente de República dar resposta.

Ouçó o Senador Mão Santa com o maior prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, cumprimento V. Ex^a, que foi um herói. Sem dúvida, o auxílio de V. Ex^a foi muito importante para levar à frente a campanha do Presidente Alckmin. Vi o trabalho de V. Ex^a, visando a acabar com a discórdia e a buscar a união no Piauí, onde o grupo do PFL, do PSDB, do PMDB e do PP está sendo liderado pelo nosso Deputado Federal Ciro Gomes. Atentai bem! Vamos falar apenas do Piauí: a mentira, a mentira, a mentira. Para o porto de Luís Correia o Presidente prometia US\$10 milhões. Quanta propaganda, quanta mentira! São dez milhões de dólares, um modelo reduzido. E a ferrovia para a qual cooptaram Alberto Silva, homem de bem? Aproveitaram-se de sua idade avançada para cooptá-lo. Ele anunciou que, em 60 dias, faria Parnaíba, Luís Correia, Teresina e tal, que estaria tudo feito. Cooptaram-no, aproveitaram da boa-fé de Alberto Silva. O pré-metrô está lá. E a ponte do Sesquicentenário? V. Ex^a deve lembrar-se de uma ponte que era para comemorar 150 anos: o Governador do PT e o Presidente da República se comprometeram. Heráclito Fortes, quero cumprimentá-lo porque V. Ex^a fez uma ponte em 90 dias, e eu, seguindo o exemplo de V. Ex^a, fiz em 100 dias. E este Presidente da República com o Governador: são “150 anos” e um, dois, três, quatro anos. Quatro anos, e não fez! Cinco hidroelétricas o Governador prometia. Cinco! Não sei nem como pensar nisso: cinco hidroelétricas. É filhote do Jamanta. A Universidade Federal do Delta do Parnaíba e o Hospital Universitário, que funciona em um ambulatório tímido: não realizaram. Os aeroportos internacionais: o de Parnaíba não tem nem escada para o avião, nem gasolina; no de São Raimundo Nonato nem se pode falar, só as placas. O biodiesel: que descaramento, negócio de mamona! Está lá tudo fracassado, todo mundo passando fome. E V. Ex^a, um sonhador: o Alckmin tem de terminar o sonho de V. Ex^a, o Pronto-Socorro de Teresina; nós queremos terminá-lo. Foi V. Ex^a que o idealizou, que iniciou a sua obra; pensei que iam terminá-lo. Como Governador e com o Prefeito, fiz um pronto-socorro em dois anos, é o que funciona anexo ao Hospital Getúlio Vargas. Então, queremos apresentar-nos aqui como cabos eleitorais dessa extraordinária figura. Deus não abandona seu povo. Deus não nos abandonaria diante do descabro que aí está, do mar de corrupção, de vergonha, de desonestidade e de falta de virtude. Deus, assim como colocou Davi para vencer Golias e Moisés para

guiar seu povo e libertá-lo, colocou Alckmin Presidente para um Brasil decente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

V. Ex^a toca num assunto fantástico, que é o biodiesel. Acho que o Presidente não sabe o que está ocorrendo na matriz de biodiesel, na indústria instalada naquele Estado. É preciso que ele veja, porque ontem a citou. Acho que ele não sabe, como, aliás, não sabe da maioria dos fatos que ocorrem no seu Governo.

Senador Mão Santa, o Presidente não sabe nem o que comprou. Em uma das provocações que fez, rebatida pelo ex-Governador Geraldo Alckmin, veio à baila a questão do aerolula. O Presidente da República concordou com Geraldo Alckmin e também o chamou de aerolula, quer dizer, o avião tem nome, está batizado. É o aerolula. O problema do aerolula não é comprá-lo. Ele não seria prioridade para quem passou anos condenando Governos passados, inclusive o próprio Fernando Henrique, quando usou aviões alugados para viajar ao exterior como medida de economia.

O PT fez uma guerra, já no começo da abertura, quando o Presidente Geisel comprou o atual *boeing*, conhecido como sucatinha, chamando-o de desperdício. Mas o grave é o que intriga a todos na questão do aerolula – e aí há uma coincidência ou não – é que a compra do aerolula se deu numa tentativa, difícil de ser explicada, de copiar o Sr. Hugo Chávez, que comprou um *boeing* nas mesmas circunstâncias. O Presidente do Brasil resolveu comprar um igual, mas o nosso não tem autonomia; com 60 dias no Brasil, o nosso teve de ir para os Estados Unidos para reparos técnicos; o nosso tem dificuldade de balanceamento, e o mais grave, foi pago adiantado. E o Presidente fala em credibilidade nacional.

Ora, se o Brasil tem credibilidade nacional, esse avião deveria ter sido comprado em financiamento, como todos os países fazem. Ninguém compra hoje um avião à vista, por mais rica que seja a empresa; imagine V. Ex^a, um país. Essa compra à vista é uma questão discutível. E aí o Sr. Geraldo Alckmin tem toda razão: com aquele dinheirão dá-se para construir pelo menos cinco hospitais no Brasil.

Mas, nos bastidores, Senador Mão Santa, é que vemos o comportamento dos partidos e dos candidatos, a arrogância e a prepotência das pessoas. A Dona Marta Suplicy, reconhecível por dentro e por fora, parecia uma vitoriosa das urnas e não a cabo eleitoral fracassada do candidato Aloizio Mercadante, na eleição recém-acabada, em São Paulo. Dava ordens, tirava as pessoas das cadeiras e resolveu, inclusive, fazer um comentário com relação à estética do candi-

dato Geraldo Alckmin. Coitado do PT com essa nova coordenadoria!

Como foi mesmo que o Presidente Lula chamou os companheiros dele? Aloprados! Os aloprados estão sendo trocados. Saem uns e voltam outros. Estamos tendo apenas substituição de aloprados. Os homens serenos, equilibrados não são convidados para dar sugestão. Vejo aqui, por exemplo, o meu amigo Senador Roberto Saturnino: quanta sugestão positiva poderia S. Ex^a dar para a campanha do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva! Vejo o Deputado José Eduardo Cardozo, de São Paulo. Vejo o Sr. Sigmaringa Seixas, aqui de Brasília, que perdeu a eleição por desinteresse do Governo. Vejo o Sr. Paulo Delgado. As pessoas sensatas estão em um segundo time; o Presidente da República optou por aloprados.

Repito, Senador Mão Santa, que recebi, há cerca de 20 ou 30 dias, um baralho que, no verso, contém exatamente os envolvidos em escândalo. O baralho está envelhecido. Cabe outro baralho, tão grande o número de lançamentos que o Governo faz na arte do envolvimento com corrupção.

É muito triste um Presidente da República, perante a Nação brasileira, como ocorreu ontem, não saber explicar o porquê da proliferação de tanta bandalheira saindo das cercanias do seu gabinete, dos vizinhos, dos amigos de 30 anos!

E aí vem a minha preocupação. Se um Presidente da República, ao escolher sua equipe num primeiro governo, companheiros de 30 anos, que devem ter sido escolhidos a dedo, pela convivência, por terem comido sal juntos, escolheu da maneira que escolheu, imagine a escolher desconhecidos e os amigos novos. Seria um desastre total, e o Brasil não merece isso.

Daí por que, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parabênz, primeiramente, a TV Bandeirantes pela iniciativa desse debate, pela sua formatação, e o Governador Geraldo Alckmin pela humildade, segurança e, acima de tudo, transparência como se comportou ontem nas respostas.

Faço um apelo aos que integram a nossa coligação: longe de sapato alto, longe de arrogância, longe de prepotência. Estamos exatamente conquistando a preferência do brasileiro. O primeiro passo foi a reversão das expectativas e a conquista do segundo turno, e agora a subida gradativa de posição do candidato Geraldo Alckmin. Com certeza, se continuarmos a trilhar o caminho até agora trilhado, iremos sair vitoriosos no dia 29.

O Presidente que dizia que a sua campanha apenas foi alongada, mas que é vitoriosa, talvez já não tenha mais tanta segurança disso.

O povo brasileiro começa finalmente, depois de um debate, em que os truques não existem, a ter possibilidade e oportunidade de fazer uma avaliação mais sensata.

Portanto, aproveito esta oportunidade para convocar os que abraçaram essa candidatura na certeza de que é o melhor caminho para o País, mas acima de tudo este povo brasileiro, tão sábio nas suas decisões e nas suas escolhas, que se unam nessa caminhada em defesa do Geraldo Alckmin, que se unam pelas ruas do Brasil com um único objetivo, que tenho certeza comum a todos nós, que é o de salvar esta Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Magno Malta, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero anunciar que recebi o comunicado de que, hoje, o PMDB de Brasília, liderado pelo Senador Joaquim Roriz, vai fazer o lançamento da candidatura do Dr. Geraldo Alckmin à Presidência da República à Quadra 04, Lote nº 175, no Setor de Indústrias Gráficas, atrás do prédio do **Correio Braziliense**. O contato deve ser feito com o Capitão Cassimiro no telefone nº 81615052.

Vamos lá, representando os Senadores do PMDB autêntico, que querem um Brasil decente com o Presidente Alckmin. Representarei os Senadores Pedro Simon, Ramez Tebet, Almeida Lima, Geraldo Mesquita, Garibaldi Alves e dois novos Senadores do PMDB que foram eleitos: Joaquim Roriz e Jarbas Vasconcelos.

Então, convidamos todos a comparecerem ao evento. A nossa grande realização de hoje é o lançamento da candidatura do Dr. Geraldo Alckmin.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel, imortal, de Pernambuco.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, nobre Senador Magno Malta da representação do Espírito Santo no Senado Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tem, nos últimos tempos, crescido pouco. Ano passado, apenas para dar um exemplo, o Brasil foi o penúltimo em desenvolvimento na América Latina; só ganhou para o Haiti, cuja economia, como é de conhecimento público, vive grave crise interna e esteve à beira de uma guerra civil.

Desejo, porém, Sr. Presidente, dizer que lamentavelmente não se pode esperar um PIB melhor em 2006

– algo em torno de 3% – e, pasmem, as expectativas para 2007 não são, contudo, nada alvissareiras.

Eis o que diz O Estado de S. Paulo, edição do dia 04 deste mês:

O Brasil vai crescer a taxas bem inferiores à média dos países emergentes em 2007. Essa é a previsão de economistas do Credit Suisse, um dos maiores bancos do mundo, que ontem divulgou suas projeções para o crescimento da economia mundial.

Para o banco, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve crescer 3%, em 2007, ante a média de 6% das chamadas economias emergentes. ‘O Brasil está ficando para trás em relação aos demais emergentes’, disse um economista da instituição, indicando até a corrupção como um fator que ‘assusta’ os investidores.

Na avaliação do Credit Suisse, o crescimento do País deverá ficar abaixo, também, da média mundial e da latino-americana.

Mais adiante, Sr. Presidente, acrescenta a matéria, assinada por Jamil Chade:

Segundo a projeção, a América Latina deve ter expansão média de 3,7%. O líder deve ser o Panamá, com 6,5%, seguido pelo Chile e pelo Peru, com 5%. O PIB da Argentina deverá crescer 4,8% e o da Venezuela, 4,6%. Os 3% do Brasil só serão maiores que os 2,5% do Equador.

Os demais emergentes fora da região [reporto-me aqui à América Latina] também apresentarão resultados melhores que o Brasil. A Rússia deverá crescer 5,8%; a China, 9,7%; a Índia, 8,5%; e a Coréia do Sul, 4,3%. A Turquia [que vive em instante para inserir-se na União Européia] deverá crescer 3,5%”. Isso sem contar o fato de que a Turquia, de soslaio, vive também, consequências da Guerra no Iraque.

Não é outra a opinião do Fórum Econômico Mundial, diz Emilio Lozoya, diretor para a América Latina do referido Fórum:

“O crescimento da economia brasileira será o maior desafio do próximo governo.

No *ranking* da competitividade elaborada pelo Fórum todos os anos, o Brasil não parou de cair nos últimos três anos. Entre 2004 e 2005, a queda ocorreu por causa dos escândalos de corrupção. Neste ano [ainda citando o referido diretor do Fórum Econômico Mundial] a nova queda de mais nove posições foi decorrente do baixo crescimento da economia”.

As causas diagnosticadas são o déficit fiscal, elevado endividamento público, juros altos, excessiva carga tributária, corrupção e deficiências da máquina administrativa, dificultando o crescimento econômico: pesos excessivos nos ombros tanto dos empregadores quanto, o que é mais grave, dos empregados, inclusive também tendo um ônus lateral que recai sobre aque-

les que não estão empregados, ou seja, que amargam duramente a condição de não poderem, conseqüentemente, participar do processo de crescimento do País. Portanto, são causas originadas no Estado, pela desorganização e ineficiência governamentais.

Note-se que o Brasil está em melhor posição em inovação e sofisticação de negócios, o que significa bom desempenho da iniciativa privada. E ela é, como se sabe, onerada principalmente por obstáculos burocráticos e juros altos, ainda mais encarecidos pelas elevadas taxas de risco, o chamado *spread*.

A informatização também encontra na alta tributação grande obstáculo. É muito difícil que os pequenos e microempresários possam pagar tão altos custos para se legalizarem.

Aliás, em seu programa de governo, o candidato a Presidente Geraldo Alckmin assinalou muitas questões extremamente atuais. Já fiz três ou quatro discursos sobre o seu programa, que li integralmente. Trago-o novamente ao Plenário, porque é uma peça que não pode deixar de ser lida até como exercício de pedagogia cívica por parte do eleitor, que está sendo chamado a renovar seu voto, no próximo dia 29.

Geraldo Alckmin, em seu programa de governo, registra que:

“Nos últimos quase quatro anos, não só aumentou a distância que nos separa dos países altamente desenvolvidos, como estamos crescendo menos do que quase todas as nações em desenvolvimento.

E o que é pior, muito menos do que poderíamos e precisaríamos para dar empregos e oportunidades aos nossos filhos”.

Mas, Sr. Presidente, nobre Senador Magno Malta, que preside esta sessão, não é só a economia que não vai bem. Claudica igualmente o nosso processo de aperfeiçoamento democrático e desempenho institucional. É o que afirma o relatório elaborado pela conceituada Fundação Konrad Adenauer, que pertence a um dos partidos políticos da Alemanha e é uma instituição acatada e tem parcerias com partidos políticos brasileiros.

O que diz a Fundação Konrad Adenauer e o Portal Polilat.com? De acordo com o relatório da Fundação, a que tive acesso por meio da Agência EFE, agência telegráfica estrangeira:

“Chile, Costa Rica e Uruguai têm o maior nível de desenvolvimento democrático da América Latina, o Brasil fica abaixo da média da região, e, na outra ponta, Venezuela e Equador são os últimos colocados.

O índice avalia 18 países da região e é elaborado anualmente desde 2002. ... Entre os quesitos levados em conta estão as condições básicas da democracia, respeito aos direitos humanos, das liberdades civis,

a qualidade institucional, a eficácia política e o poder efetivo para governar”. [Ou seja, condições de governabilidade, de ter instituições capazes de dar respostas às demandas da sociedade, traduzindo isso para o nosso bom português.]

“No topo da lista do desenvolvimento democrático, aí volto a citar o relatório a que me referi há pouco, destaca-se o Chile, com 10.796 pontos, seguido pela Costa Rica, com 9.704 pontos, e pelo Uruguai, com 8.397 pontos”.

De acordo com o relatório, esses são países que “se perfilam entre os detentores da estrutura democrática mais sólida e com o melhor rumo do desenvolvimento democrático, afastados, até agora, também do populismo”.

“No segundo grupo, aparecem o Panamá, com 6.828, o México, com 5.939 e a Argentina, com 5.880, acima da média da região, que foi de 5.063 pontos. Abaixo da média estão El Salvador, com 4.718, e o Brasil, com 4.468, em oitavo lugar, entre os 18 avaliados”.

A Fundação Adenauer também adverte contra o recrudescimento do populismo, facilitado pelos lucros econômicos gerados pela grande elevação dos preços das matérias primas latino-americanas no mercado mundial. Populismo expresso em subsídios sociais redundantes e contraproducentes, acumulando-se e contribuindo para o déficit financeiro estatal.

Sr. Presidente, em face do exposto e dessas observações sobre a economia brasileira e sobre as condições de sua prática democrática, a indagação que nos resta é tentar oferecer explicações para resultados tão adversos, quer econômico-sociais, quer político-democráticos.

Sem querer me demorar, Sr. Presidente, parece indubitável o fato de que o Brasil, nos últimos três anos, não deu continuidade ao processo de reformas necessárias para que se reforce a estabilidade econômica.

É bom lembrar que o País executou seu mais bem tecido programa de estabilidade econômica, o chamado Plano Real, que foi mais do que a introdução de uma nova moeda, que nos livrou do flagelo da inflação, que nos permitiu planejar o desenvolvimento porque um país com uma inflação alta não tem condições de promover um planejamento estratégico e que tornou possível também reduzir as distâncias sociais.

É lógico que depois do Plano Real, medidas foram adotadas como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal que melhorou muito o desempenho dos entes federativos. Foi aprovado um arsenal legislativo permitindo privatizar empresas ainda que sob fiscalização das agências reguladoras, sancionou-se uma moderna lei de concessão de serviços públicos, como também

aprovou-se que regula o art. 192 da Constituição; ou seja, sobre o sistema financeiro nacional.

Tudo isso concorreu para que a nossa estabilidade econômica se fizesse hígida. Isso resulta de um grande esforço feito pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Se tal não tivesse ocorrido, estaríamos numa situação ainda mais vexatória, posto que não se avançou nas reformas fiscal, tributária inclusive, no campo do marco regulatório para dar maior segurança jurídica ao investidor. Além disso, houve retrocesso em áreas estratégicas. É contristador, por exemplo, observar o que se passa com as agências reguladoras, agora submetidas a orquestrado processo de desvertebração, fazendo com que as empresas sob acompanhamento das respectivas agências reguladoras não estejam sendo fiscalizadas, por absoluta falta de meios. Ademais, sob a ótica do investidor, isso representa um aumento na insegurança jurídica no Brasil, afastando investimentos nacionais e estrangeiros.

Porém, agora, Sr. Presidente, antes de encerrar, faço algumas considerações no campo do aprofundamento da democracia. Em que pesem algumas conquistas no exercício do voto, o Governo também não se empenhou em melhorar as práticas da cidadania. As reformas políticas não tiveram prioridade, pelo contrário. As instituições representativas brasileiras, leia-se especialmente Congresso Nacional, Câmara e Senado, e o Poder Executivo, vivem grave crise, com péssima repercussão no exterior infelizmente. Quando se consulta qualquer jornal do exterior – Europa, Ásia, Estados Unidos –, o que se vê é um noticiário muito desfavorável ao Brasil.

Para desfrutarmos de taxas mais elevadas de crescimento e fazê-lo de forma sustentada, portanto, convém retomar o ciclo das reformas estruturais, tanto na economia quanto na política. O eleitorado, a bem da verdade, já deu a sua contribuição no primeiro dia de outubro; compareceu, não se absteve, e a taxa de absenteísmo foi menor do que em 2002, quando havia uma expectativa de que seria bem maior. O mesmo ocorreu com o voto nulo e o voto em branco, cujas taxas também caíram, o que prova, mais uma vez, a maturidade política do nosso povo e, de modo particular, como o eleitor, em que pese toda a desesperança, acreditou no processo democrático, entendeu que será por intermédio do voto e que poderemos construir instituições sólidas e dar rumos ao nosso projeto de desenvolvimento social, econômico e cultural.

Ressalte-se, mais uma vez, a prova de grande consciência cívica do nosso povo. Urge, porém, que no segundo turno, dia 29 deste mês, elejamos um candidato a Presidente – no caso, o ex-Governador Geraldo Alckmin – comprometido com esse proces-

so e os demais governadores imbuídos dos mesmos propósitos.

Por fim, mas não finalmente, resta ao Congresso Nacional, a ser instalado no dia 1º de fevereiro, quando ocorrerá a posse dos integrantes da 53ª Legislatura, a improrrogável missão de fazer as reformas, sobretudo as chamadas reformas de natureza política, pois delas dependem o enraizamento da democracia no Brasil e a criação, não menos importante, de condições para que o País volte a crescer a taxas compatíveis com os recursos físicos e humanos de que dispomos.

Sr. Presidente, eu não gostaria de encerrar minhas palavras sem, a propósito do assunto, fazer mais uma citação ao programa do candidato a Presidente Geraldo Alckmin, que V. Exª conhece bem e a cujo lançamento tive a oportunidade de estar presente. É um programa que a sociedade não pode deixar de ler, porque dá ao País um caminho, um rumo, enfim, aponta para a saída da crise.

Esse texto foi elaborado com a participação de mais de duzentos especialistas e, em seu final, o candidato a Presidente Geraldo Alckmin, em uma prova de grande responsabilidade intelectual, fez questão de inserir o nome de todos os colaboradores.

Em seu programa de Governo, o candidato a Presidente Alckmin observa: “O Brasil, com seus excepcionais recursos humanos, com seus riquíssimos recursos naturais – destacando-se, por exemplo, como uma das maiores reservas de biodiversidade de água doce e uma das principais províncias de mineração do planeta –, com a base industrial e a capacidade científica e tecnológica que construiu no século passado...”

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, eu pediria permissão somente para lembrá-lo de que V. Exª completa, no momento, vinte minutos na tribuna. Acrescento que gostaria de votar em V. Exª, já que o PFL vai ter maioria aqui nessa próxima Legislatura, para Presidente da Casa.

Quero apenas lembrá-lo de que há outros inscritos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Muito obrigado a V. Exª

Mas então encerro, Sr. Presidente, aliás, já estava concluindo, mencionando aqui, texto do Programa do candidato Geraldo Alckmin, em que se diz: “Com a base industrial e capacidade científica e tecnológica que construiu no século passado e, a estabilidade política e econômica que conquistou recentemente, o Brasil está pronto para ser vitorioso na corrida ao desenvolvimento...”

E concluiu o candidato Alckmin: “Tudo o que precisamos é coragem para enfrentar o desafio, clareza para escolher os caminhos certos e perseverança para

seguir por ele, superando os obstáculos que sempre se apresentam”.

Sejam as minhas palavras também ocasião para renovar a confiança no País e, mais do que isso, expressando a minha certeza de que nós temos um povo que acredita, um povo otimista e que certamente não deixará, a exemplo do que ocorreu no primeiro turno, de no segundo turno dar uma maioria consagradora de votos ao candidato Geraldo Alckmin para que o País possa ter um projeto de futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa, que representa o Piauí nesta Casa.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Magno Malta, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Aproveito a oportunidade para convidá-lo e ao seu Partido, como um convite do Senador Joaquim Roriz, para a abertura de um comitê do candidato Geraldo Alckmin à Presidência da República, a realizar-se hoje, às 18 horas, atrás do prédio do **Correio Brasileiro**.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, o Senador João Batista Motta, do PSDB do Estado do Espírito Santo.

Que o Espírito Santo pouse na sua cabeça e o ajude a fazer mais um brilhante pronunciamento!

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para tecer algum comentário sobre o debate realizado ontem pela Rede Bandeirantes.

Senador Mão Santa, não sei se é trocadilho o que vou dizer, mas o certo é que o fantástico ontem estava na Band. Sr. Presidente, fiquei muito decepcionado com o Presidente Lula, porque ele não respondeu às perguntas, não participou do debate, ironizou o tempo todo e ficou com evasivas. Foi terrível; uma pena.

Quando perguntado sobre a situação das estradas brasileiras, sobre a falta de licitação para tapar buraco neste País depois de três anos de Governo, ele procurou responder a pergunta feita pelo candidato Geraldo Alckmin falando de aeroportos. Penso que a população que assistiu ficou estarrecida, principalmente os homens que trabalham com transporte, os caminhoneiros deste País, que vivem driblando as estradas federais, fugindo delas para andar nas estaduais porque elas não têm condições de tráfego. Quem sai daqui para o Pará hoje faz o seguinte percurso: entra aqui em Sobradinho e pega uma estrada estadual de Goiás; depois, começa a percorrer, da divisa para frente, estradas do Tocantins, estradas estaduais; em seguida, atravessa

a Belém-Brasília, pega o outro lado dessa rodovia, e começa a trafegar em estradas estaduais do Pará, fugindo da Rio-Bahia. O mesmo acontece no Norte, no Nordeste, em toda a parte deste País.

O Presidente Lula não respondeu, não teve como responder as perguntas referentes às estradas brasileiras. No meu Estado, por exemplo, há uma duplicação, que é o contorno de Vitória, que está paralisada desde que Lula assumiu o poder. Não se faz nada. E o local é um açougue humano; morre muita gente todos os dias naquele pequeno espaço de estrada que não conseguimos duplicar. Não há um metro de duplicação, na BR-101 e na BR-262, sendo feito neste Governo do Lula, e é assim em todo o Brasil. Mas Sua Excelência procurou dar respostas falando de aeroportos, como se dinheiro de construção de aeroporto fosse do Orçamento da União.

Ele tenta enganar o povo brasileiro. Aeroporto, como todos sabem neste País, é construído com o dinheiro de uma taxa que o cidadão paga quando viaja de avião.

Quando protestamos aqui pela paralisação da obra do Aeroporto de Vitória foi porque o Ministro Antonio Palocci, na oportunidade, pegou o dinheiro da Infraero para fazer superávit primário. Então, a Bancada protestou, e a obra recomeçou, com o Governo repondo aquilo que tinha retirado, aquilo que era contribuição do cidadão brasileiro.

E eu questionei: “Como o Governo pode chegar lá e arrancar o dinheiro do povo que está no cofre da Infraero?” Na época, o Presidente Carlos Wilson me disse: “Pode sim, porque o Governo Federal é dono da Infraero, tem 88% das ações”. Então, como dono, pode chegar lá e pegar o dinheiro que houver no caixa. A resposta foi essa.

Foi uma decepção o fato de o Presidente, ao responder pergunta sobre estradas brasileiras, que sacrificam aqueles que precisam transportar alimentos e passageiros, falar em aeroporto, que não é transporte de pobre, não é transporte de massa. Trata-se de um transporte, naturalmente, elitista. Então, não cabia, de maneira alguma, que o Presidente da República mostrasse esse despreparo e respondesse a perguntas sobre estradas rodoviárias falando em construção de aeroportos. Sem contar que ele citou o Aeroporto de Pernambuco, que começou lá atrás, há muito tempo. Quando ele assumiu o Governo, já estava na hora de inaugurar. Citou refinaria de petróleo, que ainda nem teve o terreno desapropriado, a ser construída em Pernambuco; citou outras também que ele ia construir e que não construiu.

Citou o *biodiesel*. Gostaria que alguém aqui dissesse se já rodou com carro a *biodiesel*, se alguém aqui

está vivendo de plantar algum produto para atender ao *biodiesel*. É uma vergonha assistir a um programa daquele com o Presidente, depois de quatro anos, tão despreparado.

Outro fato que me causou espécie foi quando o jornalista Franklin Martins perguntou sobre quem está preso por causa das denúncias de corrupção e o Presidente também não respondeu. Ele não disse quem do PT está preso. Todos os dias, vemos uma relação imensa, ora de mensaleiros, ora de corrupção, ora de corruptores, e não houve resposta. O presidenciável Geraldo Alckmin perguntou pelos R\$1,7 milhão da compra do dossiê e deveria ter perguntado também pelos R\$ 50 milhões do Banco Rural que, segundo dito pelo Governo, era dinheiro para pagar mensaleiros. Ou nós já nos esquecemos que aqueles R\$50 milhões da conta de Valério e, da conta de Valério, para a conta de alguém que precisava votar com o Governo, e que recebeu dinheiro para isso?

Eu queria saber se pagaram os R\$50 milhões, se estão devendo ainda ao Banco Rural. E o que está sendo feito? Há alguém preso por causa disso? Há alguém dos Correios preso? Não! Preso está o Sr. Vendoim, do caso dos Sanguessugas. Quanto aos agentes da operação, os que receberam, ninguém está preso. Não diga isso, porque não existe.

O candidato Lula também disse, Presidente Mão Santa, que o Presidente Fernando Henrique vendeu todo patrimônio do País. Vendeu as telecomunicações? Vendeu. Foi bom para o Brasil? Claro que foi. Vendeu a Vale do Rio Doce? Vendeu. Foi bom para o Brasil? Foi. Vendeu barato? Sim.

Nós não deveríamos ter vendido as estradas de ferro, apenas as indústrias que a Vale do Rio Doce possuía na época, principalmente as extrativistas. Quanto às estradas, deveriam ter sido feitas concessões, como é o caso da Presidente Dutra, por exemplo, onde todos podem comprar seu caminhão e colocar para rodar, pois todos poderiam comprar seu comboio de locomotivas e também transportar seus produtos.

Houve essa falha? Houve. Mas por que o Presidente Lula não interveio quando assumiu? Por que não retomou a Vale do Rio Doce? Não. Fez o contrário. O Presidente Lula mandou para esta Casa a Medida Provisória nº 255 para isentar a Vale do Rio Doce e tantas outras multinacionais de pagar tributo na hora de importar maquinário, visando, cada vez mais, acabar com a nossa riqueza natural, não-renovável. E hoje a Vale do Rio Doce, que exportava, por força da Lei Kandir, sem nada recolher, importa também sem ter de recolher nada.

Ele disse que, na venda da Vale do Rio Doce, houve desvios. Mas o que o Governo fez para apurá-

los? E o Presidente Lula sabe que o Governo não foi feito para construir carroceria de ônibus ou para produzir aço. Governo é para promover educação, saúde, segurança pública.

O Presidente Lula falou de engavetamento de processos, naturalmente citando alguns casos da época de Geraldo Brindeiro. Mas o povo brasileiro não é tolo, nem idiota e sabe que os processos, se foram arquivados, poderiam ter sido desarquivados no atual Governo. No entanto, os processos continuam. Qual é o processo que ele julga prejudicial ao País? Por que não o desengavetou quando assumiu a Presidência da República? Ou o engavetamento foi eterno? É uma conversa fiada, uma mentirada tentando ludibriar o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, gostaria de citar o que diz Miriam Leitão, no Jornal **O Globo**, que prova que o Presidente Lula está completamente por fora da realidade brasileira.

Diz ela em um trecho de seu artigo:

Lula fez afirmações que não fazem sentido como: "Nunca este País cresceu tanto." Não é verdade, o crescimento está um pouco acima da média do Governo anterior, mas está muito abaixo do que em outras épocas.

Outra afirmação foi a de que "O nosso governo produziu 3 mil megawatts." Na verdade o Governo Lula não licitou hidrelétrica nova, as que estão sendo concluídas foram começadas no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Pasmem, Senadores, Pasmem, Senador Magno Malta, esse Governo não licitou sequer uma hidrelétrica neste País e fala que combateu o apagão. Ele combateu o apagão, porque seguiu para que o Brasil não crescesse. Se nós tivéssemos crescido a 5%, metade do que cresceu a China, por certo, hoje, estaríamos no apagão. Ou não é verdade, ou o povo brasileiro não sabe disso?

Continua Miriam Leitão:

Nas entrevistas finais, após o encerramento do debate, de novo, Lula mostrou desconforto, e fez uma avaliação queixosa do conteúdo do debate. E Alckmin aproveitou para passar um recado forte: 'Não é normal o que está acontecendo no Brasil'.

Senador Mão Santa, hoje, eu queria também citar outro detalhe da entrevista de Lula. Ele se mostra tão distante da realidade brasileira, que disse que a educação começa pelo ensino fundamental. Ele não deve saber o que é ensino fundamental; ele não sabe que no ensino fundamental estudam crianças de sete

a quatorze anos de idade; ele não sabe que o ensino, na verdade, começa na infância. É pelo ensino, ainda na infância, que começa o processo de educação neste País. É triste chegarmos a essa conclusão!

Para terminar, Senador Mão Santa, quero dirigir-me àquelas pessoas que anularam o voto, àqueles que preferiram não ir às urnas, até porque não sentiram nos dois candidatos a confiança necessária para que pudessem dar a um deles o seu voto. Tenho certeza de que, após o debate de ontem, após o debate que foi realizado antes do primeiro turno da eleição, na Globo, todo cidadão brasileiro sabe que há um homem preparado para ser Presidente deste País. Todos os brasileiros agora sabem que existe um homem com currículo disputando a Presidência da República; e com currículo de um homem sério, um currículo de quem conhece todas as necessidades deste País, de quem conhece as estradas. Convoco o testemunho dos caminhoneiros deste País para este fato: quem trafega pelas estradas de São Paulo perde a coragem de trafegar por uma estrada do Governo Federal.

Hoje, aqueles que anularam seu voto podem depositar sua confiança nesse candidato, porque Geraldo Alckmin tem currículo – e currículo bom.

Ele foi sucesso quando médico, foi sucesso quando estudante de medicina, foi sucesso quando Prefeito aos 22 anos de idade, foi sucesso quando Deputado Federal e foi sucesso quando Governador de São Paulo.

Ontem, o Brasil ouviu o que ele disse: “Fizemos 19 hospitais em São Paulo”. E perguntou ao Presidente Lula: “Quantos Vossa Excelência fez no Brasil, em quatro anos de Governo Federal”? Absolutamente nenhum!

O Governador Alckmin mostrou a este País como é que se administra; mostrou como é que se compra, por meio da Internet, com preço mais barato; mostrou quanto gastou e como enfrentou sozinho o crime organizado de São Paulo, com peito e coragem para enfrentar.

Não virou as costas para os problemas, não disse que não sabia. Não, enfrentou o problema e está vencendo, está servindo de exemplo para o Brasil.

Em questão de segurança, se Geraldo Alckmin assumir o poder a partir de janeiro, por certo haverá um Governo Federal que se reunirá com Governadores; que cuidará da Polícia de fronteira, para que as drogas não continuem a entrar no País como entram hoje; que cuidará da Polícia de fronteira para que armamentos contrabandeados não entrem como estão entrando hoje. Geraldo Alckmin discutirá educação e saúde com governadores e prefeitos.

Não tenho a menor dúvida de que a sua gestão será um choque ético, um choque administrativo.

Quem anulou o voto, quem votou em branco ou quem não quis comparecer às urnas tem a obrigação, hoje, de confiar nesse brasileiro, porque Deus tem sido grande, Deus tem sido bom com este Brasil, que, apesar de tudo, ainda é um País rico e de uma gente feliz.

Infelizmente, depois de JK, este País tem lutado com muita dificuldade, porque sempre nos faltou determinação, sempre nos faltou coragem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Batista Motta, peço permissão para lembrar que V. Ex^a atinge 20 minutos na tribuna, mas, quanto ao pronunciamento, nota 10.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Agradeço-lhe, Senador Mão Santa, assim como peço-lhe desculpas se ultrapassei o meu tempo.

O principal recado que eu queria mandar é para aqueles que deixaram de votar no primeiro turno. Peço que votem no segundo turno e que não deixem de confiar neste País e em alguns homens que estão na política, porque a maioria é honrada e quer o melhor para o Brasil. A minoria não deve prevalecer. É preciso que prevaleçam homens como V. Ex^a, Senador Mão Santa. Desejo o melhor para o seu Estado e desejo o melhor para o nosso País.

Que Deus nos ajude, que Deus ilumine aqueles que deixaram de votar para que façam agora a diferença. E que coloquemos este País em boas mãos, nas mãos de quem tem condições de administrá-lo para melhorar a vida dos pobres e miseráveis não com esmola, mas com geração de emprego; não com esmola, mas com desenvolvimento econômico.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Magno Malta, do PL do Estado do Espírito Santo.

V. Ex^a, regimentalmente, tem o direito de pronunciar-se por vinte minutos, mas jamais ousarei cortar-lhe a palavra, ilustre e honrado Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pessoas presentes neste plenário, telespectadores da TV Senado, estamos todos enlutados.

No terrível acidente com o vôo 1907 da Gol em que a vida de 154 brasileiros foi ceifada – 148 passageiros exatamente e de seis tripulantes, –, havia 14 capixabas.

O Brasil está enlutado. Durante os quatro ou cinco primeiros dias após a tragédia, as televisões mostravam, em tempo real, o desespero, a angústia das famílias, mas também a movimentação da companhia aérea, da

Infraero e da Aeronáutica no sentido de apurar fatos e dar respostas ao Brasil e aos familiares.

Os familiares das vítimas, Sr. Presidente, vieram a Brasília. Aqui, estão alojados, mas um número significativo dos mortos ainda não foi identificado.

Sr. Presidente, dos 14 passageiros capixabas, dez são de Cachoeiro de Itapemirim, cidade onde comecei minha vida pública como Vereador.

São os seguintes os dez passageiros:

- Luiz Rogério Benedito Lobato, empresário do Grupo Itacar, que tanto bem faz ao Espírito Santo no que diz respeito à geração de empregos; um grupo tão sólido na região Sul do Estado e que era dirigido por ele e pelo nosso querido Clemente Sartório. A família está enlutada, juntamente com os funcionários e a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, pela perda do Luiz Rogério;

- Dr. Luiz Albano Custódio, dentista, respeitado, de família tradicional na cidade;

- Hélio Godoy, proprietário de uma rede de lojas de caça e pesca no Sul do Estado, geradora de empregos;

- João Leal, proprietário da agência Pantanal Turismo, promotor da excursão em cujo retorno foram ceifadas as vidas dos capixabas;

- Marlon Machado, pessoa querida, respeitada e de família tradicional, era Secretário de Serviços Urbanos de Cachoeiro de Itapemirim na gestão do Prefeito Roberto Valadão;

- Ronaldo Noé, proprietário de uma ótica em Cachoeiro de Itapemirim, também de família tradicional, gente querida que está de luto;

- Ricardo Leandro de Souza, jornalista, proprietário de uma revista. Estive com ele, nos últimos seis meses, durante o aniversário da cidade de Presidente Kennedy, oportunidade em que participei das festividades com a minha banda. No evento musical, fui fotografado por ele. Na quinta-feira seguinte, houve o *show* de Zezé de Camargo e Luciano, em cujo camarim eu estive, e lá ele os estava fotografando. Nesta semana, recebi do Prefeito Aloísio as fotos feitas pelo Ricardo Leandro de Souza, menino de bom caráter, amigo;

- Mozart Sant'Anna Júnior, médico do Hospital Evangélico, pertencia a uma família que enobrece os cachoeirenses. Deixou enlutados os seus pacientes, que aprenderam a confiar nele;

- Dr. Huederfidel Viana, médico anestesista, que foi quem me anestesiou quando me

submeti à última cirurgia. Ele nunca se furtou a estender a mão quando necessitamos dos seus serviços para atender a instituição que temos, no Sul do estado, de recuperação de dependentes químicos e de bebida alcoólica. Fazemos esse trabalho há 25 anos, e, nos últimos tempos, sempre fomos atendidos por esse médico, juntamente com o Dr. Rogério Glória e o Dr. Marcos Silveira. Ele era um anestesista que sempre estava à nossa disposição, porque entendia o nosso trabalho;

- Júlio Guidi, empresário do setor de mármore e granito de Cachoeiro de Itapemirim, bem sucedido, representante dos mais significativos do setor;

- Marcelo Ferreira Machado;

- Erthelviane Bortolozo, auditora ambiental e não acompanhava esse grupo na excursão; e

- Etelvino Lins.

O que me traz a esta tribuna, nesta tarde, é tão somente o anseio de, publicamente, solidarizar-me com esses capixabas na vontade permissiva de Deus, que tudo vê.

O fenômeno e o mistério da morte todos enfrentaremos um dia. Seja hoje ou amanhã, todos passaremos por isso. A Bíblia diz que a vida é como um vapor que aparece e, de repente, vai embora. A vida é fugaz, rápida e ligeira, por isso precisamos vivê-la da melhor maneira possível, sem carregar ódio no coração, colocando-nos à disposição dos outros. A Bíblia diz que maior bem-aventurança é dar do que receber. Minha mãe, Dona Dadá, dizia que a vida só tem sentido quando a colocamos à disposição dos outros, porque ela passa rápido demais, Senador Mão Santa.

Viajamos de avião toda semana. Esse amigo que citei, que tinha uma revista e que fotografou o meu evento, viajava de avião pela primeira vez, como me disse sua esposa – ele morria de medo de avião. A morte, contudo, não escolhe cara, cor, tamanho, doutor ou analfabeto. O dia chegado será sempre o dia chegado, independentemente de se estar dormindo ou sentado, num avião ou num carro.

Neste momento em que cito o nome desses capixabas, solidarizo-me com todas as famílias do Brasil que perderam um ente querido e sofrem com isso. Algumas tiveram um pouco de consolo por ter o corpo do seu parente identificado, mas há as que ainda vivem o drama da não-identificação ou, o que é pior, da não-localização do corpo. Solidarizo-me com os filhos que perderam pais, com os pais que perderam filhos, com as esposas que perderam esposos, com os esposos

que perderam esposas e com todos aqueles que sofrem, choram e lamentam.

Para nós, a porcentagem foi um pouco alta, porque, dos 154 mortos, 14 eram do Estado do Espírito Santo. Que essas famílias enlutadas recebam o meu afeto e a minha solidariedade. Nada mais significativo para alimentar a alma de alguém que a solidariedade num momento difícil e duro.

Aproveito a oportunidade para agradecer a solidariedade que tenho recebido de pessoas dos mais diversos credos e de cidadãos que credo algum professam, mas que me telefonam e enviam *e-mails* e *fax*, neste momento em que vivo debaixo de uma tempestade, por conta de uma ilação mentirosa, mentirosa, mentirosa.

É maravilhoso, é magnífico receber solidariedade. Numa hora como essa, necessário se faz que estejamos no exercício da misericórdia. Nada melhor do que ter coração misericordioso. A Bíblia, que é a palavra de Deus, diz: “Chorai com os que choram e alegrai-vos com os que se alegram”. Este é o momento de chorarmos. A Bíblia diz que há tempo para tudo debaixo do céu, e esse é o tempo de chorarmos, lamentarmos e sofrermos.

Com essas palavras, abraço as famílias enlutadas e com elas me solidarizo neste momento. A coisa mais difícil na vida é perdermos sangue do nosso sangue, carne da nossa carne. Quando alguém, pelo mistério da morte, é arrancado de perto de nós, e, muito pior, de uma maneira tão trágica – e há famílias que vivem a agonia de não ter o corpo do seu ente querido para enterrar –, nada melhor do que receber solidariedade.

Concedo um aparte ao Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Magno Malta, começo meu aparte pelo final do seu discurso, quanto às injustiças de que V. Ex^a é alvo e o sofrimento pelo qual está passando. É um caso inusitado; é um caso que tem estarrecido todas as pessoas com quem tenho conversado. É um caso de assassinato sem defunto. V. Ex^a foi acusado de usar um carro, que pegou emprestado de alguém, talvez porque não pudesse comprar um. Se fosse rico, um magnata qualquer, V. Ex^a teria comprado pelo menos quatro carros e os teria colocado na garagem. No entanto, V. Ex^a apenas pegou um emprestado. E os bandidos dizem que foi para pagamento de uma emenda. Aí vem a pergunta: essa emenda gerou a compra de alguma ambulância? Não! Mas espera aí!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Nem existe emenda.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Eu vou chegar lá! E essa emenda foi colocada no Orçamento? Não! Que compromisso V. Ex^a teria com algum cidadão para colocar emendas? E por que não as colocou? Como é que V. Ex^a pegaria um carro de alguém para fazer uma emenda se essa emenda não tivesse sido feita? Não sei como uma matéria como essa pôde ser tão divulgada! Querem fazer de V. Ex^a mais um cristo, como tantos que têm passado por este País! JK foi um cristo neste País. Ele fez tudo o que este Brasil tem; depois teve sua perna quebrada pela botina de um capitão, e morreu nas circunstâncias que todos sabemos. Embora tenha recebido muitas homenagens, de que servem as homenagens depois de morto? Deveríamos tê-lo homenageado em vida. Conheço muitas famílias que batizaram seus filhos com o nome Juscelino. Ainda ontem conversava com uma pessoa do Maranhão cujo nome era Juscelina. Ela me disse que seu pai lhe dera esse nome porque adorava JK. Quando morei em Vitória, tive um vizinho, o Sr. Álvaro Passos Carlos, cujo filho, atualmente um médico que trabalha na Prefeitura da Serra, chama-se Juscelino. Essa é a verdadeira homenagem. Portanto, Senador Magno Malta, fique V. Ex^a despreocupado. Deus é grande! Deus vai lhe fazer justiça! V. Ex^a receberá toda essa difamação com juros e correção monetária. A mão de Deus custa, mas aparece na hora certa. Com relação ao acidente que V. Ex^a lamenta, também já o lamentei por demais. Perdi um amigo fraterno, chamado Luiz Albano Vieira Custódio, dentista. Durante mais de vinte anos fui sócio do seu irmão, atualmente falecido, engenheiro que trabalhou na Caixa Econômica Federal do Espírito Santo. Eles eram filhos de um viajante comercial que, em um carrinho velho, vendia produtos para sustentar, criar e educar seus filhos, que tanto serviram ao nosso Estado, como José Albano, na Caixa Econômica Federal. Ele montou a Ornato, loja que hoje se chama Eliana, lá no Município da Serra. José Albano, irmão de Tito Albano, que, por muitos anos, foi diretor da Cohab e tanto lutou no Governo, se não me engano, de Gerson Camata. Por fim, Luis Albano teve esse fim trágico. Quero também me solidarizar com V. Ex^a, meu irmão Magno Malta, e com as famílias enlutadas. Que Deus dê o conforto a todas elas! E desejo lamentar que, relativamente a um acidente dessas proporções, não tenhamos, até hoje, uma explicação pelo menos aceitável. De um lado, o Ministro Waldir Pires diz que a documentação estava toda certa, que o plano de vôo estava completo; por outro lado, deparamo-nos com as declarações, nos jornais, dos pilotos, que disseram

que receberam permissão para voar àquela altitude. E aí não se sabe de quem é a culpa. O certo é que o acidente aconteceu e as famílias estão enlutadas: filhos sem pais, pais sem filhos. E a vida, como disse V. Ex^a, continua, e vai ser sempre assim. Muito obrigado pelo aparte, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado, Senador Motta, pelo carinho, pelas palavras tão boas para o meu coração, para minha alma.

A despeito de tudo isso que estejamos vivendo, sempre há alguém sofrendo um pouco mais do que nós, como essas famílias.

Encerro, Senador Mão Santa, citando para essas famílias um trecho da Bíblia de que V. Ex^a gosta tanto “Entrega teu caminho ao Senhor. Confia nele e o mais Ele fará”. Deus é justo juiz, Senador João Batista Motta! Deus é justo juiz e Ele é justificador, Senador Mão Santa! Esta é a minha segurança. É minha segurança, Senador Antero Paes de Barros, porque a justiça e a verdade estão comigo.

Senador João Batista Motta, nunca pus uma emenda. Nunca liberei ambulância. Senador João Batista Motta, ouvi falar de Planam por intermédio dos jornais. Nunca estive com qualquer Vedoin nem os conheço. Usei um carro emprestado do Deputado Lino Rossi; carro que devolvi há mais de um ano. E não sei, de fato, onde cometi esse crime, que não existe.

Mas, se Deus, na Sua vontade permissiva, permitiu que tudo isso acontecesse, julgo que Deus deva ter um grande propósito em tudo isso, porque Ele é justo juiz e é justificador. Então, quem me justifica é Deus, a despeito de já ter ouvido e lido tanta ilação, tanta maldade com relação à minha pessoa, que tenho uma história de luta, de enfrentamento a bandidos neste País! Mas Deus deve ter um propósito. E, a atentar contra a minha própria integridade física, prefiro confiar em Deus.

A Bíblia diz que uns confiam em carros, outros confiam em cavalos. E o salmista diz: “Mas eu prefiro confiar no Senhor, nosso Deus”. E eu também. Eu também prefiro confiar e esperar na justiça de Deus. Se Deus é justo e misericordioso para quem o busca, avalie quando você O busca tendo a verdade consigo ainda, a verdade e a justiça.

Agradeço, Senador Mão Santa, a benevolência de V. Ex^a e encerro o meu pronunciamento dizendo a essas famílias que recebam, de todo o coração, a minha solidariedade neste momento duro e difícil de suas vidas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Magno Malta, abraço a sua causa e também o seu voto de solidariedade a todos os familiares, tanto as dos funcionários da Gol quanto as dos passageiros que, totalizando 154 brasileiros que, infelizmente, morreram naquele acidente, deixando mais de cem órfãos, causando extraordinário trauma para todas aquelas famílias. V. Ex^a expressou muito bem a dor sentida por todas essas famílias e também a dos que trabalham na aviação civil e que desejam, sobretudo, que haja o aperfeiçoamento do sistema de segurança, para que aqueles que, como nós, ao viajarem, embora saibam que ao entrarem nos aviões estarão seguros, mesmo assim, temos a ciência de que existe uma probabilidade, mesmo que pequena, de acontecer uma tragédia como essa, em que pese todos os cuidados daqueles que trabalham no controle aéreo e a destreza dos pilotos daquela aeronave. Meus cumprimentos a V. Ex^a por essa iniciativa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Agradeço o aparte, Senador Suplicy. A lição que fica de tudo isso é que nós temos de estar preparados para nos encontrarmos com Deus, porque a morte é um mistério que repentinamente aparece. Precisamos ser solidários com os familiares das vítimas de um acidente trágico como esse e também com aquele que perde alguém dormindo, ou que sentado tem um infarto, pois pela morte todos passaremos. É preciso se preparar para a eternidade, para o encontro com Deus.

Encerro, Sr. Presidente, reiterando a minha solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Seguindo a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, do PT do Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, grande Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores. Vou pedir, Sr. Presidente, que V. Ex^a, antes mesmo do meu pronunciamento, me conceda cinco minutos para justificar e encaminhar um requerimento de pesar que apresentei.

Vejo, agora, que o Senador Marco Maciel e o Senador Eduardo Suplicy se encaminham para apresentar requerimento com o mesmo conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço permissão para ler.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.027, DE 2006

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Deputado Fernando Gasparian, ocorrido em São Paulo no dia 7 de outubro último:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2006. – Senador **Roberto Saturnino** – Senador **Mão Santa**.

REQUERIMENTO Nº 1.028, DE 2006

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento, dia sete de outubro, do corrente, na cidade de São Paulo, do editor e ex-Deputado Federal Fernando Gasparian:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências a sua esposa Dona Dalva, aos filhos Helena, Laura, Eduardo e Marcus, a Editora Paz e Terra, ao Conselho Nacional de Economia e ao Governo do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2006.

Senador MARCO MACIEL

REQUERIMENTO Nº 1.029, DE 2006

Requeiro nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 7 de outubro do corrente, do Deputado Constituinte e proprietário da Editora Paz e Terra, Fernando Gasparian, aos 76 anos, vítima de infecção generalizada; bem como apresentação de condolências à sua esposa Dalva e aos filhos Helena, Laura, Eduardo e Marcus.

Justificação

“Para ser um bom brasileiro tem que gostar de democracia”. Essa frase, repetida por Fernando Gasparian nos tempos duros da ditadura, era considerada altamente subversiva. Por isso ele foi perseguido pelos militares; por isso perdeu sua fábrica; por isso virou editor de jornal de resistência; por isso fundou uma revista (que foi censurada); por isso tomou-se um dos mais importantes editores de livros do Brasil; por isso foi deputado constituinte; e por isso se tornou figura inesquecível na história da política brasileira.

No final dos anos 50 e início dos 60, quando a palavra desenvolvimento era ouvida em todo lugar, Fernando Gasparian, ainda moço, chegou a ter 5 mil funcionários em sua fábrica de tecidos, a América Fabril, no Rio. Foi dali, aliás, que nasceu o time de futebol carioca que ainda hoje tem uma boa torcida.

Após o golpe militar de 64, Fernando Gasparian, que era nacionalista, passou a ser perseguido. Seu filho Eduardo, em entrevista ao portal UOL, explica: “Meu pai teve de parar com a indústria porque o governo militar cortou o crédito do Banco do Brasil, que era o principal financiador”.

Foram tantos problemas que teve de enfrentar, que em 1970, auge das perseguições políticas, Gasparian decidiu ir para o exílio para não ser preso. Escolheu a Inglaterra. Mas não agüentou. Voltou ao Brasil um ano depois e fundou o jornal **Opinião**, declaradamente o veículo de resistência democrática aos militares. Ali escreviam Celso Furtado, Chico de Oliveira, Alceu Amoroso Lima, Dias Gomes e Érico Veríssimo, entre outros. Tive também a honra de ser um de seus colaboradores. Na redação, tinha a colaboração de Raimundo Pereira e Tonico Ferreira. Fernando editou de 1971 a 75, mas o jornal durou sete anos e teve vários de seus números censurados.

Ao mesmo tempo que editava o **Opinião**, Gasparian comprou a editora Paz e Terra, de Ênio Silveira, seu amigo e outro grande democrata, que também era dono da Editora Civilização Brasileira. Acho que devemos a eles dois a manutenção de um pouco de cultura e de livros no Brasil daqueles tempos em que ler era quase crime, e ter livros em casa eram prova material nos processos, nas auditorias militares de todo o País.

A Paz e Terra deu preferência às áreas de filosofia, sociologia, ciência política, e editou outros adversários do regime militar, como Paulo Freire – autor de “Pedagogia do Oprimido”, entre outras obras fundamentais – que na época estava no exílio. Teve também a coragem de editar “A luta de classes na União Soviética”, de Charles Bethelheim, que tanta polêmica causou na esquerda.

Mas isso não bastava a um democrata completo. Em 1973, fundou também a revista “Argumento”, que tinha uma abordagem criativa e crítica dos acontecimentos. Tratava de tudo. Política, economia, artes, esporte... Seu editor na redação foi o lendário Barbosa Lima Sobrinho, eterno presidente da ABI – a Associação Brasileira de Imprensa. A revista foi recolhida pela censura várias vezes.

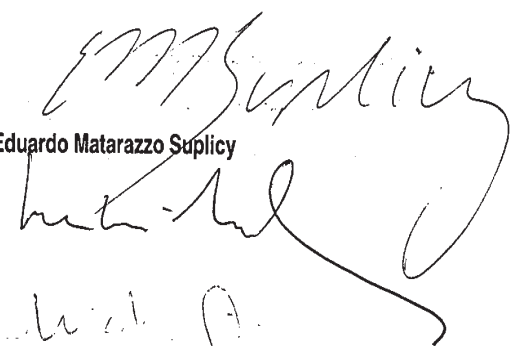
Não se deu por vencido. Amava os livros, amava a liberdade de pensamento. Fundou então a livraria Argumento em São Paulo em 1977, e mais tarde transferiu-a para o Rio, onde ainda se dão os melhores lançamentos, com filial no Leblon, em Copacabana e na Barra da Tijuca. Hoje em dia as livrarias são administradas pelos filhos Laura, Eduardo e Marcus. Helena é diplomata.

Também me aproximei de Fernando Gasparim e de sua esposa Dalva Funaro Gasparim, por esta ser irmã do ex-Ministro Dilson Domingo Funaro, casado com minha irmã Ana Maria.

Deputado Federal por São Paulo, foi dos mais assíduos e combativos na Constituinte. Era amigo do ex-Presidente Fernando Henrique, mas não aceitava as privatizações. Opôs-se firmemente à da Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores mineradoras do mundo, porque a considerava patrimônio do povo brasileiro.

Era assim. “Amava loucamente minha mãe e o Brasil” – disse seu filho. Perdemos muito.

Sala das sessões, 9 de outubro de 2006.



Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

CARTA MAIOR

Bernardo Kucinski

Com a morte de Gasparian, fundador do jornal **Opinião**, está extinta a geração de empresários nacionalistas que foi combatida pela Ditadura Militar. Eram homens preocupados com um projeto nacional

de desenvolvimento, que Gasparian simbolizava e em nome dos quais atuava na cena política.

Data: 9-10-2006

Passou quase despercebida na grande imprensa a morte na última sexta-feira (6) de Fernando Gasparian, o fundador do jornal **Opinião**, um dos mais importantes semanários de nossa história e referência da luta da imprensa alternativa contra a ditadura militar.

Conheci Gasparian e sua esposa em Londres no início de 1972, em pleno regime Médici. Como eu, ele estava em “exílio voluntário”. Eu havia saído da **Veja** com a equipe liderada por Raimundo Pereira, que trabalhou nas capas denunciando as torturas no Brasil. Gasparian e sua esposa estavam traumatizados com o seqüestro e assassinato, pelos militares, de seu grande amigo, o deputado federal também nacionalista Rubens Paiva.

Gasparian, dono da indústria têxtil América Fabril, era de uma geração de empresários nacionalistas que entrou em desgraça com o golpe militar de 1964. Suas empresas, em geral familiares, foram submetidas ao cerco econômico. Alguns deles, como Pignatari, sofreram confisco patrimonial e tiveram que fechar as portas ou suas empresas foram compradas na bacia das almas por grupos estrangeiros.

Com a morte de Gasparian, pode-se declarar extinta essa geração de empresários nacionalistas, preocupados com um projeto nacional de desenvolvimento, que ele simbolizava e em nome dos quais atuava na cena política. Gasparian, em especial, era muito amigo de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Barbosa Uma Sobrinho, Enio Silveira e outros intelectuais progressistas e/ou nacionalistas, que tentavam pensar um futuro para o Brasil. Tudo isso também foi interrompido de modo brutal pelo golpe militar.

Profundamente chocado, Gasparian pensava em lançar no Brasil um jornal moderno, que não tivesse com a ditadura a relação complacente da maioria dos jornais brasileiros; um jornal que combatesse a ditadura militar e o entreguismo. Lembro que chegamos a visitar juntos uma feira de equipamentos gráficos em Londres. Indiquei a ele Raimundo Pereira como o jornalista capaz de liderar um projeto desse porte. Assim nasceu, poucos meses depois, o semanário **Opinião**.

Nessa época, outros empresários ou amigos de empresários também ajudaram a viabilizar projetos de imprensa alternativa de combate aberto ou velado ao regime militar. A revista **Bondinho** não teria existido sem a ajuda de Thomas Fárkas, dono da Fotóptica, e de Bresser Pereira, ligado ao grupo Pão de Açúcar (dai o nome **Bondinho**). **Pasquim** contou de início

com apoio de Murilo Reis, dono de uma distribuidora de jornais e revistas.

Mas Gasparian foi de todos o que mais se dedicou ao que poderíamos chamar de “mecenato político”, bancando todo o projeto desde o início, no segundo semestre de 1972, até sua última edição, 231 semanas depois, em abril de 1977. O projeto do Raimundo combinava o melhor da experiência de **Veja**, como semanário de atualidades que chegava simultaneamente a todas as grandes cidades brasileiras, e o melhor da imprensa mundial progressista da época, como o **Le Monde**, o **The Guardian** e o **Financial Times**. Gasparian fez acordos editoriais com todos eles, também como forma de blindar **Opinião** contra os ataques do regime militar. Richard Gott e Basil Davidson podiam ser lidos em **Opinião**. Também escreviam no semanário os principais intelectuais brasileiros da época, como Celso Furtado, Luciano Martins e Niemeyer. Com diagramação moderna e desenhos elegantes a bico de pena ao estilo do **New York Times Review of Books**, por Cássio Loredano e Luís Trimano, **Opinião** nasceu como se já tivesse cem anos de tradição.

Mas a força bruta da repressão prevaleceu sobre a qualidade e o cuidado editorial. Os tempos eram duros. Não por acaso, a capa do número zero era uma fina caricatura em bico de pena de Plínio Salgado, líder da extrema direita brasileira, que então se tornava cada vez mais forte junto ao governo Médici. A censura pegou **Opinião** já na nona edição e foi apertando o cerco até se tornar devastadora a partir da edição 23. Do material enviado para Brasília, metade era vetada ou mutilada.

Quando Gasparian fechou o jornal, em abril de 1977, Geisel fechava o Congresso, para baixar o famoso pacote de abril”, que mudou as regras do jogo eleitoral numa tentativa de manter artificialmente uma maioria conservadora. De Médici a Geisel, esses foram os tempos vividos por **Opinião**. Tempos de resistência. **Opinião** tornou-se um símbolo de Imprensa de resistência e Gasparian, sem dúvida está no céu, nem que seja só por isso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Sugiro que votemos todos de uma só vez.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a dispõe de cinco minutos para defender o requerimento e 20 minutos para discursar. Jamais eu ousaria cortar a palavra do extraordinário Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ.
Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)
– Obrigado, Sr. Presidente.

Fernando Gasparian foi realmente um grande brasileiro. Faz muita falta às pessoas que mais de

perto o conheciam, que privaram da sua amizade. Gasparian foi um grande líder político, industrial, um grande empresário.

Foi presidente da Confederação Nacional da Indústria. Foi proprietário de uma das maiores indústrias de tecido no Rio de Janeiro, a Nova América. Sempre foi um líder na expressão verdadeira da palavra, defendia o pensamento desenvolvimentista deste País, desenvolvia um pensamento nacionalista, valorizava extremamente as posições nacionalistas na política. Foi um deputado constituinte muito brilhante, que lutou pelo estabelecimento de limites para as taxas de juros e isso ficou indelével na história da Constituinte brasileira. Foi, enfim, um editor, proprietário da grande editora Paz e Terra, uma das maiores e mais prestigiosas do País, que publica livros importantíssimos sobre o pensamento brasileiro. É o editor de Celso Furtado, só para citar um exemplo, mas foi também o editor do jornal **Opinião**, que fez época no Brasil, no momento mais difícil de enfrentamento do regime militar.

Fernando Gasparian praticamente sustentava, prejudicando o seu patrimônio enormemente, o jornal **Opinião**, que era um ponto de referência de todos aqueles que lutavam pela democratização do País.

Enfim, Sr. Presidente, eu poderia aqui dar exemplos de brasilidade, de lucidez e de capacidade de liderança que tinha e, sendo paulista, viveu grande parte dos seus últimos anos no Rio de Janeiro.

Eu tive a oportunidade de privar proximamente da sua convivência, de forma que posso testemunhar, assim como outros colegas certamente o farão, o grande valor desse brasileiro que a Nação perdeu sábado último.

De forma que faço aqui a justificativa do requerimento que apresentei, juntamente com tantos outros, esperando que a família, a esposa Dalva e os filhos, recebam como um mínimo consolo essas palavras e essa homenagem que o Senado presta à grande figura de Fernando Gasparian.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)
– Ouço o Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a faz bem em registrar à Casa o falecimento do amigo e político Fernando Gasparian. Ele era, rigorosamente, um homem múltiplo. Aliás, eu até poderia dizer dele o que Terêncio afirmou certa feita: “Nada que era humano lhe era estranho”. Nada. Era escritor, leitor e, como V. Ex^a lembrou muito bem, um editor também. Político em sua essência, preocupado com o País, com o seu desenvolvimento. Tinha uma enorme capacidade de

relacionamento, e viveu convivendo – que é talvez a mais alta maneira de viver – em pleno intercâmbio com todos os segmentos: contrários e diferentes das posições dele. Era também uma pessoa estuante. Quando ele chegava, roubava a cena, como se diz.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – É verdade.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Porque tinha uma energia enorme e, portanto, a todos contagiava. Seu passamento nos deixa tristes.

A prova do que afirmo foi o fato de haver, ao lado do requerimento de V. Ex^a, outros requerimentos, como o de autoria do Senador Eduardo Suplicy, o meu e tantos, que, de alguma forma, visam ao mesmo objetivo, o de fazer com que o Senado Federal, como Casa da Federação, dê um testemunho do que foi Fernando Gasparian e também expresse que, em função do que foi sua vida, dos amigos que deixa e, sobretudo, das idéias que defendeu, ele é um nome que vai estar sempre inscrito na história do País. A ele, não faltou enorme provisão de brasilidade, de consciência cívica e de busca de construir uma Nação não somente democrática, mas, sobretudo, justa, que era a sua grande preocupação. Portanto, concluo meu aparte cumprimentando V. Ex^a ela iniciativa de registrar o falecimento do ex-Deputado Constituinte Fernando Gasparian. Estendo nossos sentimentos à família e às instituições às quais ele pertenceu. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sou eu que agradeço. Senador Marco Maciel. V. Ex^a lembrou muito bem uma qualidade extraordinária de Fernando Gasparian, que era sua energia vital, sua energia espiritual, sua energia anímica, a energia com a qual ele enfrentava os problemas e com a qual ele se dedicava espiritual e materialmente às causas desta Nação brasileira e do povo brasileiro. Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Roberto Saturnino, peço a gentileza do Presidente Mão Santa de considerar este aparte referente ao requerimento, para que depois V. Ex^a tenha o tempo necessário. Por isso, no meu aparte, gostaria de fazer a homenagem a Fernando Gasparian, tal como a preparei, comungando com V. Ex^a e com o Senador Marco Maciel o requerimento. “Para ser um bom brasileiro tem que gostar de democracia.” Essa frase, repetida por Fernando Gasparian, nos tempos duros da ditadura militar, era considerada altamente subversiva. Por isso, ele foi perseguido, perdeu sua fábrica, virou editor de jornal de resistência, fundou

uma revista, que foi censurada; por isso tornou-se um dos mais importantes editores de livros do Brasil; por isso foi Deputado Constituinte e tornou-se figura inesquecível na história da política brasileira. No final dos anos de 1950 e no início dos anos 60, quando a palavra “desenvolvimento” era ouvida em todo lugar, Fernando Gasparian, ainda moço, chegou a ter cinco mil funcionários em sua fábrica de tecidos, a América Fabril, no Rio de Janeiro. Foi dali, aliás, que nasceu o time de futebol carioca, que ainda hoje tem uma boa torcida. Após o golpe militar de 1964, Fernando Gasparian, que era nacionalista, passou a ser perseguido. Seu filho Eduardo, em entrevista ao portal UOL, explica: “Meu pai teve de parar com a indústria porque o governo militar cortou o crédito do Banco do Brasil, que era o principal financiador.” Foram tantos problemas que teve de enfrentar, que, em 1970, auge das perseguições políticas, Gasparian decidiu ir para o exílio, para não ser preso. Escolheu a Inglaterra, mas não agüentou. Voltou ao Brasil um ano depois e fundou o jornal **Opinião**, declaradamente o veículo de resistência democrática aos militares. Ali escreviam Celso Furtado, Chico de Oliveira, Alceu Amoroso Lima, Dias Gomes, Érico Veríssimo, entre outros – também tive a honra de ser um de seus colaboradores, bem como, depois, do jornal **Movimento**, que Raimundo Pereira, o editor de **Opinião**, continuou. Na redação do jornal **Opinião**, tinha a colaboração de Raimundo Pereira e Tonico Ferreira. Fernando editou de 1971 a 1975, mas o jornal durou sete anos e teve vários de seus números censurados. Ao mesmo tempo em que editava o **Opinião**, Gasparian comprou a Editora Paz e Terra, de Ênio Silveira, seu amigo e outro grande democrata, que também era dono da Editora Civilização Brasileira – aliás, ela está voltando, tanto que a Editora Record resolveu adquiri-la e está editando um livro do Professor Philippe Van Parijs e Yannick Vanderborght: **Renda básica de cidadania: argumentos éticos e econômicos**. Devemos aos dois, Fernando Gasparian e Ênio Silveira, a manutenção de um pouco de cultura e de livros no Brasil, naqueles tempos em que ler era quase crime e ter livros em casa era prova material nos processos e nas auditorias militares de todo o País. A Paz e Terra deu preferência às áreas de filosofia, sociologia, ciência política e editou outros adversários do regime militar, como Paulo Freire – autor de **Pedagogia do Oprimido**, entre outras obras fundamentais –, que na época estava no exílio. Teve também a coragem de editar **A luta de classes na União Soviética**, de Charles Betthelheim, que tanta polêmica causou na esquerda. Mas isso não bastava a um democrata completo. Em 1973, fundou também a revista **Argumento**, que tinha uma abordagem criativa

e crítica dos acontecimentos. Tratava de tudo. Política, Economia, Artes, Esporte... Seu editor na redação foi o lendário Barbosa Lima Sobrinho, eterno presidente da Associação Brasileira da Imprensa (ABI). A revista foi recolhida pela censura várias vezes. Não se deu por vencido. Amava os livros, amava a liberdade de pensamento. Fundou, então, a livraria Argumento, em São Paulo, em 1977, e mais tarde a transferiu para o Rio, onde ainda se dão os melhores lançamentos, com filial no Leblon – que V. Ex^a conhece tão bem –, em Copacabana e na Barra da Tijuca.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, lamentamos informar a V. Ex^a que o aparte, segundo o Regimento, é de dois minutos, apesar de entendermos que V. Ex^a representa nove milhões de bocas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estou concluindo, então, Sr. Presidente. Hoje em dia, as livrarias são administradas pelos filhos Laura, Eduardo e Marcus. Helena é diplomata. Também me aproximei de Fernando Gasparian e de sua esposa, a querida Dalva Funaro Gasparian, por ser ela irmã de meu cunhado, o ex-Ministro Dilson Domingos Funaro, casado com minha irmã Ana Maria. Então, inúmeras vezes o vi, ele que era também estimado por Dilson. Deputado Federal por São Paulo, foi dos mais assíduos e combativos na Constituinte. Era amigo do ex-Presidente Fernando Henrique, mas não aceitava as privatizações. Opôs-se firmemente à da Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores mineradoras do mundo, porque a considerava patrimônio do povo brasileiro. Ele certamente, hoje, com sua voz, está chamando a atenção, construtivamente, do Governo do Presidente Lula, com respeito a uma de suas principais preocupações, o nível tão alto da taxa de juros.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – É verdade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Foi dele a iniciativa de se buscar o limite de 12%, na Constituinte, para as taxas de juros, algo que não se efetivou. Mas sua preocupação sempre tem estado presente. Era assim: “Amava loucamente minha mãe e o Brasil” – disse seu filho. Perdemos muito. Assim, externo a minha solidariedade e o meu abraço a todos, à querida Dalva e aos filhos, Helena, Laura, Eduardo e Marcus.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a acaba de ingressar no **Guinness Book** por dois motivos: maior votação do Senador na história e um aparte maior do que o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Mas um aparte que só valorizou o meu pronunciamento, na medida em que S. Ex^a contribuiu com seu conhecimento histórico, por estarem ambos ligados até por vias indiretas de casamento e parentesco.

Agradeço muito o aparte do Senador Eduardo Suplicy, Sr. Presidente, e dou por encerrada a parte de encaminhamento do requerimento.

Passo, então, ao meu pronunciamento, que não será muito extenso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Roberto Saturnino, antes, colocarei em votação os requerimentos que a Mesa recebeu dos três Senadores, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e Marco Maciel, referente à inserção em Ata de voto de pesar e a outros procedimentos pela morte do ex-Deputado Federal Fernando Gasparian.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Também gostaria de subscrever o referido requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os três requerimentos estão à disposição de V. Ex^a.

Em votação os requerimentos dos três Senadores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Requeiro, ainda, que seja anexado ao pronunciamento do Senador Roberto Saturnino, ao meu e ao dos demais o depoimento de Bernardo Kusinski hoje, na **Carta Maior**. Ele foi a pessoa que encontrou Fernando Gasparian na Inglaterra, em seu exílio, e daquele diálogo é que surgiu todo o movimento para que se criasse o jornal **Opinião**.

Trata-se de um depoimento muito bonito, que certamente enriquecerá as nossas palavras.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Extremamente oportuno.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUP LIC Y EM APARTE AO SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO.

(Inserido nos termos do art. 210, início I e § 2º, do Regimento Interno.)

Homenagem a Fernando Gasparian

Com a morte de Gasparian, fundador do jornal *Opinião*, está extinta a geração de empresários nacionalistas que foi combatida pela Ditadura Militar. Eram homens preocupados com um projeto nacional de desenvolvimento, que Gasparian simbolizava e em nome dos quais atuava na cena política.

Data: 09/10/2006

Passou quase despercebida na grande imprensa a morte na última sexta-feira (6) de Fernando Gasparian, o fundador do jornal *Opinião*, um dos mais importantes semanários de nossa história e referência da luta da imprensa alternativa contra a ditadura militar.

Conheci Gasparian e sua esposa em Londres no início de 1972, em pleno regime Médici. Com eu, ele estava em "exílio voluntário". Eu havia saído de *Veja* com a equipe liderada por Raimundo Pereira, que trabalhou nas capas denunciando as torturas no Brasil. Gasparian e sua esposa estavam traumatizados com o seqüestro e assassinato, pelos militares, de seu grande amigo, o deputado federal também nacionalista Rubens Paiva.

Gasparian, dono da indústria têxtil América Fabril, era de uma geração de empresários nacionalistas que entrou em desgraça com o golpe militar de 1964. Suas empresas, em geral familiares, foram submetidas ao cerco econômico. Alguns deles, como Pignatari, sofreram confisco patrimonial e tiveram que fechar as portas ou suas empresas foram compradas na bacia das almas por grupos estrangeiros.

Com a morte de Gasparian, pode-se declarar extinta essa geração de empresários nacionalistas, preocupados com um projeto nacional de desenvolvimento, que ele simbolizava e em nome dos quais atuava na cena política. Gasparian, em especial, era muito amigo de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Barbosa Lima Sobrinho, Enio Silveira e outros intelectuais progressistas e/ou nacionalistas, que tentavam pensar um futuro para o Brasil. Tudo isso também foi interrompido de modo brutal pelo golpe militar.

Profundamente chocado, Gasparian pensava em lançar no Brasil um jornal moderno, que não tivesse com a ditadura a relação complacente da maioria dos jornalões brasileiros; um jornal que combatesse a ditadura militar e o entreguismo. Lembro que chegamos a visitar juntos uma feira de equipamentos gráficos em Londres. Indiquei a ele Raimundo Pereira como o jornalista capaz de liderar um projeto desse porte. Assim nasceu, poucos meses depois, o semanário *Opinião*.

Nessa época, outros empresários ou amigos de empresários também ajudaram a viabilizar projetos de imprensa alternativa de combate aberto ou velado ao regime militar. A revista *Bondinho* não teria existido sem a ajuda de Thomas Fárkas, dono da Fotóptica, e de Bresser Pereira, ligado ao grupo Pão de Açúcar (daí o nome *Bondinho*). *Pasquim* contou de início com apoio de Murilo Reis, dono de uma distribuidora de jornais e revistas.

Mas Gasparian foi de todos o que mais se dedicou ao que poderíamos chamar de “mecenato político”, bancando todo o projeto desde o início, no segundo semestre de 1972, até sua última edição, 231

semanas depois, em abril de 1977. O projeto do Raimundo combinava o melhor da experiência de *Veja*, como semanário de atualidades que chegava simultaneamente a todas as grandes cidades brasileiras, e o melhor da imprensa mundial progressista da época, como o *Le Monde*, o *The Guardian* e o *Financial Times*. Gasparian fez acordos editoriais com todos eles, também como forma de blindar *Opinião* contra os ataques do regime militar. Richard Gott e Basil Davidson podiam ser lidos em *Opinião*. Também escreviam no semanário os principais intelectuais brasileiros da época, como Celso Furtado, Luciano Martins e Niemeyer. Com diagramação moderna e desenhos elegantes a bico de pena ao estilo do *New York Times Review of Books*, por Cássio Loredano e Luís Trimano, *Opinião* nasceu como se já tivesse cem anos de tradição.

Mas a força bruta da repressão prevaleceu sobre a qualidade e o cuidado editorial. Os tempos eram duros. Não por acaso, a capa do número zero era uma fina caricatura em bico de pena de Plínio Salgado, líder da extrema direita brasileira, que então se tornava cada vez mais forte junto ao governo Médici. A censura pegou *Opinião* já na nona edição e foi apertando o cerco até se tornar devastadora a partir da edição 23. Do material enviado para Brasília, metade era vetada ou mutilada.

Quando Gasparian fechou o jornal, em abril de 77, Geisel fechava o Congresso, para baixar o famoso “pacote de abril”, que mudou as regras do jogo eleitoral numa tentativa de manter artificialmente uma maioria conservadora. De Médici a Geisel, esses foram os tempos vividos por *Opinião*. Tempos de resistência. *Opinião* tornou-se um símbolo de imprensa de resistência e Gasparian, sem dúvida está no céu, nem que seja só por isso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido.

Uma vez aprovado o requerimento, nós o encaminharemos ao Secretário Executivo e à Secretaria, o Carreiro e a Cláudia.

Continua na tribuna o Senador Roberto Saturnino, tendo direito a usá-la por vinte minutos, conforme o Regimento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não vou comentar, primeiro porque acho que o povo, a Nação inteira está no dia de hoje a tecer os seus comentários e a retirar as suas conclusões. Em segundo lugar, porque francamente não sinto nenhuma necessidade de enaltecer a participação do candidato Presidente Lula. A sua participação, a meu juízo, esteve dentro da expectativa do povo que está manifestando a sua preferência por ele, uma participação muito objetiva e com uma linguagem simples que é característica dele.

Penso que o debate foi muito importante, assim como a realização do segundo turno foi importante para a consolidação da democracia brasileira, para que o modelo de desenvolvimento brasileiro, a questão social seja mais profundamente compreendida, discutida e debatida pelo povo. Esse segundo turno coloca claramente as duas posições políticas que se confrontam neste momento. E os dois candidatos são muito bem representativos dessas duas posturas. Isso que é importante.

O candidato Alckmin é bastante representativo dessa elite paulista endinheirada, com pouca sensibilidade social, privatista, que sustenta que o desenvolvimento do Brasil precisa passar por todas aquelas típicas diretrizes políticas do neoliberalismo; confrontando-se com um homem originário do povo, ele mesmo saído do povo trabalhador e que sustenta não só o desenvolvimentismo mas especialmente a importância, a urgência e a prioridade da justiça social e da distribuição de renda, da emancipação do povo trabalhador, finalmente, depois de tanto período histórico de esmagamento desse povo.

O debate é esclarecedor por si mesmo, o confronto das duas candidaturas, das duas personalidades quase que não precisariam dizer nada; só o fato de se colocarem diante das câmaras, com suas histórias, suas respectivas biografias já serve para mostrar ao povo qual é o grande embate político que está se dando no Brasil nos nossos dias. Então não vou comentar o debate, o próprio povo, a população do País está comentando.

Vou aproveitar, Sr. Presidente, o segundo turno para ler brevemente – não lerei tudo porque não caberia no meu tempo – trechos de dois artigos que situaram muito bem o problema que está sendo posto para decisão do povo brasileiro. O primeiro é do sociólogo brasileiro Emir Sader, um articulista muito respeitado que disse, entre outras coisas, o seguinte:

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se a Petrobras vai ser privatizada – como afirma o assessor de Alckmin, Mendonça de Barros, à revista **Exame** [Sr. Presidente, Mendonça de Barros – pelo amor de Deus – é o homem das privatizações, dos financiamentos do BNDES para favorecer privatizações de empresas brasileiras essenciais ao processo desenvolvimentista. Outra vez Mendonça de Barros!] e, com ela, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Eletrobrás.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se os movimentos sociais voltarão a ser criminalizados e reprimidos pelo Governo Federal.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se o Brasil seguirá privilegiando sua política externa de alianças com a Argentina, a Bolívia, a Venezuela, o Uruguai, Cuba, assim como os países do sul do mundo, ao invés da subordinação à política dos Estados Unidos da América.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se retornará a política de privatização na educação.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se teremos menos ou mais empregos precários, menos ou mais empregos com carteira de trabalho.

[...]

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se seguiremos diminuindo as desigualdades no Brasil, mediante políticas sociais redistributivas – microcrédito, aumento do poder aquisitivo real do salário mínimo, diminuição do preço dos produtos da cesta básica, bolsa-família, eletrificação rural, entre outros – ou se voltaremos às políticas tucanopefelistas do governo FHC.

O que está em jogo no segundo turno é tudo isso [diz Emir Sader] – o que, por si só, é de uma enorme proporção e já faz a diferença entre os dois candidatos [a diferença bem explícita, como eu disse há pouco]. O que está sobretudo em jogo no segundo turno é a inser-

ção internacional do Brasil, com conseqüências diretas para o destino futuro do País.

Com Lula se manterá a política que privilegia a integração regional [tantas vezes tenho dito isto nesta tribuna] e as alianças Sul/Sul, que se opõem à Alca em favor do Mercosul. Com Alckmin se privilegiariam as políticas de livre comércio: Alca, assinatura do Tratado de Livre Comércio com os EUA, isolamento da Alba, debilitamento do Mercosul, da Comunidade Sul-Americana, das alianças com a África do Sul e a Índia, o Grupo dos 20.

O que está em jogo no segundo turno é a definição sobre se o Brasil vai subordinar seu futuro com políticas de livre comércio ou se o fará em processos de integração regional. Isso faz uma diferença fundamental para o futuro do Brasil e da América Latina. Adotar o livre comércio é abrir definitivamente a economia do País para os grandes monopólios internacionais – norte-americanos em particular –, é renunciar a definir qualquer forma de regulamentação interna – de meio ambiente, de moeda, de política de cotas etc. É condenar o Brasil definitivamente à centralidade das políticas de mercado, com a perpetuação das desigualdades que fazem do nosso País o mais injusto do mundo.

O que está em jogo no segundo turno então é se teremos um País menos injusto ou mais injusto, se teremos um País mais soberano ou mais subordinado, se teremos um País mais democrático ou menos democrático... [...]

Enfim, Sr. Presidente, todo este quadro definidor das duas posições a que eu me referi agora há pouco; basta olhar os dois candidatos para imediatamente, pela própria intuição, saber quem é o candidato do mercado e quem é o candidato do povo brasileiro, da Nação brasileira. Isso está absolutamente claro. Nem é preciso apelar para o que disseram ou para o que escreveram. Basta conhecer a história, a biografia, as posições políticas de ambos para se tirar essa conclusão.

É fundamental que o povo decida com o conhecimento intuitivo que tem, porque está em jogo o destino do Brasil. É nesse ponto, nesse confronto, nessa contraposição ideológica que está em jogo o destino do Brasil.

Sr. Presidente, este segundo turno é muito importante. O primeiro turno não foi suficiente para mostrar com clareza o confronto de posições que o debate de ontem tão claramente revelou.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Ouço o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero parabenizá-lo pela lucidez de reportar-se ao debate de ontem, que mostrou à Nação brasileira o perfil de cada um dos candidatos. V. Ex^a é justo quando diz que, no primeiro turno, não houve oportunidade para isso. É claro que não houve, pois o Presidente Lula fugiu de todos os debates; repito: de todos. No último, amarelou. Mandou a equipe dos bateadores à Rede Globo, anunciou sua saída, foi à Base Aérea a fim de deslocar-se para o Rio de Janeiro, mas, na última hora, mudou de posição. Senador Roberto Saturnino, a política externa do Brasil promovida pelo Presidente Lula foi a mais atabalhoada, a mais despropositada que se tem idéia nos últimos tempos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – É muito importante que V. Ex^a diga isso. É muito importante. Eu estou...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Estou dizendo com todas as letras. Basta ver a humilhação que a Bolívia impôs ao Brasil. Basta ver que o Brasil disputou a OMC, foi desmoralizado pelos vizinhos – e V. Ex^a prega essa integração feita pelo Lula –, disputou posição no BID e perdeu, no Conselho Permanente de Segurança, gastou milhões, inclusive perdendo dívida externa de países, sem nenhuma razão, porque não houve contrapartida clara, e perdemos. Onde foi que houve sucesso da política externa brasileira? Aliás, gostaria que V. Ex^a fosse claro e dissesse se é adepto da política de Celso Amorim ou da política de Marco Aurélio Garcia. Os confrontos públicos, mantidos entre os dois, um como assessor e outro como Ministro, mostram exatamente a desorganização e a bagunça. Não houve uma política clara, meu caro Senador Roberto Saturnino; houve factóides. E, de repente, o Brasil seguiu a Venezuela, o Presidente Lula seguiu os passos do Sr. Hugo Chávez, o Sr. Chávez sendo modelo para o Presidente da República. O Presidente Lula a copiar Evo Morales, pregando no País uma nova constituinte e daí para fora. A política externa do Brasil no Governo do Presidente Lula é uma política sem definição e sem clareza, sabe muito bem V. Ex^a, que preside com muita competência a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. As privatizações, Senador Roberto Saturnino, fazem parte de um momento e da história do Brasil, seguindo uma tendência mundial. Agora, imagine V. Ex^a essas companhias telefônicas e a Companhia Vale do Rio Doce na mão do Delúbio Soares, nas mãos dos amigos do Lula. V. Ex^a lembra que, há quatro anos, telefone era item para Imposto de Renda. E V. Ex^a sofreu muito no Rio de Janeiro, por ser o homem influente que é, com

seus amigos, pessoas das suas ligações, pedindo, por tudo, para conseguir uma linha telefônica para sua residência. E isso demorava três, quatro, cinco anos, de acordo com o “QI”, ou seja, “quem indica” de cada um. As privatizações foram feitas e estão concluídas. O mal é que V. Ex^a não leu ainda o plano de governo apresentado por Geraldo Alckmin, com mais de 200 páginas. Vai ver que em nenhum momento novas privatizações constam ali. Senador Roberto Saturnino, temos de modernizar o País, temos de diminuir seus custos. V. Ex^a já teve o cuidado de ver a relação dos conselheiros nomeados pelo Presidente da República para as estatais e para as empresas nas quais o Governo tem assento? Senador Roberto Saturnino, não se colocou um técnico capaz, foram os ex-sindicalistas, apenas aqueles que, durante 30 anos, acompanharam o Presidente Lula. Ontem, nós vimos em São Paulo um jornalista que atua no ABC revoltado porque colocaram na superintendência da Infraero de São Paulo um candidato derrotado e não um técnico em aviação ou uma pessoa especializada. O que é isso, Senador Roberto Saturnino? V. Ex^a deve ter assistido ao debate de ontem, que mostrou com muita clareza a competência de um e de outro, mostrou com muita clareza as intenções de um e de outro. Um Presidente da República que tem, nos quadrantes do seu palácio, nas suas cercanias, todos os organizadores do maior escândalo envolvendo corrupção que se tem notícia na República e não sabe responder quem foi e como foi! Não. Quer saber é sobre o Governo Fernando Henrique, do qual a responsabilidade de Alckmin com ele é a de ter sido eleitor, até porque não participou diretamente do Governo Fernando Henrique, era Vice-Governador e Governador de São Paulo. O dossiê que vocês estão lançando agora, do desespero, não funciona com o povo brasileiro. Esse dossiê com ameaça de privatização, de demissão é uma cartilha só. A Senadora Ideli Salvatti o lançou aqui, na semana passada e Lula o repercutiu. A Marta também. Portanto, não entra, Senador Roberto Saturnino. V. Ex^a tem uma história e uma biografia. Só há uma diferença entre esse dossiê e aquele do Vedoin: naquele corria dinheiro e neste só corre maldade e má-intenção. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Senador Heráclito Fortes, eu é que digo muito obrigado. O aparte de V. Ex^a é muito bom, é muito esclarecedor, explicita essas posições, a não ser a “fugidazinha” das privatizações, porque os privatistas foram V. Ex^{as}, que sustentaram o Governo de Fernando Henrique e disseram que aquilo era muito bom. Não nós. Fora isso, que V. Ex^a confunde um pouco, é muito esclarecedor o aparte de V. Ex^a, porque essas são as posições.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O que é PPP? O que é PPP, lançada no Governo de V. Ex^a? O que significa PPP?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Senador Heráclito Fortes!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O que é PPP?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Que PPP foi feita?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Porque o seu Governo é incompetente, mas anunciou.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Ah! Meu Deus! V. Ex^a invoca um argumento e de repente o destrói.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Foi o Governo de V. Ex^a que anunciou PPP no Brasil inteiro.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não teve credibilidade para levar avante.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Não! É um Governo que defende os interesses nacionais. Não quer fazer da PPP o capitalismo sem risco, em que o Governo banca tudo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – E por que anuncia?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Como foi feito com a Petrobras no Governo de V. Ex^a. As tais usinas térmicas que deram enorme rombo, aquilo foi uma PPP. Agora, o Governo Lula não faria aquilo. Não faz, Senador. Não faz, porque tem consciência e ideologia bem nítida.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Governo Lula priorizou o mensalão. Priorizou-o sem lisura, Senador Roberto Saturnino. O que o Governo Lula fez de concreto neste País?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Está bem, está bem. O Governo Fernando Henrique nunca mostrou o que fez no subterrâneo. Nunca deixou que viesse à tona.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Lá vem V. Ex^a com os subterrâneos da ditadura. O que é isso, Senador? Vamos com fatos concretos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Sem esse debate, Senador Heráclito Fortes! Deixe com o próprio Presidente Lula, que está apresentando isso na televisão. Nós dois aqui nos cansamos de dizer isso. V. Ex^a e eu estamos cansados.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu sei que é constrangedor, claro. Sei que é constrangedor.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Não é constrangedor; é absolutamente despiendo; quer dizer, não acrescenta mais nada. V. Ex^a disse mais de mil vezes isso. E eu também disse mais de mil vezes que é porque houve as CPIs, que funcionaram

normalmente. Nunca, na história deste País, funcionaram três CPIs. Quando?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas nunca, na história deste País, houve tantos ladrões como agora, Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – É porque há transparência, a mesma transparência que o Ministério Público assumiu e que não havia no Governo de V. Ex^a, a mesma transparência que a Polícia Federal usa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Roberto Saturnino, quantas pessoas que serviram ao Governo Fernando Henrique Cardoso foram condenadas pelo Governo de V. Ex^a? Quantos processos foram abertos? Os ladrões que estão aí respondendo a processo são de origem genuína do Partido dos Trabalhadores; nasceram, foram criados e estão aí.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Ontem, isso também foi mostrado no debate.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Diga-me um do Governo passado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – É sempre essa a única razão que V. Ex^a consegue buscar no saco de maldades.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Diga-me um. V. Ex^a não pensa que corrupção é uma razão grave?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Acho, acho.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não pensa que deve ser apurado?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Acho, e está sendo apurado, como nunca neste País, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Por que V. Ex^a não exige que se saiba a origem do R\$1,7 milhão?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Como nunca neste País. O argumento ético do Governo Lula é este: “Houve erro sim”. Ninguém está justificando erros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Roberto Saturnino?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Estão sendo apurados. Ninguém procurou obstaculizar a apuração de nada.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Não, não. Ninguém procurou.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador, cadê a lista dos cartões corporativos usada pelo Governo e cobrada ontem? Cadê a abertura das contas do Sr. Okamoto? Cadê?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Isso tudo foi objeto de análise das CPIs.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – De quem? Quem está analisando? Não, não, não.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sim, senhor. Isso passou pelas CPIs.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Governo entrou com ação na Justiça para não permitir a abertura. Calma, Senador Roberto Saturnino! O Brasil inteiro está nos ouvindo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a sabe que as CPIs trabalharam meses e meses, levantando tudo, hipóteses e mais hipóteses.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas V. Ex^a sabe que, na última hora, a base de seu Governo se reuniu...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – O que se confirma.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ...com um relatório paralelo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Um relatório paralelo, é claro! Se há divergência de opinião...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Divergência, não! Para que não fossem indiciados os membros do Partido dos Trabalhadores que estavam naquela relação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Roberto Saturnino, apenas quero informar que V. Ex^a já está a 22 minutos do segundo tempo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Agradeço a benevolência de V. Ex^a.

Vou citar apenas, em complemento ao artigo de Emir Sader, um artigo publicado hoje no **Jornal do Brasil**, do teólogo Leonardo Boff, um dos brasileiros de maior força moral neste País. Ele escreveu um breve artigo – que peço seja inserido nos Anais –, em que começa fazendo muitas restrições e muitas críticas ao PT, tudo isso que é sempre invocado como razão para derrubar o Presidente Lula, mas diz a seguir:

Mesmo assim, o segundo turno traz também lá suas vantagens: finalmente, vai se criar a oportunidade de confrontar dois projetos de Brasil.

Geraldo Alckmin representa o velho projeto das classes dominantes. Não sem razão os banqueiros e os grandes industriais o apoiaram, pois sentem afinidade de classe e comunhão de propósitos: garantir políticas ricas para os ricos e pobres para os pobres.

E diz mais adiante:

Sua vitória representará o retorno daqueles que sempre construíram um Brasil para si, sem o povo ou contra o povo.

Lula dá corpo a um projeto de mudança. Apesar dos constrangimentos encontrados num ambiente hegemonicamente neoliberal, tentou, com relativo sucesso, fazer a transição de um Estado elitista e privatista, para um Estado republicano e social. Agora ele se vê obrigado a definir claramente seu projeto: dar a centralidade ao povo destituído, garantir seus meios de vida e sua inclusão cidadã.

Sr. Presidente, essas são palavras de Leonardo Boff. Peço que V. Ex^a providencie a transcrição do referido artigo, porque não terei tempo de lê-lo na íntegra; já abusei do meu tempo e da paciência de V. Ex^a. Reitero que se trata de palavras ditas por um dos ho-

mens mais respeitados e respeitáveis deste País, sob o ponto de vista ético e moral.

Enfim, repito: foi muito bom o debate de ontem, e é muito bom o debate que se trava aqui, porque, agora, sim, está-se debatendo o que é importante para o Brasil, para o destino da Nação e do povo brasileiro.

Obrigado pela benevolência de V. Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL DO BRASIL

JORNAL DO BRASIL

SENADOR ROBERTO SATURNINO Opinião A11

SEGUNDA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 2006

O que está em jogo na reeleição

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

QUEM DERROTOU LULA não foi Geraldo Alckmin mas o próprio partido do presidente, o PT. O destemor insano de altos dirigentes petistas pôs a perder uma vitória garantida de Lula já no primeiro turno. O que pesou mesmo não foi tanto o escândalo do dossiê contra o candidato Serra, pois dossiês sempre existiram, fabricados por políticos afeitos à intimidação e ao manejo da mentira como arma política. A ausência de Lula no debate final contou negativamente, mas não foi o decisivo. O que destruiu o PT e travancou o caminho da vitória foi a exibição, por todos os meios de comunicação, da montanha de dinheiro para a compra do dossiê.

Mais de 30% da população trabalhadora não ganham mais que um salário mínimo. Quando vê toda essa dinheirama se enche de autovergonha e pensa: meu trabalho não vale nada mesmo - nem que vivesse duas vidas, acumularia tanto dinheiro quanto aquele mostrado ali. E esses corruptos tiraram de onde

esse dinheiro? A indignação não tem tamanho. Políticos que usam esses expedientes mereceriam a excomunhão política e religiosa, tão grande é seu pecado contra o povo, sua dignidade e a economia popular.

Pode ocorrer um impasse jurídico, policial e institucional nas investigações do dossiê, especialmente se seu conteúdo for revelado, coisa que ainda

Alckmin representa o velho projeto das classes dominantes. Lula dá corpo a um projeto de mudança

não se fez e que pode eventualmente incriminar a gestão do PSDB desde que começou a corrupção das ambulâncias. Mesmo assim, o segundo turno traz também lá suas vantagens: finalmente, vai se criar a oportunidade de confrontar dois projetos de Brasil.

Geraldo Alckmin represen-

ta o velho projeto das classes dominantes. Não sem razão os banqueiros e os grandes industriais o apoiaram, pois sentem afinidade de classe e comunhão de propósitos: garantir políticas ricas para os ricos e pobres para os pobres. Notoriamente não possui carisma e não apresenta nada de realmente inovador, capaz de suscitar uma nova esperança. A retórica que usa é despistadora. Mas cabe à análise pôr à luz os interesses de classe ocultos. A macroeconomia que enfeudou a política seguirá seu curso neoliberal deixando fatalmente anêmica a política social. Sua vitória representará o retorno daqueles que sempre construíram um Brasil para si, sem o povo ou contra o povo.

Lula dá corpo a um projeto de mudança. Apesar dos constrangimentos encontrados num ambiente hegemonicamente neoliberal, tentou, com relativo sucesso, fazer a transição de um Estado elitista e privatista para um Estado republicano e social. Agora ele se vê

obrigado a definir claramente seu projeto: dar a centralidade ao povo destituído, garantir seus meios de vida e sua inclusão cidadã. Para isso, precisa reaproximar-se de sua base real de sustentação: os movimentos sociais organizados e a imensidão dos excluídos. Esses poderão inviabilizar qualquer ameaça de impeachment. Tirar Lula é tirar nosso poder, dirão, é anular nossa vitória, é abortar nossa esperança.

Para se diferenciar claramente de Alckmin, Lula deverá mexer em pontos importantes da macroeconomia para que ela seja, de fato, o sustentáculo de uma política social maciça. Deverá ter a coragem de colocar o gesto fundador de um novo Brasil: retomar o projeto de Plínio Arruda Sampaio, um dos que melhor entendem de reforma agrária, e realizá-lo integralmente a fim de fixar as camponês no campo e desinchar as cidades favelizadas. Aí, sim, se consolidará seu governo, inaugurando a transformação social possível para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, do Espírito Santo. Em seguida, ouviremos – o País aguarda atentamente – o Senador Antero Paes de Barros, do PSDB de Mato Grosso.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria trazer ao conhecimento da Casa o que diz a Polícia Federal com relação ao dossiê que tem sido tão divulgado neste País:

A Polícia Federal informou nesta segunda-feira (9) a integrantes da CPI dos Sangues-sugas que boa parte do dinheiro apreendido na compra do dossiê contra políticos do PSDB provavelmente é irregular, o que dificultará a identificação de sua origem.

A informação foi passada pelo delegado Diógenes Curado, da PF de Cuiabá, aos deputados Júlio Delgado (PSB – MG), Carlos Sampaio (PSDB – SP), Vanessa Grazziotin (PCdoB – SP) e Paulo Rubem Santiago (PT – PE) em reunião nesta segunda na capital mato-grossense. “Ele explicou que não tem condições de detectar a origem de boa parte do dinheiro porque não é oficial, não tem contabilidade”, disse Júlio Delgado. “Até para comprar dossiê, o PT usou caixa dois”, afirmou.

A principal dificuldade, segundo disse a PF à CPI, é em relação aos reais apreendidos na operação (R\$1,1 milhão). “É dinheiro velho, miúdo. Tem notas de R\$5, R\$10, de todo jeito”, explicou Delgado. Sobre os dólares, US\$248 mil, o delegado confirmou que a PF está bem perto de chegar à origem de, pelo menos, US\$110 mil que estavam em série. O delegado que cuida dessa parte da investigação em Brasília, Luiz Flávio Zampronha, deve chegar a Cuiabá até esta terça para informar à PF do Mato Grosso como anda a apuração sobre o dinheiro.

Diógenes Curado disse ainda aos integrantes da CPI que está otimista em avançar nas investigações após a quebra dos sigilos telefônicos de Hamilton Lacerda, ex-assessor petista acusado de comandar a compra do dossiê. A PF está fazendo um cruzamento das ligações feitas por Lacerda com os saques bancários considerados suspeitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Concedemos a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a permissão do Senador Antero Paes de Barros, quero apenas registrar nos Anais da Casa que, enquanto o Presidente Lula faz bravata no Palácio do Alvorada, ouve-se o que diz aqui o delegado. Mas vejam, senhoras e senhores, o que ousa o Presidente da República dizer: que Alckmin se comportou como “delegado de porta de cadeia”.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva – candidato do PT à reeleição – disse nesta segunda-feira que ontem foi o dia mais triste da sua vida política, em referência ao debate com o seu adversário no segundo turno, o tucano Geraldo Alckmin, promovido pela **TV Bandeirantes**.

Até aí, concordo. Continua o artigo:

Lula disse que Alckmin, a quem chamou de “cidadão do samba de uma nota só”, se comportou como um “delegado de porta de cadeia” e destacou que esse foi o pior nível de debate de que participou em sua vida política, indicando que Alckmin não tem qualificação para enfrentá-lo.

Senador Antero Paes de Barros, quero apenas fazer esse registro para vermos o nível do ocupante do Palácio da Alvorada. O médico Alckmin é, no entender dele, um “delegado de porta de cadeia”. E, depois, queixa-se do nível do nível da campanha! Acusa o candidato do PSDB, que, durante toda a semana, passou pressionado psicologicamente com as chantagens desse dossiê da privatização, que agora circula e que se está espalhando. É um dossiê tão criminoso como o de Mato Grosso, porque são colocadas no seu contexto afirmações de quem não disse nada.

O Presidente Lula não ter lido o Programa de Governo de Geraldo Alckmin, isso não é nenhuma novidade. Mas alguns Senadores do porte do Senador Roberto Saturnino, um homem que tem uma biografia e uma história a zelar, entrarem nessa linha sem ler o programa?!

Permita-me, Senador Saturnino, mandar-lhe o Programa de Governo, para que V. Ex^a o leia, acredite nele ou não. Mas isso é que é lamentável!

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Acredito no que foi dito, no que foi feito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Dito por quem?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Por V. Ex^a. No tempo em que foram feitas as privatizações, V. Ex^{as} batiam palmas e diziam que o Brasil estava encontrando sua redenção. Como agora vêm negar isso?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Roberto Saturnino, não existe aparte quando o orador fala pela ordem. Vamos respeitar. Ninguém obedece à Constituição, mas vamos obedecer ao Regimento Interno, de que o Sr. Carreiro é guardião ferrenho. Inclusive, há um orador na tribuna.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou encerrar.

Os problemas que o Governo Fernando Henrique Cardoso enfrentava eram exatamente de privatização – uns eram contrários; outros, favoráveis. Os problemas do atual Governo são os episódios do dólar na cueca, dos dossiês forjados e comprados e de corrupção, em que o ato inaugural se deu na pessoa do Sr. Waldomiro. A partir do momento em que o Presidente da República não tomou providências, todos pensaram que poderiam ser um Waldomiro, porque nada acontecia nesse Governo. E a impunidade é que está fazendo com que um delegado da Polícia Federal – que, em determinado momento, o PT tentou manipular, cerceando as investigações – tenha coragem de dar declarações dessa natureza.

E aí vem o Presidente Lula dizer que Geraldo Alckmin é “delegado de porta de cadeia”. Cadeia não é lugar que Geraldo Alckmin freqüente. A proximidade da cadeia é...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, não vejo questão de ordem alguma no pronunciamento do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos orientar aqui. Senador Heráclito, encerre.

E V. Ex^a pede pela ordem, por dois minutos, em respeito ao orador que está na tribuna.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Não vejo questão de ordem no pronunciamento do Senador Heráclito, que quer apenas...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a declinou. Então, vamos ouvir o orador que está na tribuna.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Eu só quero dizer isto: que esse delegado, em vez de dar declarações, poderia trabalhar mais celeremente para apurar isso e mostrar à Nação, que é o que todo mundo está querendo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É o lado autoritário do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito, V. Ex^a não pode apartear. Vamos, agora, respeitar o Regimento e o Senador que está na tribuna.

Senador Antero Paes de Barros, V. Ex^a tem a palavra por 20 minutos, segundo o Regimento, mas jamais o interromperei, primeiramente porque gosto de ouvi-lo mesmo e, em segundo lugar, porque S. Ex^a é um dos mais brilhantes da história do Senado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicio meu pronunciamento saudando também o debate promovido ontem pela Rede Bandeirantes de Televisão. Os cumprimentos iniciais são para o Alckmin e para a Rede Bandeirantes de Televisão, que foram os grandes vitoriosos do debate.

A TV Bandeirantes, ontem, deu um *show* na forma do debate. Ontem, houve realmente debate entre candidatos. Acertaram na fórmula do debate para o segundo turno. Desde que milito na política, e já faz algum tempo, acompanho os debates na televisão, e esse foi o melhor debate na sua forma, porque permitiu a exposição dos candidatos para o povo brasileiro.

Analisando o debate, estava claro ontem que havia um candidato que, com humildade, respondia às perguntas, dava satisfações ao povo brasileiro, prestava informações sobre o governo que realizou em São Paulo e falava do seu programa de governo. Com humildade, com serenidade, com tranquilidade, Geraldo Alckmin mostrou estar preparado para governar o Brasil.

De outro lado, infelizmente, havia uma arrogância, não sei baseada em quê. O que o Presidente Lula bebeu de água ontem... Parecia que estava fazendo *cooper* no deserto de Saara. E, para disfarçar o nervosismo e o despreparo, mostrou um sorriso desnecessário, um sorriso que chegou às raíais do deboche, que transmitiu pouco caso para com as indagações que lhe faziam. Não é pouca coisa a pergunta “de onde veio o dinheiro sujo?”. Não dá para aceitar que a Polícia Federal só vá apresentar o caso e a solução depois das eleições! O Brasil não pode aceitar isso, não pode conviver com isso!

Lula é o Presidente da República, está no cargo e disputa uma reeleição. Quando fez aquela movimentação toda no PT, exigindo a saída do Berzoini, embora tenha disfarçado na entrevista, antes da reunião do PT, mandou tirar o Berzoini ao mesmo tempo em que dava entrevistas para a imprensa dizendo: “Olha, não se precipitem!”. Estava com medo de quê? Estava com medo de o Berzoini falar, estava com medo de que as pessoas não aceitassem eternamente fazer o papel de Delúbio na história do Brasil. Não é só o Delúbio que sabe. Quando Lula disfarçava no sorri-

so, ontem, a sua cara era cara de quem sabia, a sua cara era cara de quem conversa com o seu *personal trainer*. A sua expressão facial era de quem conversa com seu churrasqueiro, é a expressão de quem sabe muito mais do que verbaliza.

Qual é a única coisa que o PT consegue verbalizar? “Houve no meu Governo, e não estou jogando para debaixo do tapete. Estamos apurando”. O Senador Saturnino disse ainda há pouco isso. Não é verdade, Senador. O PT apura dos outros, não apura do PT.

Vejamos, pela ordem: o caso do Waldomiro Diniz está apurado? Eu vou perguntar, e, depois, V. Ex^a responde. “A Polícia Federal prendeu muita gente. Prendeu muita gente, prendeu muita gente”. Está certo, mas não prendeu figuras importantes da política brasileira. Waldomiro Diniz foi preso? Waldomiro Diniz foi investigado? Os computadores do Waldomiro Diniz foram investigados? Os telefones de Waldomiro Diniz no Palácio foram investigados? Quem fez a denúncia do Waldomiro Diniz, nesta tribuna, fui eu.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Mas, Senador,...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Não, deixe-me terminar a lista, e V. Ex^a responde sobre a lista.

Caso Marcos Valério: por muito menos, outras pessoas foram presas no Brasil. E quanto a Delúbio, a José Dirceu? Ontem, ele falava da política econômica. E o Palocci? E o comportamento do Palocci?

É assim que o PT trata os pobres? E o que fizeram com o caseiro? Aquela invasão do sigilo do caseiro é crime de Estado. Aquilo não foi crime praticado por uma só pessoa. E o Palocci vai ao Ministro da Justiça, que, em vez de tomar o depoimento e de abrir na hora processo contra o Palocci, telefona para um colega seu para ser advogado do Palocci.

É esse o comportamento que o PT quer impor para dar continuidade à administração da República brasileira? Sinceramente, não dá! Essas coisas todas não foram apuradas, mas foram presas outras pessoas no Brasil.

Louvamos a Polícia Federal quando teve liberdade para agir. Nesse próprio caso do dossiê, prenderam o tio do Vedoin em Cuiabá, mas o incrível é por que esse cidadão não foi preso em São Paulo. A Polícia Federal sabia, prendeu-o na hora, apreendeu a mala do dinheiro em São Paulo com o assessor de comunicação da campanha do Mercadante, e ninguém do PT sabe. E o Presidente Lula diz que quer saber também. Se o Presidente Lula quisesse saber, já teria chamado para uma reunião o Berzoini, o churrasqueiro, o *personal trainer*, o assessor do Mercadante, Hamilton Lacerda: “Olha, você não olhou a mala que levou lá? Falaram que era computador mesmo? Você não sabe a diferença do peso de computador para dinheiro?”.

Não dá para aceitar que as pessoas não saibam disso, que aquelas imagens do hotel não sejam importantes.

Ao mesmo tempo em que condena a revelação das fotos do dinheiro, o PT não condenou a revelação do conteúdo do dossiê. O dossiê foi divulgado, foram divulgadas as fotos do Serra e de um cidadão cumprimentando Geraldo Alckmin. Essas fotos podiam ser divulgadas, essas eram permitidas, mas as fotos do dinheiro apreendido não foram divulgadas.

Acho, com sinceridade, Senador Roberto Saturnino, que, nesses casos, o PT não quis apurar, o PT impediu que a Polícia fosse republicana, infelizmente.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Antero Paes de Barros, o PT não é Polícia, não é Ministério Público. A Polícia e o Ministério Público estão apurando. Prender ou não prender depende do Poder Judiciário. A Polícia pode prender para investigação, mas não pode prender porque prejudicou culpado o cidadão. V. Ex^a está querendo que o PT e a Polícia exorbitem de suas funções. Esse período já passou, Senador Antero Paes de Barros, e não existe mais. Agora, o que temos de seguir é a lei, que tem de ser respeitada na sua inteireza. Acho que a Polícia Federal deve explicações à Nação sobre esse dossiê. Por exemplo, já se sabe que esse cidadão Freud, que foi aqui tão citado e ironizado, não tinha nada a ver com a coisa. Ele, realmente, tem proximidade muito grande com o...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Não se sabe, não.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Sim, pelo menos, tenho lido isso nos próprios jornais que colocaram o nome do Sr. Freud em exibição.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Hoje, já está diferente.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – O fato é o seguinte: as apurações prosseguem. Não podemos usar métodos que são tradicionais, mas que não são métodos da Polícia Federal e da Polícia do Governo do Presidente Lula. As coisas andam. É difícil apurar, sim, a origem do dinheiro, mas ela vai aparecer. E V. Ex^a não se surpreenda se, amanhã, houver uma ligação desse dinheiro com operações feitas de privatizações ou coisas que o valham do governo de V. Ex^a!

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a acredita que Papai Noel existe, que cegonha traz neném, que coelhinho da Páscoa existe? Ah, pelo amor de Deus!

Como é o nome do nosso *personal trainer*, do psicanalista? É o Freud. Quer dizer que o Sr. Freud, o

Oswaldo Bargas, essa turma toda é tucana? Não contaram só para o PSDB! O assessor do Mercadante é uma infiltração tucana lá dentro?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Não, ninguém está dizendo isso. Não ultrapasse os limites do bom senso!

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Mas ele levou a mala lá, e esse dinheiro era da privatização?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Não sei de onde surgiu. Quem deu esse dinheiro? V. Ex^a sabe? Eu não sei.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – O Presidente sabe, a Polícia Federal sabe, a Abin sabe. A Polícia Federal sabe; não quer e não pode revelar.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Essa é uma afirmação leviana de V. Ex^a. É por isso que V. Ex^{as} não conseguem convencer a população, porque ficam batendo em suposições, em denúncias, mas não seguem a apuração dos fatos, que é a verdade.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – A Polícia Federal brasileira é competente, Senador Saturnino, e está impedida de atuar, porque o delegado que tratou do caso foi substituído. O delegado que realiza a prisão de um dossiê dessa importância foi substituído, foi retirado do caso. Atualmente, ele está ameaçado de processo porque divulgou as fotos do dinheiro. Isso não é normal, Senador! Mas querer atribuir isso ao dinheiro da privatização é exagerar!

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Exagerar está fazendo V. Ex^a, porque não vi nenhum dos companheiros de V. Ex^a fazer acusações sobre a Polícia Federal. Ao contrário, só ouvi aqui depoimentos favoráveis.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Não. Faça elogios à Polícia Federal. Digo que, como instituição, a Polícia Federal é boa. Aliás, os delegados da Associação da Polícia Federal estão dando nota em favor de um projeto de lei que tramita nesta Casa – nem sei quem é o autor – no sentido de que a Polícia Federal seja definitivamente reconhecida como Polícia de Estado e não como Polícia do Governo. Para que ela tenha essa autonomia, ela precisa ser uma Polícia de Estado. Ela é das melhores instituições que há na segurança pública.

Mas que o Ministro Márcio Thomaz Bastos tem tomado atitudes que não são condizentes com a atitude do superior hierárquico da Polícia Federal é verdade, a começar pela substituição do delegado, a começar pela indicação de advogados para pessoas suspeitas dentro do Governo. Ele não tem negado esses fatos, e o PT insiste em defender essas situações.

Porém, voltemos ao debates.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Creio que são acusações levianas que vão diminuindo a autoridade de V. Ex^{as}, que as fazem. V. Ex^a pensa que está ganhando terreno, mas o está perdendo, porque a opinião pública sabe julgar o que tem base na verdade e o que é simplesmente acusação política para derrubar o Presidente Lula.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Não. De derrubar o Presidente Lula, o PSDB teve toda a chance do mundo. Depois do depoimento do Duda Mendonça, poderia ter proposto o *impeachment*, mas não o fez; nem o PSDB nem o PFL fizeram isso. O PSDB participa do processo eleitoral para disputar a eleição com o Presidente Lula, mas o Partido tem feito uma pergunta a que o Presidente não consegue responder. Seria bom para o País, inclusive para o candidato Lula, que ele explicasse de onde veio o dinheiro. Como Chefe do Estado, ele tem o dever de explicar isso à Nação.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Realmente, seria muito bom que o fizesse. Concordo com V. Ex^a. Seria muito bom que o fizesse se ele fosse capaz.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Ele precisa fazer isso realmente, em vez de a Polícia Federal, antecipadamente, saber que não conseguirá descobrir os fatos antes das eleições, que provavelmente só os descobrirá depois das eleições.

Agora, quebraram o sigilo telefônico de 500 pessoas ligadas ao dossiê. Creio que muitas quebras de sigilo telefônico podem levar a lugar nenhum – pode haver tiro para todo lado –, mas tenho confiança de que capacidade para investigar e chegar à conclusão a Polícia Federal tem. Basta deixá-la trabalhar tecnicamente com tranquilidade, para que possa mostrar o que ocorreu nesse episódio.

Voltando ao debate, as respostas do Presidente Lula não são aquelas que o Brasil merece. Ele tenta sempre passar a impressão de que o Governo está apurando as acusações, quando, na verdade, estou provando que, no caso de Waldomiro Diniz, o Ministério Público rejeitou a apuração feita pela Polícia Federal, que, como instituição, acerta, mas que, nos detalhes, erra. E nos detalhes erra quando está envolvido o pessoal do PT. O Ministério Público, que é, pela Constituição que ajudamos a escrever, o fiscal da Polícia Federal, rejeitou por duas ou três vezes as investigações sobre Waldomiro Diniz, as quais, até hoje, não chegaram a lugar nenhum. Isso ocorreu no início do Governo. Se o Governo tivesse tido a humildade de corrigir, desde o início, a situação do Waldomiro Diniz, ele já teria dado paradeiro a isso.

Esse escândalo do dossiê só é possível porque as pessoas acreditaram demais na impunidade, porque as

peessoas acreditaram que estão protegidas para fazerem o que quiserem, se tiverem uma filiação partidária garantida pelo Partido dos Trabalhadores.

O PT trocou de direção. Quem assumiu? Assumiu Ricardo Berzoini. Como é que Ricardo Berzoini agora está envolvido nessa situação toda? E um prejulgamento já foi feito pelo próprio PT, que disse o seguinte: “Sai daí, Berzoini, senão você vai atrapalhar demais!”. Quer dizer que as pessoas do próprio PT sabem que o Berzoini está envolvido, porque, a crer na inocência do Berzoini, o PT estaria lutando pela preservação do seu Presidente, que foi eleito para criar uma nova configuração no Partido dos Trabalhadores – segundo Tasso Genro, isso se deu para a refundação do PT.

Agora, vejam bem, no debate de ontem...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Sim, na seqüência, concederei um aparte a V. Ex^a.

No debate de ontem, o Presidente Lula fez questão de não responder às perguntas, enquanto Alckmin respondia ao que lhe era perguntado.

Inclusive, falou claramente: “Vou vender o aerolula”. O Lula, então, mostrou-se despreparado sobre o que foi o Governo Alckmin: “Mas o senhor tinha dois aviões e não os vendeu”. Na tréplica, disse o Governador Alckmin: “Vendi os dois aviões do Governo de São Paulo, e um dos helicópteros entreguei para a Polícia”. Quer dizer, houve despreparo do candidato Lula.

O Alckmin não se recusou a responder nada. “Onde é que você vai cortar gastos?” “Vou reduzir os ministérios, vou reduzir os cargos comissionados, que geram...” E mencionou a cifra que gera gastos com o tal aparelhamento do Estado feito pelo Partido dos Trabalhadores, pelo Governo do PT. Só de cargos comissionados de companheiros são alguns bilhões de reais, em quatro anos! “Vou cortar gastos nas diárias”. Mostrou claramente onde vai atuar: na seleção de gastos.

Eu diria até que é preciso que nós, do Poder Legislativo, também tomemos a iniciativa para cortar gastos, porque, se verificarmos a evolução dos gastos na Câmara, no Senado e nas Assembléias estaduais, vamos perceber claramente que existe muito a ser cortado.

O Alckmin, enfim, explicou tudo; respondeu tudo. Trata-se de um candidato que mostrou humildade, que sabia que estava num debate para tentar ganhar, pelo conteúdo do debate, o voto do povo brasileiro. Do outro lado, estava alguém que acredita na sua história, na sua biografia – de antes de chegar ao Governo – para fazer de conta que não precisa dar explicação.

A imprensa disse que não houve nocaute. Pelo menos, esse foi o entendimento do pessoal da Rede Bandeirantes de Televisão. Nocaute eu também acredito

que pode não ter havido, mas que o Lula ficou grogue, ficou; que ficou perdido com relação ao debate, ficou. Tanto é que, hoje, houve a baixaria de se tentar caracterizar o Alckmin como delegado de polícia.

Ora, o debate é para isso mesmo. No debate, falando-se frente a frente, não há problema algum em se dizer para o outro, que está ali para se defender, o que se pensa do seu Governo e as necessidades que precisam ser colocadas.

Foi o ponto alto do Governador Geraldo Alckmin, futuro Presidente do Brasil, fazer o Lula, um Presidente da República, reconhecer que errou, que mentiu quando disse, em entrevistas no Nordeste brasileiro, que faziam parte do programa do Alckmin as privatizações da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e da Petrobras. Espalharam esses boatos pelo Brasil inteiro e eu soube ontem, pelo debate, que foi em razão de uma entrevista do Lula. Como um Presidente da República, candidato à reeleição, usa isso? Isto, sim, é leviandade: falar que o outro pensa assim, quando faz parte do programa do PSDB, exatamente a não-privatização da Petrobras, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

O Governador Geraldo Alckmin também é citado com relação aos problemas acontecidos na Nossa Caixa, que é estadual. Quando ele era Governador de São Paulo, o Estado privatizou o Banespa, mas manteve a Nossa Caixa, e o Lula dá entrevistas, nas emissoras do Nordeste, dizendo que ele privatizaria a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Petrobras.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Antero Paes de Barros, cumprimento V. Ex^a, primeiro, porque temos um ponto em comum, sobretudo as nossas congratulações à Rede Bandeirantes de Televisão, que marcou um tento excepcional, prestando um serviço aos brasileiros e brasileiras. Tenho certeza de que esse debate foi marcante para a História, pois foi um dos debates de maior audiência. Percebi que as pessoas assistiram a ele com enorme interesse, até o final. Felizmente, estamos, hoje, melhor informados do que antes do debate a respeito dos programas, atitudes e valores dos candidatos. V. Ex^a se entusiasma, naturalmente, pelo desempenho do seu candidato, Geraldo Alckmin, e eu avalio que o Presidente Lula teve alguns pontos muito positivos nesse debate. Inclusive, estou inscrito para falar a respeito daqui a pouco. Eu gostaria de ressaltar dois pontos sobre o que V. Ex^a está falando. O candidato Geraldo Alckmin nem sempre falou a verdade, especialmente quanto ao Bolsa-Família. V. Ex^a,

assim como eu e todos os Senadores que aprovamos o programa, sabemos perfeitamente que ele exige, sim, a contrapartida da presença na escola das crianças de sete a 15 anos e 11 meses. Se Geraldo Alckmin acessar o *site* do Ministério do Desenvolvimento Social, verá que ali está escrito que todos os Municípios brasileiros, que são 5.561, administrados pelos Prefeitos de todos os Partidos representados no Congresso Nacional, devem reportar ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde as respectivas informações, seja sobre a presença das crianças na escola, seja sobre a vacinação das crianças de zero a seis anos, bem como sobre seu estado de saúde e o das mães gestantes ou nutrízes. Isso foi aperfeiçoado e, hoje, o grau de aferição dessa informação é muito mais elevado do que há dois ou três anos, quando se iniciou o programa. Houve, sim, avaliações críticas a respeito, dizendo que ele não estava sendo cumprido tão bem. Então, essa é uma observação que faço construtivamente, com respeito a esse assunto. No tocante às privatizações, cabe lembrar que Geraldo Alckmin, quando Vice-Governador de São Paulo, no Governo de Mário Covas, presidiu o programa de privatizações do Governo estadual. É fato que Geraldo Alckmin foi um entusiasta das privatizações e, no seu Governo, estava prevista, sim, a privatização, além da do Banespa, da Caixa Econômica estadual. É interessante observar que tanto estava prevista que o Governador Cláudio Lembo iria consumir o leilão de privatização. Há uma semana, logo após a sua eleição, José Serra foi ao Governador Cláudio Lembo e pediu que fosse sustado o processo de privatização, porque considerou – como, aliás, estava defendendo o candidato e nosso colega, Senador Aloizio Mercadante – que conviria a São Paulo ainda manter a Caixa Econômica Estadual como uma instituição para a realização de políticas de empréstimos e de financiamento no Governo do Estado. Então, trata-se de um ponto importante. Acredito que José Serra fez bem ao pedir que o processo fosse sustado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR. Fazendo soar a campainha) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a faz um aparte de cinco minutos. Concedo-lhe mais um minuto para concluir.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Está bem. Nesse ponto, ele coincide com o que Aloizio Mercadante havia defendido, com muita ênfase, ainda há um mês, quando eu próprio estive com ele, em uma manifestação no centro de São Paulo, como que fazendo um abraço na sede da Caixa Econômica Estadual e colocando que não se deveria privatizá-la.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Bem, Senador Suplicy, vamos por partes.

Primeiro, é preciso reconhecer que o Bolsa-Família não nasceu no Governo do Lula. O Bolsa-Família

já existia no Governo do PSDB com outras denominações, com outros nomes.

Segundo, não fica bem para um candidato a Presidente da República mentir sobre o programa de outro candidato. Não se deve fazer a contrapropaganda; deve-se fazer a propaganda da idéia que se vai defender, e as pessoas votam nesta ou naquela idéia.

Terceiro, o PSDB é contra a privatização da Caixa Econômica, da Petrobras e do Banco do Brasil, e isso não está no programa de Governo do Alckmin, ao contrário. Portanto, não havia condições de se fazer disso uma indústria de boataria, verbalizada pela voz do Presidente da República. Nesse caso, é o Presidente da República, candidato, que está colocando como plataforma do seu adversário que ele vai privatizar.

Quarto ponto: quero rememorar a célula de lembrança de V. Ex^a para lhe dizer que, quando Cristovam Buarque assumiu o Ministério da Educação, havia contrapartida. Quando Cristovam Buarque deixou o Ministério da Educação e assumiu a Pasta Tarso Genro, deixou de existir a contrapartida. Voltou a haver contrapartida devido às denúncias feitas, no plenário do Senado, pelo Senador Cristovam Buarque, que foi o primeiro a dizer: “Então, não é bolsa-escola, é bolsa-esmola.” Voltaram atrás, mas o Governo do PT ficou mais de um ano fazendo essas incursões para não haver contrapartida.

Precisam ficar claros o programa do vale-gás, o da área da saúde, o dos genéricos e a gestão da saúde, pelo PSDB, do Ministro Serra, considerado o melhor Ministro da Saúde do mundo; a gestão na área da educação, em que o Ministro Paulo Renato praticamente universalizou o acesso ao Ensino Fundamental neste País! Essas questões todas ficaram muito claras.

Quanto a algumas privatizações, tivemos a oportunidade de rever algumas delas agora. A Embratel foi comprada por US\$1.2 bilhão, e Sérgio Motta foi acusado de dilapidar o patrimônio brasileiro. No entanto, quem comprou a Embratel a vendeu por US\$300 milhões, e o PT, à frente do Governo, poderia tê-la recomprado por um quarto do preço pelo qual ela havia sido vendida pelo Governo brasileiro, tendo como Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas não o fez! Não há qualquer coerência nessa crítica sobre as comunicações, sem contar o avanço que aconteceu no Brasil. Antigamente, para saber se uma pessoa era rica ou não, olhava-se na lista telefônica. Os telefones tinham de ser declarados no Imposto de Renda. Hoje, o acesso ao telefone é para milhões de brasileiros.

Inicialmente, concedo o aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Antero Paes de Barros, acho muito oportuno o assunto que V. Ex^a traz, hoje, à tribuna, mesmo porque boataria é algo muito ruim. Assisti a isso na campanha no meu Estado, a Bahia, em que o Partido dos Trabalhadores soltou, pelo menos, cinquenta milhões de folhetos, dicen-

do que o nosso candidato, o Governador Paulo Souto, era contra o Programa Bolsa-Família. Houve uma ordem judicial, uma liminar concedida, mas, evidentemente, isso sumiu, mas isso foi usado. Não é por aí que se faz política séria. Evidentemente que não está na cabeça de ninguém do PSDB ou do PFL privatizar a Petrobras. Isso é uma loucura! Nem mesmo privatizar a Nossa Caixa, ou a Caixa Econômica Federal, ou o Banco do Brasil! É preciso que entendam que, em certos casos, a privatização foi essencial e necessária. Não é possível que as pessoas não vejam isso. Não é possível que não se veja que, no caso da telefonia, hoje, o brasileiro conta com muito mais serviços, com mais telefones, com mais opções à sua disposição. As pessoas têm de enxergar isso. Não é possível se tratar somente de política sindical ou de ideologia, ideologia barata, considerar que determinados bancos, como o do Nordeste, que conheço bem, tinham condições de competir no mercado. Não. Mudou; mudou porque eles precisavam se atualizar tecnologicamente e não tinham dinheiro para isso, falando em linguagem clara. Eles não teriam como se atualizar tecnologicamente para competir com um Bradesco, com o Itaú, com um Unibanco, ou seja lá com que banco for. Eles não tinham sobrevida. Isso para não falar em empréstimos concedidos na base de critérios políticos. Vamos supor que isso não exista. É preciso entender que aqueles bancos iriam à falência. Não se pode tratar a privatização simplesmente dessa forma, ou então com mentira, pois, o que se diz hoje, é pura mentira, seja em relação à Petrobras, que jamais poderá ser privatizada, seja em relação ao Banco Brasil, seja em relação à Caixa Econômica Federal. É muito oportuno V. Ex^a trazer esse assunto para desmascarar de vez essa ideologia barata que se procura vender, junto com a mentira, para enganar o povo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Concedo o aparte ao Senador Roberto Cavalcanti.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Nobre Senador, venho da Região Nordeste, especificamente do Estado da Paraíba, e da atividade empresarial. O Nordeste, como um todo, ainda hoje, encontra-se traumatizado com a perda da Sudene, que foi um órgão que promoveu efetivamente a mudança do panorama econômico daquela Região. A Sudene foi um órgão que contou com várias correntes nacionais em oposição a ela. Aquele projeto concebido pelo grande economista Celso Furtado deixou, sem dúvida, marcas indeléveis em toda a Região. Todos os Estados do Nordeste mudaram o seu perfil após a criação da Sudene. V. Ex^a é filiado ao PSDB, Partido que tem como base e um dos mentores o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Pergunto a V. Ex^a, já que há, por parte da população da Região Nordeste, preocupação em relação à Sudene: no caso de o PSDB reassumir o comando central da Nação, teremos a continuidade da não-efetivação da

Sudene? A Sudene, até hoje, não foi reativada. A Sudene, após o Governo Fernando Henrique Cardoso, há mais de cinco anos, está inativa, causando grande dano para toda a Região. Sou um defensor absoluto e irrestrito da Sudene. Sobre ela recaíram culpas que não eram da sua área e sim de uma outra Região do País. Então, tenho a responsabilidade e a obrigação de, neste plenário, defender a reativação da Sudene. Para tanto, não sei se, efetivamente, dentro dos planos do candidato Geraldo Alckmin, está prevista a reativação da Sudene. Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, inclusive chamando a atenção para um...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Antero, permita-me V. Ex^a um breve aparte?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Antero, V. Ex^a já excedeu o seu tempo em 35 minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Sr. Presidente, vou ouvir os apartes do Senadores Roberto Saturnino e João Batista Motta, pedindo a S. Ex^{as} que sejam breves, para que eu possa concluir.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Serei breve, serei muito breve, Senador Antero. Existe um programa, e é claro que temos de considerar o que está escrito no programa, mas é preciso considerar as posições políticas assumidas historicamente pela pessoa, pelo candidato, pelo grupo político, pelo partido político. É claro que Geraldo Alckmin sempre pertenceu ao grupo privatista deste País. “Não se pode privatizar a Petrobrás”, mas vendeu 60% das ações da Petrobras na bolsa de Nova Iorque. Então, isso tudo é muito grave, não é ideologia barata. É muito grave. É claro que a pessoa pode ter mudado de posição. Mas então que se diga: “Acho que foi um erro no passado; eu mudei de posição. Hoje, acho que não deveriam ter privatizado empresas essenciais”. Isso é outra coisa; não se pode colocar no programa. Ontem ele disse: “Sou contra a redução da pena para o menor, da imputação criminal para o menor”.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Foi para a redução da maioria.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Pois é! E o Projeto de Lei nº 1.734, de 1989, de autoria do Sr. Geraldo Alckmin, reduzia a idade penal para 16 anos. Então, ele poderia ter dito: “Olha, no passado, fiz isso, mas mudei de opinião!”.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Sim, e daí?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Não, ele não disse isso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Ele disse que, como Presidente da República, é contra.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Pois é, mas ele propôs, como Deputado, essa redução. Então é preciso explicar isso melhor, porque as pessoas podem mudar de opinião, mas têm de dizer explicitamente: “Eu mudei de opinião”, e não simplesmente fazer uma declaração, colocando uma linha no programa. O povo não é bobo, o povo não é tolo, como muitos querem pensar. O povo considera e conhece as posições de Partidos e de pessoas neste País.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Vou responder às duas indagações e, depois, conceder o aparte ao Senador Motta.

Primeiro, gostaria de dizer ao Senador Roberto Cavalcanti que, ontem, no debate, o Presidente Alckmin foi claríssimo ao dizer que é favorável à nova Sudene e que iria, inclusive, recriá-la.

Sou do Centro-Oeste, do Mato Grosso; V. Ex^a, da Paraíba, do Nordeste brasileiro. Para V. Ex^a, para o Nordeste, para a Paraíba, é fundamental a Sudene. Também achamos importante reativá-la, corrigindo os erros que aconteceram no passado. Da mesma forma que, para nós, que fazemos parte da Amazônia Legal, é muito importante a reativação da Sudam, que é um instrumento do desenvolvimento da Região Amazônica, da mesma forma que a Sudene o é para o desenvolvimento da Região Nordeste.

Ontem, com o compromisso assumido pelo Presidente Geraldo Alckmin em reativar a Sudene, fiquei pensando em liderar um movimento no Centro-Oeste para arrancar dele o mesmo compromisso com relação à Sudam, a Bancada da Amazônia com relação à Sudam. Ponto um.

Ponto dois. Até hoje não foi reativada a Sudene e era um compromisso deste Governo, cujo mandato está acabando. Esse é um dos itens que ele não cumpriu do programa de Governo anterior com o qual ele se elegeu, e não faltou disposição da Casa Legislativa e nem faltou a ele maioria nas Casas Legislativas para que isso ocorresse.

Outra questão e, no caso, respondendo ao Senador Saturnino. Não dá para desconhecer. Historicamente, o PSDB é contrário à privatização da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, da Petrobras e dos Correios, então, nem pensar. Agora, não é ético – sei que V. Ex.^a não está defendendo isto – o candidato do PT quer afirmar, dolosamente, mentirosamente, como ficou provado ontem no debate, que o candidato do PSDB é favorável à privatização dessas situações.

O PSDB não se envergonha de ter defendido a privatização das comunicações. Conquistamos, isso sim, um grande avanço neste País. O Lula fala como se fosse ele o responsável pela estabilidade, sem esquecer que o PT foi contra o Real, que o PT se manifestou claramente em uma política contrária à estabilidade.

Tentar falar de banqueiros, ler artigos sobre banqueiros. Nunca ninguém teve tanta coragem de entregar o Banco do Brasil, o Banco Central para a banca internacional como fez este Governo. O queridinho dos banqueiros é o Lula. Historicamente, essa é a verdade. Historicamente, fica bem que o candidato do PSDB defenda a sua idéia e que o candidato do PT defenda a dele. E não o candidato do PT querer mentir ao povo brasileiro sobre as idéias que o candidato do PSDB defende.

Isso não fica bem, não é ético. Não é ético espalhar manifesto, panfleto de que o Governador da Bahia é contra o Bolsa-Família; não é ético dizer que o PSDB, o criador do Bolsa-Família, é contra o Bolsa-Família. Não é correto, não é decente. Somos favoráveis a melhorar o Bolsa-Família, a fazer o Bolsa-Família e emprego, a melhorar a condição do Bolsa-Família, a ter uma condição melhor de desenvolvimento do Nordeste.

Concedo o aparte ao Senador João Batista Motta, a quem peço que seja breve porque necessito encerrar o pronunciamento.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador, depois das declarações de V. Ex^a, quero fazer algumas colocações. O Presidente Lula, assim como os seus seguidores, acusa a Procuradoria da Presidência da República do Governo passado de engavetadora de processos. O povo brasileiro sabe que o Presidente Lula, ao ter tomado posse, poderia desengavetar o processo que bem entendesse. Por que não desengavetou? Com relação à Sudene, fui a uma festa pomposa no Ceará, para assistir ao lançamento da nova Sudene, mas ficou na festa. Como ficou na festa a pedra fundamental da refinaria de Pernambuco. Pergunto: se as privatizações foram malfeitas, por que o Presidente Lula, o PT, não voltou a estatizá-las? Por que fizeram tantas festas para a obra da transposição das águas do São Francisco? Por que não a fizeram? O Presidente Lula vive deitado em cima dos resultados do Plano Real, daquilo que está fazendo o Banco Central, executado por um Deputado eleito pelo PSDB, deitado em cima do programa Bolsa-Escola, que transformou em Bolsa-Família; vive em cima daquilo que o Governo passado executou, chamando para si as honras. Na verdade, aquilo de maior importância e de maior destaque que o Presidente Lula criou foi o Fome Zero, que ficou exatamente no zero, porque nada aconteceu.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que, no debate de ontem, a única discordância que tenho em relação à análise das pessoas da Rede Bandeirantes de Televisão é de que não foi 2X0, 3X1, 4X2 e, sim, 10X0 para Geraldo Alckmin. Lula foi simplesmente atropelado pelo Governador Alckmin, que esbanjou tranquilidade e seriedade. Lula, infelizmente, foi ridículo, abusou das provocações e das ironias contra o adversário e do jogo de cena, tentando explorar o

carisma que julga possuir, tudo para encobrir a falta de conteúdo e o arrependimento por ter adotado uma estratégia equivocada de tentar debater a questão ética com Geraldo Alckmin. É brincadeira! O Lula do mensalão, do José Dirceu, do Palocci, do Okamoto, tentando se impor como defensor da moral e dos bons costumes. Lula não tem essa autoridade. Com cinco Ministros afastados por envolvimento em corrupção e desvios de recursos públicos, o Presidente não pode se colocar como paladino da moralidade pública.

Ele deveria demitir os assessores que o aconselharam a enveredar por este caminho de discutir a ética. É fria. Só poderia dar no que deu: Alckmin dez a zero. Ficou fácil para o nosso candidato Geraldo Alckmin, fácil demais. Ele foi muito bem: sereno, humilde, preciso, contundente, certo nas críticas contra Lula e mostrando que se preparou para o debate, e o que é melhor, para dirigir o Brasil.

Temos de admitir que a estratégia do PT facilitou muito a vida de Geraldo Alckmin, mas, temos de admitir também que ontem o debate da Rede Bandeirante de Televisão foi o melhor debate já produzido pela TV brasileira. Espero que os próximos do 2º Turno tenham o mesmo formato, porque ali é o candidato sem maquiagem, mostrando quem é que quer um Brasil decente. E esse Brasil decente só é possível, Sr. Presidente, com Alckmin Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na semana passada aprovamos aqui um projeto de lei, que será em caráter de urgência na Câmara, que trata dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias.

E lembro que isso foi feito aqui num acordo de todas as Lideranças, no sentido de que a medida provisória fosse votada porque o prazo venceria hoje. Foi aprovado o Projeto de Lei nº 270, de minha autoria, que imagino já deve ter sido encaminhado à Câmara, para que, em regime de urgência naquela Casa, venha a ser aprovado e, sobretudo modificada a questão do regime jurídico de que trata a carreira dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias.

Aprovamos aqui como Consolidação das Leis do Trabalho, mas deve ser o regime jurídico do ente federado a que estiver subordinado o agente. Isso ficou inquestionável, foi um ponto de honra nosso.

Pergunto, neste momento, a V. Exª sobre o encaminhamento desse projeto e demonstro a minha preocupação para que esse projeto seja efetivamente cumprido na Câmara, porque, caso contrário, nós do PFL faremos todo tipo de obstrução se esse acordo não for atendido. Foi um acordo feito, repito, com todos os Líderes desta Casa. O assunto é de extrema importância. Era um ponto em que eu votaria contra – eu era o Relator –, causando um problema muito sério e, atendendo a uma solicitação de todos que estavam naquele momento aqui, nós cedemos em fazer dessa forma, mas confiando que, sobretudo, o Partido dos Trabalhadores, por intermédio da Líder Ideli Salvatti, tratará de, na Câmara, fazer com que o Partido dos Trabalhadores cumpra esse acordo. Do meu ponto de vista, não tem problema, nem do PFL e garanto também pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Foi encaminhado, no dia 6 de outubro, e recebido às 12h13min, na Câmara dos Deputados, o projeto a que V. Exª se refere, relativo ao agente de saúde.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Tem V. Exª a palavra pela ordem. Depois falarão os Senadores Rodolpho Tourinho, Eduardo Suplicy e Valdir Raupp.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve, mas devo fazer um desmentido extremamente importante.

O Senador João Batista Motta, há pouco, leu desta tribuna uma declaração atribuída ao Delegado da Polícia Federal envolvido no caso do dossiê. Segundo ele, provavelmente ou possivelmente, o dinheiro teria origem espúria.

Ocorre, Sr. Presidente, que agora fui informado de que seguramente o Delegado não deu declaração nenhuma. Essa declaração partiu de Parlamentares que a transmitiram à imprensa ou a algum meio de comunicação – ao que parece, foi a Rede Globo –, que a veiculou de forma leviana, como se fosse verdade, mas não foi feita absolutamente nenhuma declaração pelo Delegado.

Retiro o que disse sobre o Delegado, que, em vez de dar declarações, deveria acelerar a apuração do caso. Todos estamos ansiosos por essa apuração, mas devo lembrar que, efetivamente, o Delegado não deu declaração nenhuma. É falsa a informação veiculada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)
– Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, por ordem de inscrição.

A seguir falará o Senador Eduardo Suplicy, depois o Senador Valdir Raupp.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer alguns esclarecimentos.

Penso que o Senado terá um papel muito importante neste segundo turno, durante o período que vai até o dia 29 de outubro, de esclarecer certas questões que têm sido mencionadas, sobretudo ontem, no debate.

Eu diria que, durante toda a campanha do primeiro turno das eleições presidenciais e mesmo agora, na disputa do segundo turno entre o candidato do PSDB e também do PFL, Geraldo Alckmin, e o candidato do PT, a maioria dos analistas, os agentes de mercado e até os chamados gurus econômicos concordam que pouca coisa tenderá a mudar na economia, com a vitória de um ou de outro candidato. Mas, no setor de energia, as coisas são bem diferentes.

Nos quatro anos do Governo Lula, a característica principal da política energética foi a sua politização. Na energia elétrica, criou-se um modelo que teria como objetivos principais a atração de investimentos para o segmento da geração e a modalidade tarifária.

Desde já, lembro que não só trabalhei com a Ministra Dilma nesse aspecto, como afirmo que concordo em que, naquele momento, era preciso buscar esses dois movimentos para o setor elétrico brasileiro: o de buscar investimento e de fazer com que ele gerasse energia a um preço mais barato possível. O diagnóstico é que foi errado.

A partir desse diagnóstico errado de que teriam sido as privatizações efetuados no Governo anterior a principal causa do racionamento de 2001, o atual Governo, para atingir a atração de investimentos, estabelece como pilar do seu modelo a premissa de que energia é dever do Estado. Nesse sentido, o modelo propõe o retorno, com força, dos investimentos estatais, o que significou uma mudança do marco regulatório, enfraquecendo a agência reguladora e fortalecendo o papel do Ministério de Minas e Energia. A consequência de tudo isso foi a pouca presença de investimentos privados no setor elétrico.

Entendo, até por ter exercido o cargo de Ministro de Minas e Energia, que precisava haver, realmente, o fortalecimento desse Ministério. No Governo anterior, o Ministério tinha ficado reduzido ao papel, talvez, de espectador, já que praticamente todas as suas atribuições na área de energia tinham passado para as

agências reguladoras. O papel do Ministro estava muito limitado, porque havia agências reguladoras na área de energia e de petróleo.

Lembro que a essência da crise de 2001, que sua causa principal chamava-se falta de investimentos. Esses, ao longo dos últimos 20 anos pelo menos, vinham caindo, mas eram necessários para que se pudesse gerar energia.

Então, do ponto de vista prático, hoje o modelo não atingiu o objetivo de atrair investimentos suficientes para afastar o fantasma de um novo racionamento.

Ao contrário, o que se discute hoje é quando haverá um novo racionamento em razão das condições existentes. Ele só não apareceu, porque lamentavelmente houve um pífio crescimento da economia. Se tivesse acontecido um crescimento maior da economia, talvez estivéssemos vivendo, neste momento, o problema que prevemos para 2008 ou 2009.

Digo claramente que ajudei a Ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff na criação de um novo modelo que pudesse atrair investimentos. E, dentro desse novo modelo, para que se tenha uma idéia, nesses três anos e meio do Governo Lula, apenas 793 megawatts foram licitados, comparados aos 8,485 milhões de megawatts licitados só no segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Sei que uma das principais falhas nesse modelo foram as questões sérias na área de meio ambiente. Mas isso não interessa, pois não analiso as causas, mas os efeitos de não termos tido sucesso em atrair investimentos: os números mostram problemas futuros na expansão do sistema elétrico brasileiro, não tenho dúvida disso.

Quanto à modicidade tarifária, ou seja, quanto à idéia de buscar uma energia mais barata, essa foi atingida, mas de uma forma que não foi boa para a Nação, porque o artificialismo criado com a invenção do conceito de energia velha acabou prejudicando sobretudo quem a tinha: as estatais – Chesf, Furnas, todas as empresas ligadas à Eletrobrás. Isso acabou fazendo com que elas tivessem uma remuneração menor, que gerou, necessariamente, uma capacidade menor de investimento, num momento em que se voltou a mencionar a importância e a necessidade de o Estado passar a ser o grande investidor na área de energia, como foi no passado, agora, entretanto, sem a presença da iniciativa privada, porque não se conseguiu levar a efeito os leilões programados.

O primeiro leilão de energia chegou a sair a R\$60 o megawatt/hora. Esse preço até subiu, praticamente dobrou. Mas repito que, mesmo tendo dobrado, os maiores prejudicados com essa variação foram as estatais, que tiveram de vender sua energia a preços que, em hipótese nenhuma, remuneraram seus investimentos.

Enfim, preços de energia altos terão como principal consequência a perda de competitividade da indústria brasileira. Em todo caso, é melhor conviver com preços altos do que com falta física de energia. O absurdo é a política adotada no setor elétrico nos ter levado a dois cenários, Sr. Presidente: racionamento com explosão tarifária ou simplesmente explosão tarifária.

No gás natural faltou planejamento e ação.

Em 2003, primeiro ano do Governo Lula, a Petrobras anunciou um programa de massificação do uso do gás natural, cujo principal pilar foi o congelamento de preços.

Além do mais, na pressa de ser o Governo que daria a auto-suficiência em petróleo, aliás já anunciada desde 1998/1999, quando já havia a certeza dessa auto-suficiência, isso acabou atrasando projetos domésticos de gás natural, da mesma forma que não foram implementados projetos importantes, como o de instalar uma central de regaseificação do GNL no Nordeste brasileiro, assinado por mim, Sr. Presidente, em 1999 ou em 2000, não sei precisar, junto com a Shell. Esse empreendimento já devia estar em funcionamento, garantindo gás natural ao Nordeste, onde há o maior problema de energia neste País. E, hoje, a falta de gás natural não é só do Nordeste, mas de todo o País. Portanto, isso já devia ter funcionado.

Então, esses dois fatos – essa pressa em deixar projetos de energia e a questão outra vez de não conferir a necessária atenção ao gás natural – fizeram com que o crescimento do mercado no Brasil fosse baseado nas importações da Bolívia.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Claro, Senador Ney Suassuna, com muito prazer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Quanto a essa matriz energética, Senador, cujas vulnerabilidades V. Ex^a está muito bem descrevendo, resalto o pouco que cresceu em termos de energia licitada de nova produção. Contudo, um fato me deixa pasmo: a Região Nordeste, a mais pobre do País, paga a energia mais cara do País. Tenho visto isso e não entendo o porquê de o meu Estado estar pagando a energia mais cara do que em relação a vários outros Estados do País.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a tem absoluta razão. Agora, mais do que isso me preocupa o fato de que o problema energético anunciado no País é para a nossa Região, não é para o Sudeste. Com certeza, se houver algum problema – e esse problema vai acontecer em 2008, 2009, para não ser muito pessimista –, vai acontecer na sua Paraíba, vai acontecer na minha Bahia. Isso é o que mais me preocupa neste momento, mesmo porque aquilo que

era mais importante – entendendo como obra desse governo – em termos energéticos, que era fazer o Gasene, o Gasoduto Sudeste-Nordeste, não foi feito até hoje. Parece que pode até estar começando neste momento com muito atraso. Porém, seria o Gasene que levaria o gás até o Nordeste, gás este que precisa ser complementada com importação de gás, venha de onde vier, através de uma central de regaseificação – e pode ser iniciada até por aquela planejada por Pernambuco.

Agora, mais inconcebível do que o preço, Senador Ney Suassuna, é estarmos sujeitos a uma crise no Nordeste. Isso é o que mais me preocupa neste momento. Nós dependemos de gás. O nosso rio São Francisco acabou; ele não tem mais como gerar energia em quantidade suficiente para atender um crescimento da demanda do Nordeste.

Com muito esforço, pode-se ainda tirar alguma coisa do São Francisco – talvez 300 megawatts de capacidade instalada; 400, para não discutir, mas não mais do que isso. Contudo, isso não resolve os nossos problemas. E energia eólica é bonita. Podemos produzir muita energia eólica no Nordeste, mas não podemos basear o nosso crescimento em energia eólica. Primeiro, ela é cara; segundo, ela tem – não chamaria de defeitos – outros problemas, tais como: não há vento o ano inteiro. Há uma série de problemas. E energia não se armazena. Então, é um problema sério.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permita-me, Senador.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – A preocupação de V. Ex^a é a mesma que eu tenho.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – A explicação de V. Ex^a me convence de que nós realmente devemos colocar as barbas de molho. Quanto à eólica, V. Ex^a tem razão: estamos conseguindo um financiamento para colocar em Mataraca, na Paraíba – 210 mil. Mas, na verdade, V. Ex^a tem razão quando diz que não se consegue armazenar, que não há vento o ano todo e é...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É cara.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – É extremamente cara a instalação. E não há garantia do financiamento. Nesse primeiro momento há, mas apenas para uma fase. Eu me preocupo realmente com relação a isso. E acho que V. Ex^a está fazendo um pronunciamento ao qual se deveria prestar atenção, porque essa matriz energética realmente nos deixa muito preocupados, principalmente os nordestinos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senador Ney Suassuna, quando tratamos da energia eólica, temos de tratar de um outro problema, o ambiental. Embora aparentemente a energia eólica não

apresente problemas ambientais, ela os tem. V. Ex^a deve lembrar que são dezenas, centenas, de grandes rotores que ficam ligados e aquilo tem uma influência muito grande na vida dos pássaros. Em alguns lugares, será muito difícil conseguir. Nós não estamos conseguindo, Senador Ney Suassuna e Senador Augusto Botelho – e esse é um dos defeitos desse sistema que foi montado no Governo atual –, licença ambiental para fazer hidrelétrica.

Apresentei um número aqui – V. Ex^a não estava no momento: no segundo Governo Fernando Henrique Cardoso, foram leiloados 8.485 MW e, no Governo Lula, foram leiloados apenas 793 MW, por problemas também ambientais. Não são somente problemas de preço, mas também há problemas ambientais.

Sou a favor das questões ambientais – sempre deixo isso claro. No entanto, vejam como é curioso: estamos procurando proteger toda a fauna e toda a flora que cercam um grande lago, mas conseguimos licença para instalar uma termoeletrica em trinta dias, quando não se discute nada de problemas ambientais. Então, vamos salvar todos esses animais das enchentes, mas, seguramente, o efeito carbono e tudo aquilo que virá estão em aberto. Pelo menos na Bahia, em trinta dias, consegue-se uma licença ambiental para termoeletricas, porque se está tratando de um terreno de dez mil metros quadrados em áreas em que já não existe mais o que ser protegido, mas elas vão ter um efeito muito pior depois. Enfim, essa questão é importante hoje.

Voltando a esse fato, acabamos fazendo com que o nosso crescimento no mercado de gás fosse baseado nas importações da Bolívia. Hoje, em função da crise da Bolívia – aliás, muito mal conduzida pelo Governo – e do pouco crescimento da produção doméstica, estamos vivendo uma escassez de gás natural no Brasil. Essa escassez impacta diretamente no setor elétrico na medida em que reduz o lastro das térmicas e, conseqüentemente, eleva de forma exponencial, os preços de energia elétrica.

No petróleo, o modelo adotado lembra o da PDVSA, companhia do Chávez. Ou seja, partidaram a Petrobrás, e a política dos preços da gasolina, diesel e GLP seguiram critérios políticos, não guardando uma relação com as tendências do mercado internacional. Os lucros extraordinários obtidos pela Petrobras estão diretamente relacionados com os preços elevados do petróleo nesses últimos quatro anos.

Em relação às agências reguladoras do setor de energia, o Governo atual promoveu um esvaziamento, principalmente através do contingenciamento orçamentário; principalmente também pela humilhação de deixá-las sem diretores. Esse é um grande problema

para o qual temos de olhar, sentindo que, de fato, essas agências foram inteiramente esvaziadas.

Não satisfeito ainda, ele enviou ao Congresso um projeto de lei que dorme na Câmara e que, se não for modificado em algumas coisas – em outras, até considero que tem razão –, vamos acabar com a autonomia das agências.

Com a vitória de Alckmin – estou tratando do tema seguindo o que ocorreu no debate de ontem em relação ao tema energia –, a principal mudança será voltar a ter uma visão de mercado do setor de energia, abandonando de vez soluções ideológicas e partidárias.

Portanto, o que vai diferenciar o Governo Alckmin de um novo Governo Lula é que, em primeiro lugar, a energia não será encarada como um dever exclusivo do Estado. Essa foi uma das causas principais do racionamento passado. A principal função do Estado será a de fiscalizar e regular, por meio das agências reguladoras, as atividades de setores que apresentam particularidades – existência de monopólios naturais, como é o caso de alguns segmentos do setor de energia.

O Governo Alckmin tratará o setor de energia como uma atividade econômica. Portanto, respeitaremos os contratos assinados, independentemente do Governo que os tenha assinado.

Também estabeleceremos políticas públicas que forneçam o sinal econômico correto para os investidores e consumidores. Nesse sentido, o principal instrumento do planejamento será uma política realista de preços. A política tributária será um instrumento que levará em consideração os impactos ambientais de cada energético, e não um fator que iniba os investimentos. Assim, estabeleceremos uma política ambiental em conformidade com a necessidade de expansão das infra-estruturas de energia.

Por fim, segundo a visão de mercado, será necessário um tratamento isonômico por parte das instituições públicas para empresas estatais e privadas. A gestão das empresas estatais deve ser técnica, e os cargos de direção ocupados por profissionais de competência reconhecida pelo mercado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Já concluirei, Sr. Presidente.

Como podemos verificar também no campo da energia, as diferenças são muito grandes entre o atual Governo e um futuro Governo de Geraldo Alckmin.

Tais observações foram baseadas na realidade e também em muito do que tem sido escrito por um consultor extremamente competente, o Professor Adriano

Pires, que tem dado uma grande contribuição na questão de energia. E eu me apressei em trazê-la.

Farei uma série de comentários, daqui para frente, com relação à energia, pois entendo que, ontem, as observações foram colocadas, sobretudo pelo candidato Lula, de forma muito simplista. O assunto deve ser analisado com mais profundidade, baseado no que aconteceu no passado. Estamos no caminho exato de repetir aquela situação por falta de investimento. Neste momento, temos que buscar investimentos para o setor elétrico brasileiro; caso contrário, passaremos a ter novos problemas, seguramente.

Minha preocupação, repito, é que isso recomece pela minha região, pelo Nordeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Não havendo objeção do Plenário, prorrogo a sessão por dez minutos.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por ordem de inscrição.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tem a palavra pelos dez minutos restantes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim como os meus antecessores da tarde de hoje, gostaria de saudar o debate realizado ontem pela Rede Bandeirantes de Televisão. Tal como o Senador Heráclito Fortes, também tive a honra de acompanhar o confronto entre os presidencialistas, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-Governador Geraldo Alckmin.

O debate foi muito bem conduzido. Saúdo toda a equipe da Rede Bandeirantes de Televisão pela maneira como mediaram o debate, que, a meu juízo, foi muito equilibrado. Ambos os candidatos se mostraram extremamente assertivos, incisivos; por vezes, até agressivos um com o outro. O candidato Geraldo Alckmin tentou, para usar uma metáfora do pugilismo, avançar sobre o seu adversário, Luiz Inácio Lula da Silva, colocando-o em uma situação difícil. Mas o Presidente Lula soube se defender muito bem, contra-atacando, também colocando o candidato Geraldo Alckmin em situações difíceis, por diversas ocasiões.

É natural que o candidato Geraldo Alckmin cobre do Presidente Lula de onde é que, afinal, saíram os recursos, objeto de apreensão por parte da Polícia Federal, destinados a tentar comprar um dossiê – uma ação que, em verdade, prejudicou, conforme salientou o Presidente Lula, a sua candidatura, a do Senador Aloizio Mercadante e a minha própria em São Paulo. Em que pese tenha conseguido vencer, possivelmen-

te poderia ter obtido mais votos, não fosse o incidente relativo ao dossiê.

É importante salientar que a apreensão desses recursos, cuja origem ainda é desconhecida, foi realizada pela Polícia Federal, sob o comando do Ministério da Justiça, que tem à frente o Ministro Marcio Thomaz Bastos, do Governo do Presidente Lula. Quem, afinal de contas, detectou esse procedimento impróprio foi o próprio Governo do Presidente Lula – e isso é muito importante ressaltar.

Geraldo Alckmin gostaria de saber, assim como todos nós – e o primeiro a querer saber, obviamente, é o Presidente Lula –, como surgiram aqueles recursos, de onde vieram. O que Presidente pôde afirmar é que está procurando saber disso por meio de técnicas de inquirição normais, o que não envolve a prática de métodos de que alguns podem ter saudades, usados na ditadura militar, como a tortura. É preciso, por meio da forma inteligente de se argüir, saber como foram realizados esses atos.

O ex-Governador Geraldo Alckmin gostaria que o Presidente da República simplesmente chamasse as pessoas responsáveis por aqueles atos e lhes perguntasse. Sua Excelência esclareceu que aquelas pessoas foram de pronto afastadas, demitidas dos postos em que se encontravam e, obviamente, nessa situação, não é tão fácil ao Presidente simplesmente chamá-las e perguntar. A atividade investigatória, Senador Heráclito Fortes, cabe agora às autoridades que fazem a averiguação.

Eu próprio experimentei a dificuldade de saber dos fatos. Por exemplo, de todos os personagens dessa história, conheço Hamilton Lacerda, por ter sido meu aluno na Fundação Getúlio Vargas há alguns anos, tendo eu feito parte da banca que examinou a sua tese, um trabalho bem feito. Assim, telefonei para ele e pedi que comigo dialogasse para saber dos fatos. Ele disse que marcaria um encontro e que viria conversar comigo, mas, por enquanto, ainda não veio. Obviamente eu gostaria de fazer-lhe perguntas e de saber dos fatos, mas ainda não pude conhecer exatamente o que aconteceu. É evidente que o Presidente Lula não está, pelo método normal das relações pessoais, conseguindo saber desses fatos, e é natural que haja dificuldades. Mas espero que possam todos os órgãos responsáveis pela averiguação dos fatos contribuir para que saibamos de tudo.

Quanto ao que nesta tarde o Senador Antero Paes de Barros aqui falava, de que a licença do Presidente Ricardo Berzoini constituiria uma indicação de culpa por parte dele, quero dizer que, embora não sendo membro da Executiva Nacional, estive na reunião, pois, como Senador, tenho direito a voz, e fui uma das pes-

soas que recomendou a Ricardo Berzoini, já que este se colocara à disposição e ouvindo a sua assertiva de que iria pensar, embora não soubesse de quaisquer daqueles fatos nem tivesse aquela ação passado por sua ordem e conhecimento prévio, que essa decisão fosse tomada ainda no sábado.

Quero enaltecê-lo e mostrar meu respeito pela atitude de Ricardo Berzoini de pedir licença do seu cargo de presidente até que tudo isso seja inteiramente esclarecido.

Eu disse, na reunião, que considero que, em tudo aquilo que estiver ao alcance da direção do Partido dos Trabalhadores, é importante que colaborem na linha daquilo que o Presidente Lula, o Ministro Márcio Thomaz Bastos e o próprio Presidente Ricardo Berzoini têm dito. Todos nós desejamos saber, o quanto antes, como se deu aquele episódio, assim como desejamos saber, afinal de contas, por que se considerou importante colocar isso para membros do PT como sendo um dossiê que pudesse ter relevância. Afinal, o que há de relevante nesse dossiê?

Acredito que o próprio ex-Ministro da Saúde, José Serra, meu colega e por quem sempre manifestei todo respeito, e o Prefeito atual, Barjas Negri, também ex-Ministro e ex-Secretário da Saúde, terão a atitude de colaborar para que, no mais breve espaço de tempo, se esclareça esse assunto.

Gostaria também de ressaltar alguns aspectos sobre essa questão de quem é que disse a verdade. É preciso tornar isso claro. Houve um ponto que acredito que o candidato Geraldo Alckmin precisa levar em consideração melhor: não está correta sua afirmativa de que o Programa Bolsa-Família não exige contrapartida. Todos nós Senadores, incluídos os do PFL e os do PSDB, aprovamos a lei que institui o Programa Bolsa-Família, que unificou os programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Vale-Alimentação – tendo sido os três primeiros criados no Governo Fernando Henrique Cardoso, com a aprovação de todos nós e com a colaboração, inclusive, do Partido dos Trabalhadores. Todos nós votamos favoravelmente, na época, também quando foi votado o Programa Vale-Alimentação, mas consideramos que foi uma atitude de racionalidade unificá-los. O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso já tinha proposto o cadastro único de todos os programas. Então, era natural que eles fossem unificados. E foram triplicados no seu valor médio pela nova lei.

No entanto, essa nova lei, é claro, exige a contrapartida de frequência à escola, de as pessoas serem vacinadas, de as gestantes fazerem seu acompanhamento de saúde. Isso está muito claro na comunicação feita, no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social,

às 5.561 administrações municipais do País, que correspondem a praticamente todas e que são administradas por prefeitos de todos os partidos.

Então, o Bolsa-Família tem o mérito conjunto do Governo Federal e de todas as administrações municipais, que são obrigadas a encaminhar ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde as informações que estão sendo cada vez mais corretamente verificadas. É claro que houve um processo crescente. Lembro-me das críticas feitas pelo Senador Cristovam Buarque, quando chamou a atenção para o controle, dizendo que não estava sendo bem feito, mas gradualmente ele foi sendo aprimorado.

Todos nós fomos responsáveis pela aprovação do estágio para o qual deve ir o programa Bolsa-Família. E espero que ambos os presidentiáveis, Senador Heráclito Fortes, estejam levando isso em consideração. É claro que há essa fase em que, para receber o Bolsa-Família, um quarto da população brasileira tem de demonstrar que suas crianças estão indo à escola e estão sendo vacinadas. Mas precisamos levar em consideração que o processo educacional é libertador e conscientizador, conforme nos ensinaram Anísio Teixeira e Paulo Freire. Chegará o dia em que obviamente as condições serão tais, que poderemos prover todo e qualquer cidadão brasileiro de uma renda básica, como um direito à cidadania, até mesmo incondicionalmente, porque teremos enormes vantagens nisso. Aliás, isso já consta de lei aprovada por V. Ex^a e por todos nós unanimemente.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Vamos chegar ao dia em que, gradualmente, todas as pessoas, não importando origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica – até mesmo V. Ex^a, Senador Heráclito, a quem concedo o aparte –, terão direito à renda básica incondicional. Espero que isso até possa ser realizado no próximo quadriênio.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em primeiro lugar, tenho certeza de que o Senador Botelho vai conceder-lhe pelo menos mais cinco minutos, para que continuemos o debate sem essa interrupção do som, minuto a minuto, o que lhe tira o brilhante raciocínio na seqüência do seu pronunciamento. Quero dizer, de público, para o Brasil que nem tudo está perdido; o PT ainda conta com homens como V. Ex^a – daí por que foi consagrado nas urnas de São Paulo, num contraste com seus demais companheiros. V. Ex^a, agora, foi de uma altivez elogiável ao reconhecer que esse programa que tem feito do Senhor Lula o salvador da Pátria foi, na realidade, lançado pelo Governo passado, de Fernando Henrique Cardoso, e que, inclusive, no Go-

verno passado foi realizada a proposta de reunificação dos cadastros. Parabenizo V. Ex^a, Senador Suplicy, que, por isso, cresce no conceito da Nação!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– E o programa foi por nós aprovado. Não houve uma objeção aqui no plenário.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Exatamente, e V. Ex^a tem a grandeza de reconhecer isso, porque hoje parece que esse programa é uma propriedade privada. E vemos, no Nordeste, os eleitores e as famílias em pânico, com medo de perder o Bolsa-Família. Já vi, no Brasil, o povo com medo em duas ocasiões: na ditadura militar, das baionetas; e, agora, com medo de perder sua carteira de benefícios – o que é um erro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É preciso que todos compreendam que se trata de um direito do cidadão, aprovado por lei claramente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É evidente. Mas, Senador Eduardo Suplicy, a parte mais importante do debate de ontem foi quando, com muita humildade, o candidato Geraldo Alckmin citou V. Ex^a quando o Presidente Lula, de maneira errada, afirmou à Nação que nunca obstaculizou as CPIs. E ele lembrou aquele fato de que V. Ex^a, com muita coragem, assinou a CPI dos Correios e que foi graças à sua assinatura que o Brasil teve oportunidade, derrotando o Governo, de fazer com que muitos fatos viessem à tona. Achei um gesto de grandeza e de humildade do Governador Geraldo Alckmin ter citado o episódio e ter citado nominalmente V. Ex^a, embora de outro Partido. Acho que o debate teve seus lados positivos. Se mais não foi, não foi culpa do candidato da Oposição. Mas V. Ex^a, que tanta colaboração tem dado a seu Partido, aos seus companheiros, poderia, agora, nesta hora grave pela qual o PT passa, dar mais uma: fazer um apelo a todos esses que se meteram nessa operação envolvendo R\$1,1 milhão em moeda brasileira e mais o restante em dólares, chamando-os às falas e exigindo que contem toda a verdade antes do dia 29. Não é possível...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Faço meu apelo a todos os envolvidos para que tragam à luz a verdade completa, com a certeza de que essa também é a vontade do Presidente Lula e de todos os brasileiros e brasileiras.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas falta ao Presidente Lula autoridade de chamá-los, já que são companheiros, vizinhos de gabinete e seus subordinados, e de fazer um apelo, porque V. Ex^a sabe bem que esse fato destruiu uma campanha, que foi a campanha do Mercadante em São Paulo. Não que a eleição do José Serra já não estivesse definida, mas um homem

da postura do Senador Mercadante terminou, de maneira melancólica, a reta final da sua campanha.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Ele teve a maior votação de um candidato do PT ao Governo do Estado de São Paulo. Mas ele é a pessoa que, em primeiro lugar, deseja saber como se deu esse episódio.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas é isto que digo: por que seus companheiros não fazem um mea-culpa e não contam toda a verdade, dizendo quem são seus parceiros ou os que fazem parte desse grupo que vêm desonrando a história de um Partido? Isso seria bom para a democracia, até porque não é interesse da nossa Coligação tripudiar em cima desses fatos. Os fatos, ontem, vieram de maneira mais incisiva à baila por provocação do próprio Presidente Lula. Mas, na realidade, esses esclarecimentos fariam muito bem à Nação. E V. Ex^a, que tem sido tão audacioso e corajoso e que tem tido uma postura que, é claro, muitas vezes não agrada a seu Partido e tampouco a seus colegas, poderia prestar mais esse serviço ao País e, de uma vez por todas, fazer aparecer exatamente isso. Também, Senador Suplicy, poderia ser esclarecida essa história dos cartões corporativos do Palácio do Planalto, em que milhões e milhões de reais estão indo pelo ralo, sem que haja clareza nos gastos feitos por um Partido que não era dado a desperdício nem a esbanjamento de dinheiro, principalmente em se tratando do dinheiro público. Portanto, congratulo-me com V. Ex^a. Tenho a certeza de que o Fernando Henrique ficará muito feliz com esse reconhecimento que V. Ex^a faz hoje do seu Governo. É exatamente com homens como V. Ex^a que tenho a impressão de que o PT, um dia, ainda dará a volta por cima. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Vou concluir, Senador Augusto Botelho.

Quero apenas destacar alguns fatos importantes de por que avalio que o Presidente Lula foi bem nas suas respostas ao ex-Governador e presidenciável Geraldo Alckmin. Primeiramente, Sua Excelência destacou os aspectos positivos de como houve a erradicação da pobreza absoluta no País.

Foram 19,2% no período de 2002 a 2005, já constatados pela PNAD, do IBGE, em decorrência do conjunto de políticas sociais, como o Bolsa-Família, o aumento real do salário mínimo, o aumento significativo do nível de emprego, que foi muito maior, a uma taxa média de crescimento ao longo desses quase quatro anos da ordem de 105 mil novas oportunidades de emprego formais, em comparação com cerca de oito mil nos oito anos do Governo anterior.

Ressalte-se, ainda, como defendeu sua política externa, que foi mal compreendida. Nesse aspecto,

há uma diferença de opinião muito grande da parte do candidato Geraldo Alckmin. Creio que foi muito positiva a política externa desenvolvida pelo Presidente Lula e pelo Ministro Celso Amorim.

Espero abordar este e os demais assuntos, por que quero respeitar, Senador Valdir Raupp...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a está sendo injusto com o Marco Aurélio Garcia, assessor que manda mais na política externa do que o Ministro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Que também teve a cooperação de Marco Aurélio Garcia.

Concluo, Sr. Presidente, cumprimentando o novo Prêmio Nobel de Economia, Edmund Phelps, da Universidade de Columbia, autor, dentre outras obras, de **Rewarding Work**, ou **Remunerando o Trabalho**, um dos proponentes de prover um subsídio aos salários para que as empresas possam contratar mais, argumentando que, para que haja menos envolvimento de pessoas com drogas e com a criminalidade, é melhor que possam ingressar no mercado de trabalho. E, para isso, seria importante desenvolver um sistema de subsídio ao trabalho. Um dos mecanismos de subsídio ao trabalho é o Earned Income Tax Credit, ou crédito fiscal por remuneração recebida, existente nos Estados Unidos, com uma contrapartida no Reino Unido, que é Family Tax Credit, ou crédito fiscal familiar e que guarda relação com os processos de transferência de renda como o Bolsa-Família. Mas conforme Philippe Van Parijs, Guy Standing e outros economistas com os quais eu estou de acordo, avalio que a melhor e mais eficiente forma de se elevar o nível de emprego e, ao mesmo tempo, prover liberdade real a todos, ampliando o grau de liberdade, dignidade e de oportunidade para todos, é instituímos uma renda básica incondicional, uma renda básica de cidadania.

E espero que a designação de Edmund Phelps para o Prêmio Nobel de Economia possa ser um estímulo inclusive para que os presidentiáveis e as suas equipes estejam estudando mais aprofundadamente este assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Prorrogo a sessão por mais dez minutos para que o Senador Valdir Raupp possa fazer uso da palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu deveria ter direito ao mesmo tempo que tiveram os oradores que me antecederam, mas vou tentar fazer meu pronunciamento pela metade do tempo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para registrar minha preocupação com o cenário econômico mundial e com as perspectivas e

desafios que se apresentam. Que este pronunciamento, Sr. Presidente, sirva de alerta para o futuro Presidente, seja ele o Presidente Lula, que lidera as pesquisas no momento, ou o presidentiável Alckmin.

No Brasil, além da alta dívida, os altos juros também são fonte de preocupação e não podem ser explicados apenas pela política do Banco Central. O *spread* bancário brasileiro, diferença entre as taxas pagas e as taxas cobradas pelos bancos, está fora de qualquer padrão devido à baixa concorrência, tributos, obrigatoriedade de certos tipos de empréstimo e insegurança das operações.

Apesar do cenário positivo para a América Latina, o destaque entre os países emergentes continua sendo a China, a Índia e a Rússia, com um crescimento significativo na economia.

Entretanto, de acordo com o relatório do World Economic, embora a economia mundial esteja indo bem, existem duas importantes transições que estão acontecendo e que podem comprometer o crescimento futuro: o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento e o envelhecimento da população nos países desenvolvidos.

A primeira está levando a um aumento desproporcional do consumo de recursos naturais. A imagem de milhões de chineses consumindo em níveis próximos àqueles hoje desfrutados pelos países desenvolvidos apavora os economistas do Fundo Monetário Internacional. Para exemplificar seu ponto de vista, o relatório examina mais de perto o caso do petróleo, cuja demanda total de 82,4 milhões de barris diários em 2004 deverá subir para 92 milhões em 2010, para 113,5 milhões em 2020 e para 138,5 milhões em 2030.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a grande novidade é que o aumento da procura resultará principalmente da evolução econômica prevista para os países em desenvolvimento. No ano passado, os países ricos, somados a Taiwan, Hong Kong, Coréia e Cingapura, foram responsáveis pela demanda de 49,5 milhões de barris diários, 60% do volume global. O quadro deverá estar praticamente equilibrado em 2020 e invertido em 2030. Nesse ano, os países que hoje representam 60% da demanda terão sua participação reduzida a 45% e precisarão de 63,7 milhões de barris diários, enquanto a procura dos demais países chegará a 74,7 milhões. Dessa parcela, 18,7 milhões corresponderão ao consumo da China. Nesse período, o número de veículos deverá aumentar de 751 milhões para 1,66 bilhão. O aumento dos países ricos, incluídos Hong Kong, Coréia, Taiwan e Cingapura, será de 625 milhões para 920 milhões, com variação de 47%. Nas economias em desenvol-

vimento, o número atual será multiplicado por 5,8 e alcançará 741 milhões. Na China, segundo estimativa, a multiplicação será por 18 e o número passará de 21 milhões pra 387 milhões. Com isso, os preços do petróleo devem continuar elevados.

A demanda, tanto nos países ricos como nos em desenvolvimento, é estreitamente vinculada à atividade econômica e à propriedade de veículos e pouco elástica em relação a preços, pelo menos enquanto as cotações permanecerem abaixo dos picos históricos. Um aumento de 10% no preço do barril é seguido por uma redução de cerca de 1% na demanda. Só variações muito grandes produzem efeitos substanciais no consumo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o alto preço do petróleo, embora atenuado por um aumento na produção, deverá atrapalhar o futuro desenvolvimento econômico do mundo, pelo menos enquanto for mantida a tecnologia atual, intensiva na utilização de petróleo como energia. A mudança desse quadro requer um grande investimento em tecnologia e, por enquanto, nada está sendo feito.

Para o nosso País, os investimentos em hidrelétricas tornam-se cada vez mais estratégicos, assim como o biodiesel – e por que não dizer o gás?

V. Ex^a, quando nos assiste aqui, já sabe que falaremos sobre o gás e sobre as hidrelétricas do rio Madeira. Abrirei um parêntese no meu pronunciamento para dizer que as fontes hídricas têm de ser aproveitadas. Isso é estratégico, até para se preservar o nosso petróleo.

Por que o Brasil foi para a Bolívia? Por que o Brasil pagou um preço alto pelo fato de a Petrobras ter investido na Bolívia? Para que fossem preservadas as nossas reservas. Não deu muito certo, mas valeu a tentativa. Agora, por que não explorar nossas jazidas naturais? As nossas. Não são da Bolívia, não são da Venezuela, não são dos Estados Unidos. São nossas, são brasileiras. Refiro-me à bacia de gás natural de Urucu, que servirá por mais de 50 anos para abastecer as térmicas de Manaus, do Amazonas, e a térmica de Porto Velho, que queima, como sempre falo desta tribuna, 1,5 milhão de litros de óleo *diesel* por dia. É poluição jogada na atmosfera todos os dias. É o alto custo do petróleo, do *diesel*.

O gás é em torno de 50% a 60% mais barato, além de ser menos poluente. Ele está na reserva de Urucu sendo queimado na atmosfera ou reinjetado no solo todos os dias, porque um poço de petróleo não pode parar. Lá, estão sendo extraídos gasolina e óleo *diesel*. E o gás? Para onde está indo? Está sendo queimado na atmosfera ou reinjetado no solo, o que significa prejuízo diário para o Brasil.

Por isso, tenho brigado desta tribuna para que a Petrobras saia de cima do muro e invista imediatamente na construção do gasoduto Urucu–Porto Velho, para acabar com essa novela. E, enquanto não acabar, não vou parar de assomar a esta tribuna para falar, se possível todas as semanas, sobre o assunto, porque acho isso um absurdo. Da mesma forma, as usinas do Madeira. Um potencial hídrico daqueles não pode ser desperdiçado.

O Brasil vai precisar, em 2010, no máximo em 2011, da energia das usinas do Madeira, da energia das usinas de Belo Monte, seja quem for o Presidente. É imperativa a construção das usinas do Madeira. São duas hidrelétricas, que vão somar em torno de 7 mil megawatts de energia, que vão abastecer não o Norte ou Rondônia, que é o meu Estado, mas todo o Brasil.

Rondônia, é claro, vai ser beneficiada com os empregos, com a geração de 30 a 50 mil empregos diretos e indiretos, com os *royalties* da geração de energia, com o ICMS da geração de energia elétrica. Não só Rondônia, mas o vizinho Estado do Acre também será beneficiado com a construção das usinas do Madeira.

É por isso que brigo e vou continuar brigando. Espero que, antes do final do meu mandato – ainda tenho mais quatro anos a partir do final deste ano –, eu possa ver construídos e inaugurados tanto o gasoduto quanto as usinas hidrelétricas do rio Madeira.

Quanto ao envelhecimento da população nos países desenvolvidos, esses países deveriam estar não só tomando medidas para adaptar seu mercado de trabalho a essa mudança como também mandando capital para países com mão-de-obra jovem abundante. É a produção desses jovens que vai produzir rendimentos que garantirão um final de vida tranquilo aos aposentados dos países ricos.

Entretanto, o que vemos hoje é o capital fluindo na direção errada. Em vez de os países ricos estarem financiando os pobres, são os pobres que estão financiando os ricos. Estão totalmente na contramão da história. Por exemplo, a China está com um grande superávit em conta corrente e está financiando o déficit americano, pois é mais seguro investir nos Estados Unidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, portanto, não é só o déficit americano em si que preocupa, mas o fato de o fluxo financeiro não estar acompanhando a tendência demográfica mundial. Embora o mercado vá, mais cedo ou mais tarde, resolver o problema, é preciso que os governos ajudem, retirando restrições

que causam distorções e colocando mais informação disponível, a fim de aumentar o grau de confiança dos investidores.

Não podemos esquecer que, nos próximos 20 anos, o envelhecimento da população brasileira também será significativo e provocará mudanças no cenário econômico nacional, inclusive na Previdência Social, porque o rombo atual já é bastante grande e a sua tendência é aumentar a cada ano.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são imperativas as mudanças no cenário tanto mundial quanto nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes que termine a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me dizer algo que considero muito importante e que eu gostaria fosse transmitido ao Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Renan Calheiros.

O Senador Valdir Raupp, acredito, irá concordar comigo, assim como V. Ex^a.

Para um jornal da Argentina, o eleito Deputado Federal, Clodovil, disse que poderia considerar a hipótese de apoiar projetos desde que recebesse um pagamento que não fosse de pequena monta. O sentido do que ele falou foi aproximadamente este, como está nos jornais: que se fosse alto o pagamento, ele poderia até aprovar projetos aqui.

Presidente Augusto Botelho, tenho o maior respeito pelo costureiro Clodovil e cumprimento-o pela extraordinária votação que teve, mas é necessário que o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, e o Presidente Aldo Rebelo, da Câmara dos Deputados, façam uma advertência ao Deputado eleito Clodovil, porque ele será membro do Congresso Nacional e precisa saber que a Constituição brasileira considera que se algum Parlamentar receber recursos ou pagamentos para votar qualquer projeto, indicação ou proposição, estará cometendo um crime e, certamente, poderá ser julgado e ter seu mandato cassado.

Antes de chegar ao Congresso Nacional, tendo em vista até a repercussão internacional da sua declaração, feita para um jornal argentino – **El Clarín**

ou **La Nación** –, ele está expondo um procedimento que todos condenamos. Se um Deputado eleito, um representante do povo chega ao Congresso Nacional dizendo que poderá até vender o seu voto, ele está anunciando que poderá cometer um crime. Portanto, convém, e essa é a minha sugestão ao Presidente do Congresso e ao Presidente da Câmara, adverti-lo. Acredito que isso é até uma questão de bom senso e de respeito àquele que foi eleito pelo povo, para que não chegue aqui cometendo algo que, certamente, fere o decoro parlamentar.

Essa é a recomendação que faço e peço seja transmitida ao Presidente Renan Calheiros e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, Leonel Pavan, Marcos Guerra, Sérgio Guerra, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Juvêncio da Fonseca e Antero Paes de Barros enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Pedido de rastreamento levou 6 dias”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 27 de setembro de 2006.

A matéria destaca que a Justiça Federal levou seis dias para atender o pedido da Polícia Federal de mandar o Banco Central identificar a movimentação de importâncias iguais ou superiores a R\$10 mil relacionados ao dinheiro apreendido com intermediários do pagamento do dossiê Vedoin.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Pedido de rastreamento levou 6 dias

Só ontem Justiça atendeu a pedido da PF feito no dia 21 para identificação da origem do dinheiro apreendido no dia 15

Fausto Macedo
Vannildo Mendes

ENVIADOS ESPECIAIS
CUIABÁ

A Justiça Federal determinou ontem ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e ao Banco Central que identifiquem a movimentação de importâncias iguais ou superiores a R\$ 10 mil, fracionados ou não, bem como valores superiores a R\$ 2 mil seriados, relacionados ao dinheiro apreendido com intermediários do pagamento do dossiê Vedoin.

Detalhe: o pedido da PF que

originou a decisão foi feito no dia 21 - seis dias após a apreensão dos reais, com dois petistas, em um hotel de São Paulo - e o despacho que o concedeu foi dado 11 dias depois das prisões. A ordem foi do juiz Marcos Alves Tavares, da 2ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso.

A PF sabe que os valores em reais - R\$ 1,16 milhão - foram sacados do Bradesco (agência 3752), do Bank Boston (agência regional Lapa, com a caixa Cíntia) e Safra (agência Caxias, com o caixa Cláudio Marcio B. Silva, e agência Campo Grande, com a caixa Roberta).

PROCESSAMENTO		
15 SET.	21 SET.	26 SET.
<p>● A Polícia Federal prende em um hotel em São Paulo os petistas Valdebran Padilha e Gedimar Passos. Com eles, R\$ 1,75 milhão que seria destinado à compra de dossiê contendo acusações contra políticos tucanos</p>	<p>● A Polícia Federal entra com pedido na Justiça para que ordene aos órgãos brasileiros competentes o rastreamento da parte em reais - R\$ 1,16 milhão - do valor que foi apreendido com os petistas</p>	<p>● A Justiça Federal do MT determina ao Coaf e ao BC que realizem o mapeamento da movimentação de valor igual ou acima de R\$ 10 mil (fracionados ou não) e de valor igual ou superior a R\$ 2 mil seriados</p>

INFOGRÁFICO/AC

O delegado federal Diógenes Curado Filho, chefe da Delegacia Regional da PF de Combate ao Crime Organizado em Mato Grosso, destacou que os saques foram realizados por "pessoas não identificadas, obviamente atendendo a cadeia de comando elaborada para operar a trama criminosa e escamotear a origem do dinheiro".

No requerimento, a PF observou que o fracionamento dos saques foi proposital, para dificultar a identificação da titularidade do dinheiro, "em autêntica operação de lavagem do dinheiro". ●

BC já poderia ter os nomes dos correntistas no País

Afirmção é do presidente do sindicato dos funcionários do Banco Central

Paulo Baraldi

O Banco Central já poderia ter os nomes dos correntistas das contas no Brasil em que foi sacado o R\$ 1,16 milhão para comprar o dossiê Vedoin. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) regional em São Paulo, Daro Marcos Piffer. Para ele, o limite para os dados estarem com o BC é sexta-feira. Segundo Piffer, dizer que não se consegue antes das eleições os nomes "é tapar o sol com a peneira".

Por meio das fitas que envol-

viam os maços de dinheiro, a Polícia Federal identificou que os reais saíram dos bancos Bradesco, Safra e Bank Boston (incorporado pelo Itaú).

Nas tarjas havia o carimbo das agências às quais pertenciam os montantes. Do Bradesco há indicação de uma agência da Barra Funda, na capital paulista. O dinheiro que saiu do Bank Boston estava identificado como sendo da regional Lapa, em São Paulo; e no Safra, de Caxias e de Campo Grande, possivelmente agências no Rio.

Segundo Piffer, com essas informações o BC já poderia

ter pedido aos bancos - mas é obrigatório ter o pedido de algum órgão, como o Coaf, o Ministério Público ou a PF - o rastreamento dos donos das contas.

Piffer: Dizer que não consegue "é tapar o sol com a peneira"

Um pouco mais demorado, segundo o sindicalista, seria identificar todo o caminho percorrido pelo dinheiro, mesmo

com todas as notas seriadas.

O vice-presidente da regional do Sinal, que atua no Departamento de Fiscalização do BC, Valtier Borges, disse que em casos de grandes saques, como acredita-se terem sido estes, os bancos costumam já ter um controle. "Levantar as informações é rápido, basta o Banco Central abrir um processo administrativo", afirmou.

Segundo Piffer, o BC pode receber a informação quando quiser, mas normalmente o prazo para ser intimado é de três dias. Caso não haja tempo, a instituição financeira é obri-

gada a explicar os motivos e se considera um novo prazo.

FOTOS

Ao todo, a Polícia Federal apreendeu R\$ 1,75 milhão em São Paulo, que estavam com Gedimar Passos e Valdebran Padilha, os petistas negociantes da compra e venda do dossiê. A PF fez fotos do montante, que até anteontem se encontravam na Delegacia de Crimes Financeiros, mas foram encaminhadas para o superintendente do órgão na capital paulista, Geraldo José de Araújo. ●

Estado S. Paulo

22/09/06

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Lula é corrupto, ataca Heloísa”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 24 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, a candidata à presidência do P-SOL afirma ainda que ministros “espalham mentiras” e que o “país não pode mais conviver com migalhas da inclusão social”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula é corrupto, ataca Heloísa

Candidata do PSOL afirma ainda que ministros ‘espalham mentiras’

Sandra Hahn
PORTO ALEGRE

A candidata à Presidência pelo PSOL, senadora Heloísa Helena (AL), disse ontem em Porto Alegre que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é “corrupto”. Ao ser perguntada se o presidente, candidato à reeleição pelo PT, se beneficiaria da máquina pública na campanha, afirmou que “seria preciso inocência ou vigarice” para negar isso. Questionada, então, se Lula seria corrupto, declarou: “Eu já disse isso várias vezes. Se você quer uma manchete, ele é corrupto.”

Ela voltou a atacar Lula ao

País não pode mais conviver “com as migalhas da inclusão social”, diz

afirmar que ministros e ex-ministros agem “como moleques de recado, espalhando mentiras pelo Brasil”. Segundo Heloísa, dizem que ela acabará com programas como o Bolsa-Família e o ProUni. “Só são capazes de tanta perversidade pessoas desqualificadas que fazem qualquer tipo de molecagem para se

manter na estrutura do poder”, afirmou a candidata, sem, no entanto, citar o nome dos ministros que estariam se prestando à tarefa.

Heloísa improvisou ontem um minicômico no centro da capital gaúcha, depois de caminhada pela Rua dos Andradas, a principal da região. Falando com um equipamento de som portátil, referiu-se ao presidente como “sua majestade barbuda” e voltou a pedir que ele “desça da sua arrogância e covardia política e venha para os debates”.

A candidata disse que o Brasil não pode mais conviver “com as migalhas da inclusão social”. Durante a caminhada, afirmou que seus quatro eixos de campanha são democratização da riqueza, das políticas sociais, da informação e cultura, da terra e espaços urbanos.

O minicômico foi realizado em local não autorizado. Em Porto Alegre, um acordo entre a juíza eleitoral da 2ª zona, Ângela Maria Silveira, e a prefeitura prevê apenas dois locais para comícios – Largo Glênio Peres e Anfiteatro Pôr-do-Sol. Questionada sobre o descumprimento do acordo, Heloísa disse fazer “tudo certo” na campanha. ●

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Oposição atribui índice à ‘incompetência de Lula’”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 1º de setembro do corrente.

A matéria trata do pífio crescimento do PIB no segundo trimestre deste ano e destaca o posicionamento da oposição que atribui “à incompetência do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da equipe econômica o fraco crescimento do PIB no segundo trimestre”. A matéria ainda destaca a seguinte declaração do Senador Sérgio Guerra, do PSDB de Pernambuco: “Neste ano,

o governo perdeu completamente a responsabilidade em relação a qualquer aspecto fiscal, político e moral. No ano que vem, essa conta será cobrada”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Oposição atribui índice à ‘incompetência de Lula’

Cida Fontes
Denise Madueño
BRASÍLIA

A oposição atribuiu à incompetência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da equipe econômica o fraco crescimento do PIB no segundo trimestre. Parlamentares do PSDB, PFL e PPS concluíram que o resulta-

do de 0,5% e a crise da Volks mostram “desastre” na condução da política econômica.

“O governo federal está gastando mal e atrapalhando as exportações. Passou o primeiro semestre gastando mais com publicidade do que em investimentos. A carga tributária foi a maior da história e o governo continua atrapalhando a gera-

ção de empregos”, disse o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC). “Agora a disputa é quem chegará por último: Brasil ou Haiti”, criticou o presidente do PPS, deputado Roberto Freire (PE).

“Neste ano, o governo perdeu completamente a responsabilidade em relação a qualquer aspecto fiscal, político e moral. No ano que vem, essa conta será cobrada”, disse o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), coordenador-executivo da campanha de Geraldo Alckmin. ●

Art. 5º

col. 10/10

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Suspeitos de comprar dossiê atuam no comitê de Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 19 de setembro de 2006.

A matéria destaca que Berzoini e Freud confirmam que Gedimar, preso com R\$1,75 milhão, é funcionário do Diretório Nacional do PT e participa da equipe da reeleição.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Suspeitos de comprar dossiê atuam no comitê de Lula

Berzoini e Freud confirmam que Gedimar, preso com R\$ 1,75 milhão, é funcionário do Diretório Nacional do PT e participa da equipe da reeleição

**Lisandra Paraguassú
Expedito Filho
BRASÍLIA**

As investigações iniciais da Polícia Federal e do Ministério Público sobre o dossiê Vedoin envolvem diretamente um grupo de dirigentes do comitê da campanha à reeleição do presidente Lula. Além das suspeitas sobre o comitê, a queda do assessor presidencial Freud Godoy revelou uma ponte entre o Planalto e os operadores da campanha.

Gedimar Passos é o personagem central da ligação do comitê de campanha com o escândalo do dossiê Vedoin. Tanto Freud como o presidente do PT, Ricardo Berzoini, confirmaram ontem que Gedimar, advogado e ex-agente da PF lotado no Departamento de Ordem Política e Social (Dops), é funcionário do Diretório Nacional do

PT, trabalhava na campanha de reeleição de Lula e integrava um núcleo conhecido como “dispositivo de tratamento de informações”, que vem a ser a área de inteligência do comitê.

Gedimar foi preso em flagrante, em um hotel de São Paulo, ao lado de Valdebran Padilha, petista, ex-tesoureiro da campanha municipal de Alexandre César (PT) à prefeitura de Cuiabá, em 2004.

Os dois estavam com R\$ 1,75 milhão no quarto do hotel, mas não souberam justificar a origem do dinheiro que, segundo a PF, serviria para comprar um dossiê encomendado ao empresário Luiz Antônio Vedoin, dono da Planam e chefe da máfia dos sanguessugas, desbaratada em operação policial.

O dossiê seria usado para

tentar relacionar candidatos tucanos ao esquema de venda de ambulâncias superfaturadas.

No depoimento à Polícia Federal, Gedimar disse que foi ele quem recebeu R\$ 1 milhão, do R\$ 1,75 milhão apreendido, das mãos de um homem chamado “André”, que chegou num táxi, na manhã de quinta-feira passada, ao estacionamento do Hotel Ibis, em frente ao aeroporto de Congonhas.

NEGATIVA

Nas entrevistas concedidas ontem, Berzoini e Freud revelaram outro elo da campanha com o escândalo do dossiê. O presidente do PT confirmou que Gedimar era subordinado ao petista Jorge Lorenzetti (leia reportagem abaixo) no comitê eleitoral.

Freud disse que foi apresen-

tado por Lorenzetti a Gedimar e que os dois se encontraram quatro vezes, mas negou qualquer envolvimento com a compra do dossiê.

Por conta do envolvimento direto desses personagens, o Ministério Público e a PF estão direcionando as investigações para a suspeita de que houve uma operação envolvendo representantes do PT, do governo e do comitê de reeleição na compra das informações do chefe da máfia dos sanguessugas.

Além de Freud, Gedimar e Lorenzetti, a PF também investiga o ex-subsecretário da Casa Civil Marcelo Barbieri. Segundo revelou o dono da Planam, ele teria sido um dos elos entre PT e Vedoin. Barbieri é coordenador da campanha de Orestes Quércia (PMDB) ao governo. ●

Frequentedor do Torto é citado como elo entre petistas

Jorge Lorenzetti será investigado como um dos pilares do escândalo

Ricardo Brandt

Mais um homem ligado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva aparece no escândalo da compra do dossiê contra os candidatos do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra, e à Presidência, Geraldo Alckmin: Jorge Lorenzetti, um dos coordenadores da campanha à reeleição e amigo pessoal do presidente.

Lorenzetti foi apontado ontem por Freud Godoy, assessor especial de Lula, como o intermediador dos encontros

que teve com o advogado Gedimar Passos – preso na sexta-feira, em São Paulo, com R\$ 1,75 milhão, que seria usado na compra do dossiê Vedoin. Ele será investigado pela Polícia Federal como um dos pilares do escândalo.

O envolvimento de Lorenzetti com Lula e com a cúpula do PT transcende as relações político-partidárias. Apontado como homem com trânsito livre no Palácio do Planalto, ele é também o churrasqueiro preferido do presidente nos encon-

tros promovidos na Granja do Torto. Um desses churrascos foi o que Lula ofereceu ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, durante a transição de governo. Ou mesmo no churrasco oferecido ao líder cubano Fidel Castro, em 2003.

Diretor do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) desde março de 2005, Lorenzetti pediu licença do cargo em 1º de agosto para integrar a campanha à reeleição do presidente, em Brasília. A própria indicação dele para o cargo foi feita

diretamente pela Presidência, mas a assessoria do banco não quis confirmar se foi um pedido pessoal de Lula.

Até agosto, era diretor do Banco do Estado de Santa Catarina

Coincidência ou não, o atual presidente do Besc, Eurides Luiz Mescolotto, é também um

velho amigo de Lula e de Lorenzetti. Indicado pelo presidente para assumir o banco – que foi federalizado em 1999 –, Mescolotto é ex-marido da senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Consta que na primeira quinzena de julho o próprio Lorenzetti e a senadora Ideli foram recebidos em Brasília. No encontro se discutiu, entre outras coisas, a criação de um comitê suprapartidário em Santa Catarina em apoio à reeleição.

A confiança de Lula em Lorenzetti não se restringe aos seus horários de lazer. Em 21 agosto de 2003, durante discurso do presidente, no lançamento do Pólo de Fruticultura da Amazônia, no município de Beneditinos (PA), Lorenzetti foi nominalmente citado por Lula como alguém em quem os presentes deveriam “confiar”, como um bom homem de relações internacionais. De fato, Lorenzetti é conhecido como um exímio arrecadador de fundos interna-

cionais. Esse histórico começou em meados da década de 90, quando ele era uma das principais lideranças nacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – quando a entidade ainda não tinha relações profundas com o PT.

Um ex-petista que participou da fundação do partido e da campanha de Lula em 1989 disse que, por volta de 1994 e 1995, Lorenzetti formava, juntamente com Delúbio Soares (tesoureiro) e Gilmar Carneiro (secre-

tário-geral), o tripé de comando da CUT. Segundo esse ex-petista, foi por meio da ligação de Lorenzetti com Lula e o ex-ministro José Dirceu que a CUT passou a se aproximar do PT e começou a buscar fundos internacionais para formação sindical.

Enfermeiro por formação, Lorenzetti foi também o primeiro candidato a prefeito de Florianópolis pelo PT, em 1985. ●

COLABOROU CARLOS MARCHI

Polícia faz hoje acareação entre Valdebran e Gedimar

Nelson Francisco
ESPECIAL PARA O ESTADO
CUIABÁ

A Polícia Federal e o Ministério Público querem esclarecer o mais rápido possível a negociação de documentos, em poder de Luiz Antônio Vedin, que envolvem políticos na máfia dos sanguessugas. A acareação entre Valdebran Padilha, filiado ao PT de Mato Grosso, e Gedi-

mar Passos, advogado e ex-policia, será hoje, na sede da PF, em Cuiabá. Com a acareação, a polícia e o MP pretendem identificar os compradores do dossiê Vedin.

O delegado da PF Diógenes Curado Filho e o procurador Mário Lúcio Avelar decidiram pela transferência imediata de Valdebran e Gedimar para o Estado a fim de apurar o dossiê. ●

Empresa de petista recebeu da União, mesmo inadimplente

Sérgio Gobetti
BRASÍLIA

A Saneng Saneamento e Construção, de propriedade do petista Valdebran Padilha recebeu R\$ 277,4 mil de 2002 até 2004 do governo federal, segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

A Saneng chegou a receber R\$ 19.132,82 dos cofres federais depois de ter sido inscrita como

“inadimplente” no Cadastro de Informação de Crédito Não Quitado, em 13 de janeiro de 2004.

Arigor, a situação de inadimplente deveria impedir que ela continuasse recebendo dinheiro federal. Além de fazer obras, a Saneng está cadastrada no site de compras do governo federal como possível fornecedora de mais 400 itens de produtos, de salame e macarrão até creme de barba e navio de passageiros. ●

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “PF indiciou funcionário da campanha de Lula”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** de 20 de setembro de 2006.

A matéria destaca que Gedimar Passos, acusado e preso por tentativa de compra de dossiê, teria cometido crime de supressão de documentos, segundo a polícia.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PF indicia funcionário da campanha de Lula

Gedimar Passos, preso por tentativa de compra de dossiê, teria cometido crime de supressão de documentos, segundo polícia

PF suspeita de diretor do BB na compra do dossiê

DO ENVIADO ESPECIAL A CUIABÁ
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Valdebran Padilha disse ontem, em depoimento à Polícia Federal em Cuiabá, que recebeu parte do dinheiro de uma pessoa chamada "Expedito". Segundo informação divulgada pelo blog do Noblat à noite, seria Expedito Afonso Veloso, diretor do Banco do Brasil, em Brasília.

A PF também suspeita que o Expedito citado seja mesmo o diretor do BB. Ele teria participado da operação de montagem e divulgação do dossiê que tenta ligar os tucanos com a máfia dos sanguessugas.

Filiado ao PT, Expedito é diretor de Gestão de Risco do BB. Em agosto, tirou férias e está de licença remunerada. Faria parte da campanha de Lula.

Procurado pela reportagem da **Folha**, sua mulher informou que ele estava incomunicável na casa dos pais no interior de Minas.

Segundo o blog, Expedito teria viajado a Cuiabá com a missão de convencer os Vedoin a dar entrevista à revista "IstoÉ" falando mal de José Serra e de Bargas Negri. Expedito, diz o blog, teria sido o responsável por elaborar o dossiê. Depois de pronto, foi repassado aos Vedoin.

Valdebran diz que recebeu R\$ 1 mi para garantir entrega dos documentos ao PT

DA AGÊNCIA FOLHA, EM CUIABÁ
DO ENVIADO ESPECIAL A CUIABÁ

O empresário petista Valdebran Carlos Padilha da Silva afirmou ontem à Polícia Federal, em Cuiabá ter recebido R\$ 1 milhão de Gedimar Pereira Passos. A quantia era uma garantia de pagamento pelos documentos que seriam enviados ao PT por Luiz Antonio Vedoin, da máfia dos sanguessugas.

A informação foi repassada pelo advogado Luiz Antônio Lourenço da Silva, que defende Valdebran. O advogado apresentou anteriormente outras duas versões. A **Folha** apurou também que o dinheiro era pa-

ra pagamento da entrevista dada pelos Vedoin à "IstoÉ".

Entre os documentos que seriam vendidos por Vedoin está um dossiê contra o candidato tucano ao governo de São Paulo, José Serra. O dossiê foi apreendido com Paulo Roberto Trevisan, tio de Vedoin. Trevisan embarcava para São Paulo e seria recebido por Gedimar e Valdebran. A PF apreendeu R\$ 1,7 milhão com os dois. Desse total, ao menos R\$ 1 milhão já estava em poder de Valdebran.

"R\$ 1 milhão passou pelas mãos do meu cliente [Valdebran] como certeza de que o resto do dinheiro viria para entrega de documentos futuros",

Ontem, ele não quis falar; seu advogado disse que depoimento divulgado pela PF tem divergência em relação ao que cliente falou

DA AGÊNCIA FOLHA, EM CUIABÁ
DO ENVIADO A CUIABÁ

A Polícia Federal indiciou ontem por supressão de documentos o advogado Gedimar Pereira Passos na apuração sobre o dossiê contra os tucanos José Serra e Geraldo Alckmin. Gedimar trabalhava na campanha de reeleição do presidente Lula. Ontem, recuou na PF em Cuiabá do seu primeiro depoimento e disse que agora só falará à Justiça Federal.

Em São Paulo, onde foi preso na sexta-feira com Valdebran Padilha, os dois com R\$ 1,7 milhão, Gedimar afirmou à PF que foi "contratado pela Executiva Nacional do PT" para negociar a compra do dossiê e de entrevista envolvendo Serra com a máfia dos sanguessugas. "Existe uma divergência entre o que ele disse e o que está [escrito no depoimento] na PF", afirmou o advogado Cristiano Maronna, que defende Gedimar. A declaração ocorreu ontem, antes do início do depoimento em Cuiabá.

Maronna não detalhou quais divergências seriam e criticou a prisão de Gedimar, agente aposentado da PF. "Ele passou quase 24 horas sem mandato de prisão nas mãos da PF. Foi ouvido por dez horas sem a presença de advogados", reclamou. "A prisão acaba se convertendo no instrumento de tortura por causa dessas circunstâncias. Prende-se para coagir e aterrorizar", disse Maronna. /

No início de seu depoimento na PF de Cuiabá, para onde foi transferido anteontem à noite, Gedimar afirmou que só falaria na Justiça. Por isso a PF suspendeu a acareação que faria entre ele, Valdebran, Luiz Antonio Vedoin e Paulo Roberto Trevisan, presos por conta do caso do dossiê.

A PF resolveu indiciar Gedimar por supressão de documentos. O Código Penal caracteriza esse crime como: "destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor". A pena é reclusão, de dois a seis anos, se o documento for público, ou um a cinco anos, se for particular.

(HUDSON CORRÊA e LEONARDO SOUZA)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Foi o PT que pegou”, de autoria do jornalista Marcio Aith, publicada na revista **Veja** em sua edição de 13 de setembro do corrente.

A matéria destaca que uma auditoria do TCU apurou que a Secretaria de Comunicação Social produziu, em 2005, folhetos que continham propaganda do governo Lula e que foram encaminhados diretamente a diretórios municipais do Partido dos Trabalhadores. Segundo o relator, ministro Ubiratan Aguiar, “houve uma inadmissível confusão entre os interesses do governo e os de um partido político que não vem a ser uma agre-

miação qualquer, mas o PT, que dá sustentação política ao atual governo e por cuja legenda o presidente da República concorre a um segundo mandato”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOI O PT QUE PEGOU

O governo dá sua versão ao TCU sobre o destino de quase 2 milhões de folhetos pagos com dinheiro público: foram entregues ao Partido dos Trabalhadores

Marcio Aith

Por quase um ano os desdobramentos do escândalo do mensalão ofuscaram um mistério envolvendo as contas de publicidade da Presidência da República. No calor da CPI dos Correios, em outubro de 2005, uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) notou que faltava a comprovação de 11 milhões de reais dos gastos da Secretaria de Comunicação (Secom), subordinada diretamente à Presidência. O tribunal apontou superfaturamento na aquisição de materiais gráficos e não encontrou provas da manufatura e distribuição de quase 2 milhões de exemplares de um total de 5 milhões de revistas e encartes que a Secom mandou produzir. Os folhetos continham propaganda do governo e críticas à administração anterior. A Secom não reconheceu o diagnóstico de superfaturamento e pediu mais prazo para fornecer os comprovantes dos encartes “desaparecidos”, alegando que eles não haviam sido guardados pelas agências de publicidade encarregadas de encomendar a execução dos serviços gráficos.

Os documentos agora foram entregues, mas o TCU não se satisfaz com o que viu. Os papéis mostram que, por orientação de duas agências de publicidade contratadas pela Presidência da República, os quase 2 milhões de encartes e revistas suspeitos não foram entregues mesmo à Secom, que os encomendara, ou a qualquer outro órgão público, como manda a lei. Foram encaminhados diretamente a diretórios municipais do Partido dos Trabalhadores. A justificativa dada aos ministros do TCU foi pelo caminho de que o PT estaria prestando “um favor ao Estado” ao se encarregar da distribuição dos encartes e revistas, poupando ao Tesouro um gasto extra. O TCU não comprou essa versão. O ministro Ubiratan Aguiar, relator do caso, distribuiu seu voto aos demais ministros na terça-feira passada. Nele diz, em resumo, que a explicação oficial tornou o caso ainda mais problemático. Aguiar considera que houve uma inadmissível confusão entre os interesses do governo e os de um partido político que não vem a ser uma agremiação qualquer, mas o PT, que dá sustentação política ao atual governo e por cuja legenda o presidente da República concorre a um segundo mandato. De acordo com Aguiar, o fato de o processo referir-se a material gráfico de propaganda é outra agravante, uma vez que é tênue a linha que separa a publicidade do Estado da simples propaganda eleitoral. Há cerca de um mês o presidente Lula foi multado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 900 000 reais, pela acusação de ter feito propaganda eleitoral disfarçada de campanha institucional justamente em uma das cartilhas distribuídas pela Secom. A multa não tem relação

com os encartes sumidos que desperraram a atenção do TCU. A punição dada pelo TSE, no entanto, mostra que o Tribunal de Contas tem razão em tentar coibir o hábito oficial arraigado no Brasil de produzir material eleitoral disfarçado de publicidade institucional.

Aguiar pediu a abertura de um processo de tomada de contas especial para apurar o fato, ouvir a versão dos envolvidos e aclarar o papel que tiveram no episódio o ex-ministro Luiz Gushiken, que comandava a Secom, e os publicitários contratados pelo governo. O relatório de Aguiar não foi votado ainda pelo plenário. Outro ministro do TCU, Marcos Vilela, pediu vistas do processo, o que atrasará o julgamento. Antes de pedir vistas, o ministro Vilela tentou convencer seu colega Aguiar a suavizar o relatório. O pedido foi rechaçado. Vilela pediu, então, ao ministro relator que retardasse a divulgação de seu voto e a deixasse para depois das eleições. Outra negativa. Vilela, então, obteve a ajuda de outros ministros para barrar a publicação do voto de Ubiratan Aguiar no *Diário Oficial*. Pendengas entre ministros do TCU são comuns. O que é incommon, no caso, é um dos ministros, Marcos Vilela, trabalhar não para aclarar as coisas, mas para tentar influir no voto de um colega e conseguir que seu conteúdo seja censurado.

Encontrar erros em contas públicas é a missão básica do TCU. Rebarbar explicações que considera inadequa-

das, também. Não haveria, portanto, razão técnica para que o ministro Vilça tenha se alverçado tanto com o caso. Pode haver motivações políticas. Funcionários da própria Secom admitem que a versão apresentada está longe de ser convencional. Ainda assim, sustentam que os recibos passados pelo PT e entregues ao TCU dirimem a dúvida principal, a de que os serviços não teriam sido executados e o dinheiro destinado a produzir material gráfico teria sido simplesmente roubado. Seria assim se essa constituísse a única preocupação do TCU. Não é. Os técnicos do Tribunal de Contas que ajudaram a embasar o voto do ministro Aguiar acham que a confusão entre partido do governo e o próprio governo exige uma investigação mais profunda. Para ilustrarem a sensibilidade do problema, eles lembram a proximidade entre as agências de publicidade encarregadas de produzir o material gráfico investigado pelo TCU e o presidente Lula. A primeira delas, a Duda Mendonça & Associados, leva o nome do célebre marqueteiro baiano especialista em rinhas de galo, caixa dois e contas não declaradas no exterior. A segunda é a Matisse, originalmente de Campinas, onde atuava como empresa de médio porte

até conquistar, para surpresa geral, a conta da Presidência da República. A Matisse pertence a Paulo de Tarso Santos, publicitário amigo do presidente e marqueteiro das duas primeiras campanhas fracassadas de Lula ao Planalto, em 1989 e 1994.

José Antonio Dias Toffoli, advogado da Matisse, rejeita qualquer insinuação de conduta imprópria e diz não haver ilegalidade no fato de as cartilhas terem sido entregues ao PT "desde que fique provado que os partidos são mais eficazes na distribuição de material e que o custo foi menor para o Estado". Assessor jurídico da Presidência da República até julho de 2005, Toffoli considera essa controvérsia irrelevante se comparada à propaganda institucional do governo passado. "O material gráfico do governo FHC chegava a ser impresso com o nome do presidente." O advogado esclarece que a Matisse entregou todo o seu material gráfico à Secom, e não ao PT. O problema de seu cliente com o TCU, segundo ele, se restringiria a uma acusação de superfaturamento.

Luís Justiniano de Arantes Fernandes, advogado do ex-ministro Gushiken, diz que o objetivo do governo foi reduzir custos com a distribuição do

material via PT. "Tal decisão permitiu a mais ampla distribuição do material gráfico. O destino final das revistas e dos encartes era e sempre foi a população, e a esse destino eles chegaram, por intermédio desse canal de distribuição em que se constituiu o Partido dos Trabalhadores." As explicações têm sua lógica. Se elas são suficientemente fortes para arquivar o caso ou não, isso deve ser decidido pelo órgão competente, o TCU. Por essa razão, o trabalho de bastidor do ministro Marcos Vilça para impedir o avanço do processo recobre-se de suspeita. A transparência da coisa pública exige que cheguem o mais rápido possível ao conhecimento da opinião pública o voto do ministro-relator, as explicações dos envolvidos, bem como o resultado a ser obtido na votação em plenário pelos demais ministros do TCU. Enquanto isso não ocorrer, a opinião pública está no direito de ver no caso do sumiço dos panfletos de propaganda do governo os contornos de ilícitos muito mais sombrios do que aqueles que o ministro Vilça parece querer esconder. ■

Com reportagem de Chrystiane Silva

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Fala sério, presidente”, de autoria do cientista político Sergio Fausto, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 13 de setembro do corrente.

O autor, em seu artigo, faz uma reflexão sobre diversos pontos que levam à conclusão de que o governo Lula foi medíocre e de que o País está fadado ao fracasso. Dentre os principais pontos, ressalta que a economia brasileira cresceu em média pouco mais de 2,5%, enquanto que a economia mundial cresceu a uma taxa anual média de quase 5%. Destaca, tam-

bém, que a expansão dos gastos correntes do atual governo reduziu o investimento público ao seu nível mais baixo dos últimos 30 anos ou mais.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Fala sério, presidente

Sergio Fausto

Quanto mais ouço Lula falar sobre o seu governo e o que representa para o País, mais me lembro do humorista Cláudio Besserman Vianna e do bordão “fala sério”, que foi uma de suas marcas registradas na turma do *Casseta & Planeta*.

Seguem dez razões para justificar essa lembrança recorrente:

- Nos últimos quatro anos, a economia mundial cresceu a uma taxa anual média de quase 5% e o comércio internacional se expandiu a cerca de 10% ao ano, o melhor desempenho desde o início dos anos 1970 num período de quatro anos consecutivos. Apesar desse cenário extraordinariamente positivo, a economia brasileira cresceu em média pouco mais de 2,5% anuais, apenas, uma das taxas mais baixas, se não a mais baixa entre os países emergentes.

- O crescimento do Brasil foi puxado, primeiro, pelo aumento das exportações, fruto da expansão da economia e do comércio mundiais, e, depois, pelo aumento do consumo das famílias, em especial as de bai-

Não se pode aceitar passivamente a auto-avaliação que Lula faz do governo

xa renda (o que é bom). Ocorre que o impulso representado pelas exportações está perdendo fôlego, pela valorização excessiva do real ante o dólar. E o impulso proveniente do consumo decorre, na verdade, da expansão do gasto corrente do governo federal, o que é ruim porque impossível de sustentar-se sem pôr em risco o ajuste fiscal e a estabilidade de preços.

- Ao mesmo tempo, a taxa de investimento se manteve praticamente estagnada, ao redor de 20% do PIB, insuficiente para respaldar uma taxa de crescimento mais alta da economia. Ou seja, o “espetáculo do crescimento” não fez sua estreia nestes quatro anos. Pior, deterioraram-se as condições para um crescimento mais forte no longo prazo.

- A expansão dos gastos correntes do governo reduziu o investimento público ao seu nível mais baixo dos últimos 30 anos ou mais (pouco superior a 0,5% do PIB no orçamento fiscal), forçou um aumento ainda maior da carga tributária, que se aproxima de inacreditáveis 40% do PIB, e estabeleceu um piso para a queda das taxas de juros mais elevado do que permiti-

riam as condições internacionais (em português claro, os juros poderiam ser menores, não fosse a ganstana do governo).

- Como se não bastasse, o governo Lula moveu guerra declarada e depois sorrateira contra

as agências reguladoras do setor de infra-estrutura (quem vai investir em projetos de longa maturação, se as regras podem ser mudadas a qualquer tempo?). No setor elétrico, o prometido novo modelo não tem estimulado o investimento privado necessário à nova geração de energia, o que elevou o risco de novos problemas no fornecimento de energia em 2008-2009.

- A propalada “prioridade para o social” se apoia em pés de barro e não constitui uma estratégia consistente de redução da pobreza e da desigualdade social no longo prazo. O crescimento das transferências fiscais via salário mínimo relançou o INSS numa trajetória financeira insustentável, agravando os desequilíbrios que a reforma de 1998 conseguiu mitigar. Abandonada a reforma do INSS, não completada a reforma da previdência do setor público, sotadas as redes da despesa com pessoal e com o salário mínimo, o governo Lula não apenas pôs em risco o ajuste fiscal no médio prazo, mas também debilitou o País para fazer frente ao seu maior desafio demográfico: pagar a conta do envelhecimento de sua população (hoje o Brasil já gasta cerca de 12% com benefícios previdenciários, um percentual escandaloso num país ainda jovem).

- A unificação dos programas de transferência direta de renda num só programa, o Bolsa-Família, rompeu a lógica que antes havia entre benefício recebido e contrapartida oferecida pelas famílias, seja sob a forma da frequência escolar dos filhos, seja sob a forma de cuidados pré-natais da mãe. Prenhe de recursos novos, o programa transformou-se num instrumento de política clientelista de massas, quando deveria ser uma alavanca de superação da pobreza (e não apenas de alívio temporário).

- A educação fundamental perdeu relevância na agenda do governo, num país que tem aí uma de suas maiores debilidades para ser mais desenvolvido e socialmente mais justo (o Fundeb, ainda em tramitação na Câmara, representa um retrocesso em relação ao Fundef: sob a aparência de estender o cobertor a todo o ensino básico, incluindo a pré-escola e a educação de jovens e adultos, deixará a descoberto a educação fundamental).

- O Estado brasileiro, em seus vários níveis, gasta pelo menos 5% do PIB com educação. Isso não é pouco. O problema é que uma parte desproporcional desse gasto vai para o ensino superior, onde se concentra um número muito menor de alunos, boa fração dos quais poderia pagar, ao menos parcialmente, pelo ensino que recebe. Grande parte desses recursos nem sequer chega à sala de aula e aos laboratórios, uma vez que

é consumida pelo pagamento de professores universitários aposentados precocemente.

- Em vez de cuidar da qualidade desse sistema – onde há muito joio e alguns trigos –, o atual governo trata de expandi-lo a torto e a direito, o que não se coaduna com a promessa de aumentar as transferências federais para a educação básica por meio do Fundeb. Nessa matéria, lembra o que o regime militar fazia com o campeonato brasileiro de futebol: “Onde a Arena vai mal, um clube no Nacional; onde a Arena vai bem, um clube também.”

A reflexão sobre esses fatos não deve levar à conclusão de que o governo Lula foi um rematado desastre (foi apenas muito medíocre) e de que o País está fadado ao fracasso. Mas não se pode aceitar passivamente a auto-avaliação que o presidente faz de seu governo, muito menos as promessas que vem mercadejando na campanha eleitoral e que, garante, irá cumprir, “a menos que forças extraterrestres o impeçam” (sic). Saudades do Bussundão.●

Sergio Fausto, cientista político, ex-assessor do Ministério da Fazenda, é coordenador de Eventos e Projetos do Instituto Fernando Henrique Cardoso
E-mail: sergio.fausto@ifhc.org.br

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Senado chama Okamoto para falar de quitação de dívida”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 7 de setembro deste ano.

A matéria mostra que “Por 11 votos a 3, a oposição aprovou convite ao presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, para que explique o pagamento de dívida de R\$29,4 mil de Lula com o PT”.

Em seu depoimento à CPI dos Bingos, Okamoto assumiu que pagou a dívida do Presidente Lula com

dinheiro do próprio bolso, sem o conhecimento dele. No entanto, em entrevista ao **Jornal Nacional**, o Presidente deixou claro que sabia do pagamento da dívida.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senado chama Okamoto para falar de quitação de dívida

(Oposição também aprova na CCJ pedido de informações à Casa Civil sobre gastos com cartões corporativos)

Cida Fontes

BRASÍLIA

A quase três semanas das eleições, a oposição deu a última cartada no Senado para tentar desgastar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ontem, sem maioria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o governo sofreu duas derrotas seguidas. Por 11 votos a 3, a oposição aprovou convite ao presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, para que explique o pagamento de dívida de R\$ 29,4 mil de Lula com o PT. “Isso é mais uma etapa do processo eleitoral”, reagiu a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), antes de Eduardo Suplicy (PT-SP) votar a favor.

O PSDB e o PFL conseguiram também aprovar pedido à ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, para que preste contas dos cartões de crédito corporativos usados para pagamento de gastos da Presidência. O requerimento foi feito pelo senador Alvaro Dias (PMDB-PR).

Contrariado, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), vai recorrer à Mesa Diretora para tentar anular a votação. Ele alega que a decisão foi tomada sem a presença mínima exigida de 12 senadores e que não é prerrogativa do Senado fiscalizar as ações administrativas do governo, mas do Tribunal de Contas da União.

“Isso é mais uma disputa eleitoral que se extinguirá em 1º de outubro, quando o presidente Lula ganhar no primeiro turno”, apostou Jucá, que protestou durante a votação conduzida pelo presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA): “É uma maluquice!” Segundo o líder, o governo não pode revelar ao Senado informações sigilosas de autoridades e empresas que prestam serviço à Presidência.

Sozinho para defender o governo – até mesmo Ideli já tinha saído da sala –, Jucá tentou impedir a aprovação do requerimento pedindo que a votação fosse nominal, com cada senador declarando seu voto. ACM negou o pedido e promoveu votação simbólica, sem declarações de voto. O presidente da CCJ ainda repreendeu Jucá quando o senador Sibá Machado (PT-AC) apareceu na sala da comissão. Na tentativa de manter a reunião esvaziada, Jucá fez sinal para o petista ir embora. “Isso, não! Não!”, gritou ACM, irritado. A presença de Sibá na CCJ só ajudaria a oposição a reforçar o comparecimento à sessão.

ARGUMENTO

Para aprovar o convite a Okamoto, a oposição se mobilizou para ter presença na CCJ e teve apoio de Suplicy. “Acredito em Okamoto e ele só vai reiterar o que disse à CPI”, observou o petista. Autores do requerimento, o presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE), e o líder da bancada tucana, Arthur Virgílio (AM), alegaram que Okamoto pode ser processado por perjúrio se ficar provado que mentiu à CPI dos Bingos.

Em seu depoimento, Okamoto assumiu que pagou a dívida de Lula com dinheiro do próprio bolso, mas afirmou que o presidente não sabia de nada. Só que, em entrevista ao **Jornal Nacional**, já como candidato à reeleição, Lula contou que teria dito a Okamoto: “Se você quiser, que pague. Mas eu não devo nada.” Essa declaração reforçou a impressão de que Lula sabia sim da dívida.

“Um advogado maldoso pode dizer que o presidente nomeou Okamoto (para o Sebrae) para pagar a dívida”, disse Virgílio. “Não me espantarei um pinga se ele não aceitar o convite, pois como não é CPI pode recusar.” ●

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Para ‘Economist’, Lula perdeu Brilho”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 29 de setembro do corrente.

A matéria destaca que em sua reportagem a revista britânica afirma que a diplomacia do governo Lula é “ingênua”, a economia decepçiona e que os programas sociais, copiados por outros governos, é que são o sucesso eleitoral de Lula.

Sr. Presidente, requiero que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para ‘Economist’, Lula perdeu brilho

Revista vê “ingenuidade” na diplomacia, decepção na economia e atribui sucesso eleitoral a programas sociais

João Caminoto
CORRESPONDENTE
LONDRES

A revista britânica *The Economist* afirma que a voz do presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu seu “brilho” e não é a mais alta proveniente da América Latina, nem mesmo da esquerda da região. “Ela pertence a Hugo Chávez, o presidente populista da Venezuela.” A revista classifica de ingênua a política externa de Lula na América do Sul e acha “realmente estranho” que ele apóie a candidatura da Venezuela para ocupar um dos assentos do Conselho de Segurança da ONU reservados para a América Latina. “Lula está assim ajudando a oferecer a seu principal rival pela liderança na América do Sul uma plataforma global.”

Segundo a *Economist*, Lula supõe que a melhor maneira para conter Chávez é incluí-lo no Mercosul. “E a resposta de Chávez? Ajudar a humilhar o Brasil na Bolívia, onde os ativos de gás e petróleo da Petrobrás enfrentam nacionalização, e trabalhar para enfraque-

cer os princípios democráticos, de mercado livre sobre os quais o Brasil fundou o Mercosul”, observa.

A revista afirma que, além da “ingenuidade” de sua políti-

CAPA DA REVISTA – ‘Quem lidera?’

ca externa, há duas razões mais sérias para Lula ter perdido o “brilho”. Ressalta que uma delas é o “agravamento da corrupção política” no Brasil e cita os escândalos que atingiram o governo no ano passado e neste mês.

A outra razão, analisa, é a decepção com o comportamento da economia brasileira – um crescimento de apenas 2,8% ao ano durante o governo Lula. “Arrecadações tributárias crescentes, em vez de gastos mais inteligentes, têm mantido as contas fiscais sob controle”, observa. “O investimento é freado pela burocracia, infraestrutura pobre e incerteza regulatória, como também pela elevada carga tributária.”

Por isso, avalia a *Economist*, é impressionante que Lula esteja caminhando para um segundo mandato “que de várias maneiras

não parece justificado”. Segundo a revista, “a maioria dos brasileiros concluiu há muito tempo que seus políticos são irremediavelmente corruptos. Mas muitos brasileiros identificam Lula como um dos seus e não acham que ele se beneficiou pessoalmente da corrupção”.

Para a revista, contudo, o segredo do sucesso eleitoral se assenta nos programas dirigidos às classes pobres. Observa que graças aos programas sociais do governo, à inflação baixa e aumentos do salário mínimo, a renda dos pobres está crescendo mais rapidamente do que a da classe média.

Em seu segundo mandato, diz a revista, Lula deveria fazer um esforço para livrar o País de sua armadilha de baixo crescimento e fazer reformas na área da Previdência e trabalhista, nas agências regulatórias e na educação. Mas afirma que isso será difícil. “Ele poderá ficar ainda mais à mercê do apetite voraz de seus aliados no Congresso por dinheiro público.” ●

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2006-COMPLEMENTAR

**(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 987, de 2006 – art. 336, inciso
II)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 —Complementar (nº 123/2004-Complementar, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Luiz Otávio.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2006-COMPLEMENTAR

**(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 988, de 2006 – art. 336, inci-
so II)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 —Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS*.

Parecer sob nº 1.059, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1 -CAE, que apresenta.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Emenda nº 2-Plen.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 989, de 2006 – art. 336, inci- so II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região*.

Parecer favorável, sob nº 667, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à

Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os § 5º 12º e 13º ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe

sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 20 ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003 (Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005 (Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 40 do art. 66 da*

Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que *altera os arts. 3º e 8º e os Anexos I e II da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências* (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1 -CCJ, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária,

Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1 -CRA, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 84 1/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1 -CAS (Substitutivo), que oferece.

12**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2001**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *dá nova redação ao art 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências”*.

Pareceres sob nºs 1.268, de 2002, e 1.295, de 2003, da Comissão de Educação: 1º pronunciamento (sobre o Projeto), Relator *ad hoc*: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 4, de Plenário), Relator: Senador José Jorge, pela rejeição.

13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº

573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997*.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 10 pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 20 pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres, favorável; e
- de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT

– RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 15 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 1955 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 014854/06-6,

RESOLVE designar o servidor **ANTÔNIO EVANGELISTA VAZ**, matrícula 10161, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Publicações Oficiais, da Secretaria de Expediente, a partir de 04 de outubro de 2006.

Senado Federal, 09 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 1956 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e pelo Ato n.º 169, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 014413/06-0,

RESOLVE

Art. 1.º - Fica designada a servidora **ERIKA LEAL TREZZI**, matrícula 53986, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 8, Especialidade de Comunicação Social, para substituir o Coordenador, Símbolo FC-8, da Coordenação de Eventos, da Secretaria de Relações Públicas, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Art. 2.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 09 de Outubro de 2006



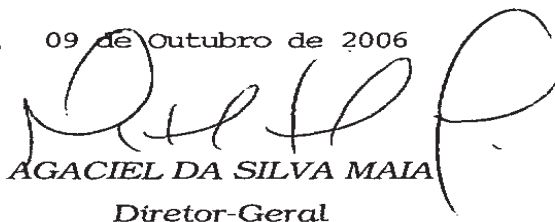
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1957 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 014618/06-0,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a LUZIA DOS REIS BARROS, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor MIGUEL RIBEIRO BARROS, matrícula 4240-ERGON, a partir da data do óbito, 25/09/2006.

Senado Federal, 09 de Outubro de 2006



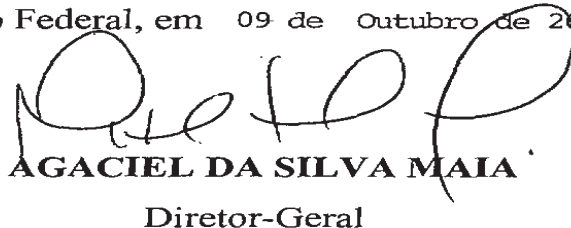
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 1958 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs 013846/06-0 e 014851/06-7,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1840, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3564, de 13/09/2006, que nomeou **BETÂNIA MARIA DE FRANÇA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Cavalcanti.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1959 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **015004/06-6**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **MÁRIO GOMES ALVES**, matrícula n.º 178370, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

Elaborado por: Marina


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1960 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **015001/06-7**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **SONIA MARIA CASTRO ARAÚJO**, matrícula nº 190461, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos para o Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

Minuta elaborada por Marina


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1961 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **015003/06-0**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **MÔNICA FERNANDES GONDIM HOLANDA**, matrícula nº 176968, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos para o Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

Minuta elaborada por Marina



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1962 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **014923/06-8**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **DALMARES APARECIDA MOSCIBROCKI CALZA**, matrícula n.º 141176, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

Elaborado por: Fátima



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

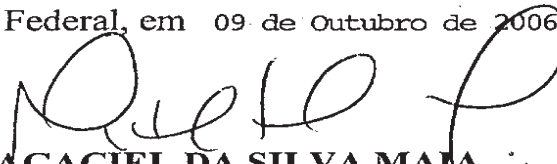
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1963 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **015.000/06-0**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **LUANNA VIEIRA RODRIGUES**, matrícula nº 191155, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, para o Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

Minuta elaborada por Fátima


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

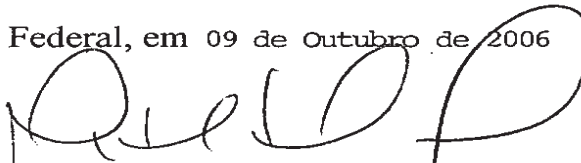
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1964 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **015.002/06-3**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **THÉLIO LEONARDO PEREIRA**, matrícula n.º 197388, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos para o Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

Elaborado por: Fátima


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

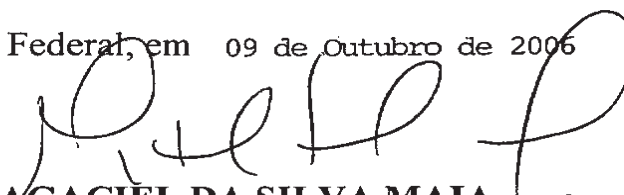
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1965 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014997/06-1**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VIRGÍNIA ALVES RODRIGUES**, matrícula n.º 186287, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 05 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

Elaborado por: Carla


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

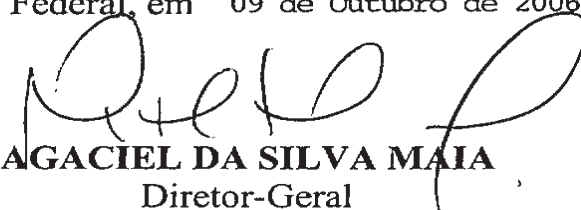
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1966 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014982/06-4**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PAULO FRANCISCO HEINECK**, matrícula n.º 196529, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa, a partir de 04 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

Elaborado por: Marina


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1967 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014961/06-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUIZ CARLOS FALEIRO**, matrícula n.º 197662, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-6, do Gabinete da Senadora Lúcia Vânia, a partir de 01 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

Elaborado por: Marina


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1968 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014999/06-4**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PERCIVAL LEDA DE MACEDO BANDEIRA**, matrícula n.º 189318, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP 03, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, a partir de 04 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

Elaborado por: Marina

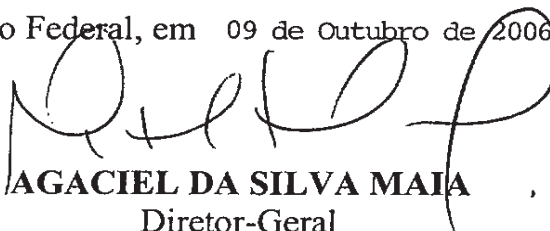

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1969 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014955/06-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **BERNARDO SOARES FIALHO**, matrícula n.º 174297, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



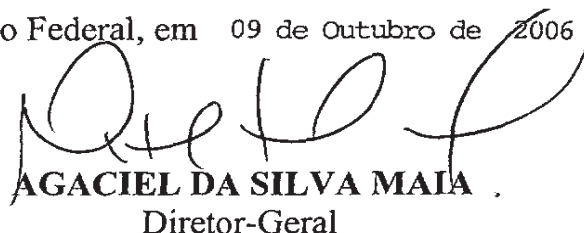
AGACIEL DA SILVA MAIA,
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1970 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014972/06-9**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **REBECA RÉ**, matrícula n.º 195768, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



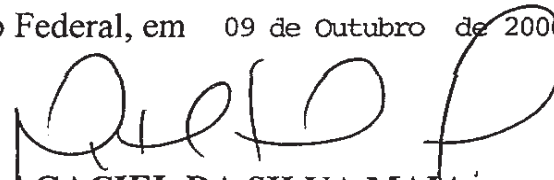
AGACIEL DA SILVA MAIA,
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1971 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014998/06-8,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ALEN SIDNEY NASCIMENTO GUIMARÃES**, matrícula n.º 196980, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-3, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 04 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



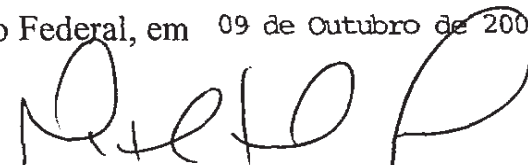
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1972 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014963/06-0,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MAÍRA MANSUR MARTINELLO**, matrícula n.º 196890, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-2, do Gabinete do Senador Tião Viana, a partir de 05 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1973 , DE 2006****O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no**

uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014995/06-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LIANE MARIA MÜHLENBERG**, matrícula n.º 193991, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-4, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 04 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



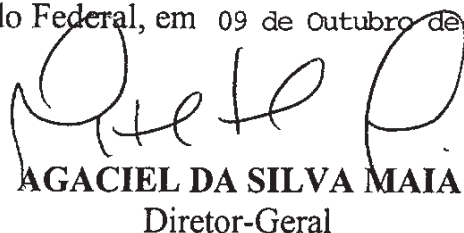
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1974 , DE 2006****O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no**

uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014910/06-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WILLIAM SOUZA E SILVA**, matrícula n.º 197844, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



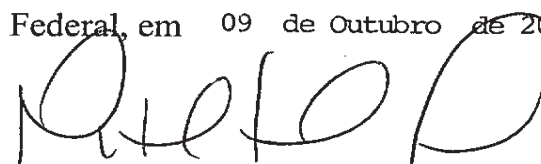
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1975 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014940/06-0**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VICTOR EMMANUEL DE ALENCAR DUARTE**, matrícula n.º 170206, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Luiz Pontes, a partir de 05 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



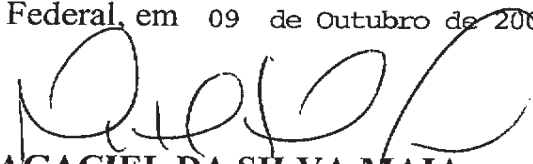
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1976 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014939/06-1**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROSA MARIA MAIA LINCOLN BARREIRA**, matrícula n.º 173890, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Luiz Pontes, a partir de 05 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1977 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014882/06-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOAQUIM GILBERTO SOARES**, matrícula n.º 189288, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA.

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1978 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014911/06-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUIZ CAIO DE CARVALHO**, matrícula n.º 182762, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA

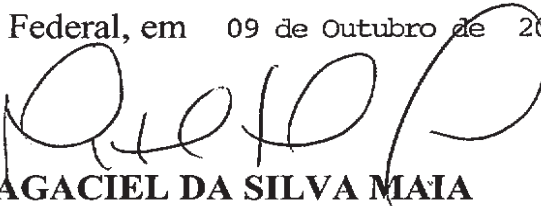
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1979, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014881/06-3**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUCÉLIA SOUZA DE ABREU**, matrícula n.º 198125, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



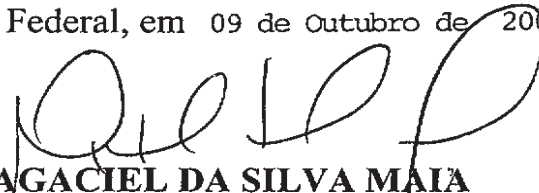
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1980, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014884/06-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RODRIGO FRANÇA CARVALHO**, matrícula n.º 196542, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1981 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014850/06-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA PAULA DE OLIVEIRA PORTO**, matrícula n.º 180765, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Efraim Moraes.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1982 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014849/06-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANA LUÍZA ARAÚJO BATISTA**, matrícula n.º 168844, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Sendor Efraim Moraes.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



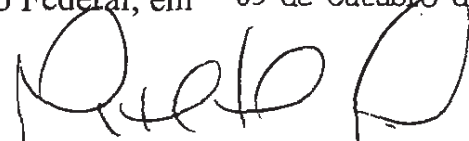
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1983, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014883/06-6**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOÃO DE HOLANDA CAVALCANTI FILHO**, matrícula n.º 193103, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



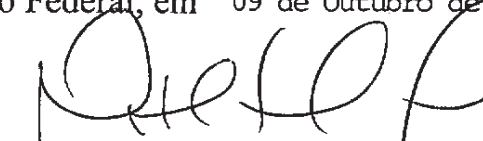
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1984, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014880/06-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GIANCA MARIA SILVA PORTO**, matrícula n.º 196270, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1985 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014879/06-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EDILIANA MARTHA FELIX DE SOUZA**, matrícula n.º 191301, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA.
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1986 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015066/06-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JORGE NOVA DA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Sarney.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

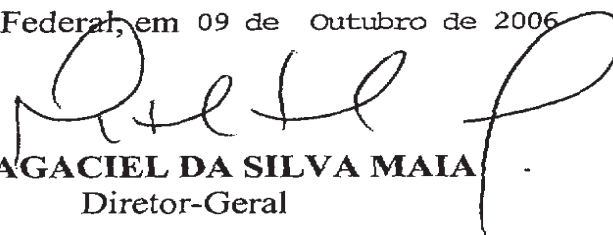

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1987 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015056/06-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELISÂNGELA DA COSTA GOMIDE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

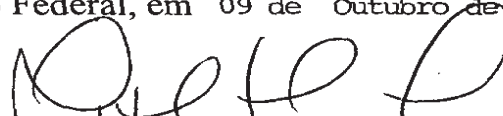

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1988 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014932/06-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOANA ÁGATA MORBARAH** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Suplicy.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

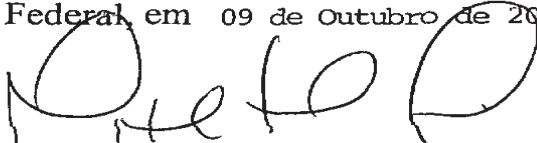

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1989 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014909/06-5,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA MARIA PAES DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

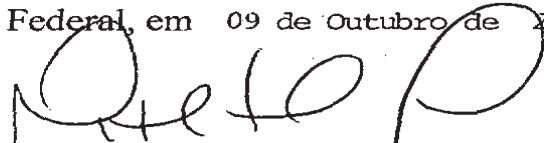

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1990 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014936/06-2,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADELMO VARELA CALAFANGE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

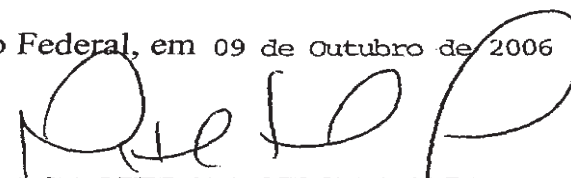

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1991 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014.957/06-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **THEREZA CARMEM MADRUGA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



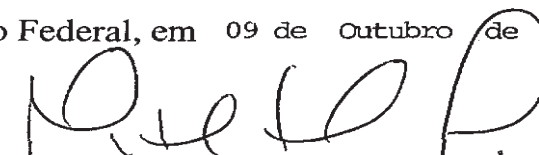
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1992 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014.994/06-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VITOR PEDRO DE SOUSA NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1993 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.993/06-6,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DANIELLA RIBEIRO MAIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

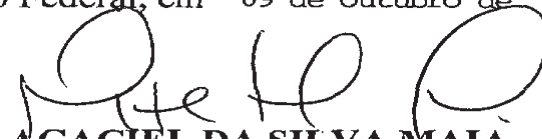

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1994 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014852/06-3,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **KARLA EMANUELLY FARIAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Cavalcanti.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

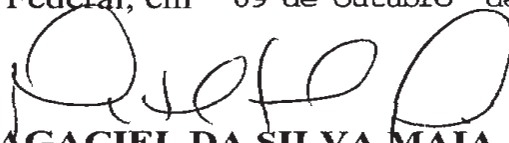

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1995 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014876/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **THALLES DE SÁ GADELHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006

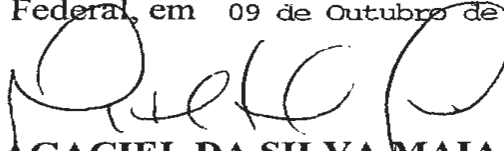

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1996 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014875/06-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NARRIMAN NAPY CHARARA PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 09 de Outubro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1998 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE

designar o servidor **Antônio Pereira Barboza**, matrícula nº 23362, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 1º de outubro de 2006, com lotação e exercício na **Subsecretaria de Obras/SENG**.

Senado Federal, 09 de outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1999 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE

designar o servidor **Pedro Miguel Leal**, matrícula nº 28621, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 1º de outubro de 2006, com lotação e exercício na **Subsecretaria de Obras/SENG**.

Senado Federal, 09 de outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2000 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE

designar o servidor **Manoel Fagundes de Jesus**, matrícula nº **20609**, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 1º de outubro de 2006, com lotação e exercício na **Subsecretaria de Obras/SENG**.

Senado Federal, 09 de outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho ³ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁵	MG	2244	1. Leomar Quintanilha ⁴ (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁶	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁷	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.10.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PMDB-MG
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com
atualização periódica, sobre
temas diversos da legislação
brasileira.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 152 PÁGINAS